

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH-III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO MULTIDISCIPLINAR EM
EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS – PPGESA**

Getro Barbosa dos Reis

**EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA CARTOGRAFIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
EM PETROLINA- PE E JUAZEIRO-BA**

Juazeiro - BA
2022



Getro Barbosa dos Reis

**EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA CARTOGRAFIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
EM PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, campus III, Universidade do Estado da Bahia, para a obtenção do grau de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) na linha de pesquisa 3- Campo Educacional, Cultura Escolar e Currículo.

Orientador: Prof. Dr. Cosme Batista dos Santos

Juazeiro - BA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

R375e Reis, Getro Barbosa dos

Educação de surdos: uma cartografia da prática pedagógica em Petrolina-PE e Juazeiro-BA / Getro Barbosa dos Reis. Juazeiro-BA, 2022.
125 fls.: il.

Orientador (a): Prof. Dr. Cosme Batista dos Santos.

Inclui Referências.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas DCH-III. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, Campus III. 2022.

1. Educação de surdos. 2. Inclusão educacional. 3. Prática pedagógica.
4. Mapeamento Cartográfico. 5. Libras – Língua Brasileira de Sinais. 6. Práticas Pedagógicas. I. Santos, Cosme Batista dos. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas DCH-III. III. Título.

CDD: 371.912

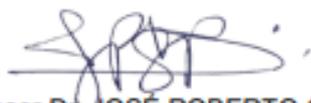
FOLHA DE APROVAÇÃO
"EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA CARTOGRAFIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM
PETROLINA- PE E JUAZEIRO-BA"

GETRO BARBOSA DOS REIS

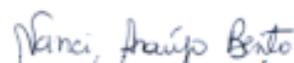
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, em 25 de julho de 2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professor Dr. COSME BATISTA DOS SANTOS (Orientador)
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Linguística Aplicada
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp



Professor Dr. JOSÉ ROBERTO GOMES RODRIGUES (Examinador Interno)
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Educação
Universidade de São Paulo – USP



Professora Dra. NÂNCI ARAÚJO BENTO (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Doutorado em LÍNGUA E CULTURA
Universidade Federal da Bahia - UFBA

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo a Deus Jeová pelo dom da vida, aos meus amados pais Idelson e Edna por darem o melhor de si na minha criação e me inculcarem o amor pela educação e a oportunidade do meu primeiro trabalho como professor na Escola Geigy, aos meus 17 anos. À minha querida irmã Giselle, pessoa surda, minha referência, a qual trouxe a Libras para a nossa família. Todo meu amor à minha esposa Karol e à filha Penelope por darem apoio durante todas as fases em que foram necessários o silêncio, a atenção e a dedicação a este desafiador projeto.

Ainda, agradeço à Universidade Federal do Vale do São Francisco, Instituição onde trabalho e realizei graduação e especialização. Para o mestrado, a Univasf me concedeu licença para a capacitação, com o apoio da minha estimada coordenadora e incentivadora professora Karla Daniele. Aos meus colegas de setor, que sempre tornam o dia-a-dia mais animado: Paixão (a quem apelidamos de vice-chefa), Milton, Lisandra, Tailane e, sobretudo, Davi, que todos os dias nas conversas e no companheirismo ajudava a manter claro o objetivo do mestrado, até a sua conclusão.

Ademais, toda minha gratidão a Aurinete, Rodrigo Uéslei e Helano, por suas contribuições, dicas e orientações técnicas e específicas, antes e durante a pesquisa. Meu reconhecimento aos colegas da turma, iniciada no modo presencial e que em poucos dias precisou mudar todos os planos em virtude do início da pandemia do Covid-19. Apoiamo-nos e nos incentivamos em face dos novos desafios do ensino remoto; em especial cito Luana, Ana Wanessa, Macileide e Edneide, sempre solícitas e disponíveis para ajudar nas dúvidas que surgiam.

Ainda, menciono as Secretarias de Educação de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, por me permitirem realizar a pesquisa. No PPGESA, meu reconhecimento à valiosa contribuição dos docentes no decorrer das disciplinas e às técnicas Scarlett, Jieli e Rafaela, que diligentemente esclareciam as dúvidas e se mostravam prontas para colaborar. Estendo minha manifestação de apreço aos caros professores: Nanci, José Roberto, Josenilton e Marcelo Ribeiro pelas ricas contribuições a esta pesquisa.

Obrigado, Professor Dr. Cosme, por seu olhar sempre atento durante a orientação acadêmica e pela paciência demonstrada ao longo desse tempo; por ter acreditado no meu potencial e em mais uma pesquisa de mestrado que traz contribuições relevantes a comunidades surda.

DEDICATÓRIA

Eu dedico este trabalho a minha esposa Karol e a minha filha Penelope, que me apoiaram, inspiraram e me deram forças ao longo de todo o trajeto.

RESUMO

Os municípios de Juazeiro – Bahia e de Petrolina - Pernambuco formam uma Rede Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE). Juntos, esses municípios atendem um público considerável de pessoas surdas, que necessitam da efetividade das políticas públicas de educação voltadas para a formação educacional dos surdos. No entanto, observa-se que a prática se difere da teoria, uma vez que, embora a educação para surdos já conte com uma ampla gama de estudos e documentos capazes de orientar os agentes envolvidos nesse cenário, ainda assim é possível notar a dificuldade em atender as adequações ideais. O presente estudo teve como objetivo mapear e analisar a prática pedagógica em instituições educacionais para estudantes surdos da educação básica em Juazeiro-BA e Petrolina-PE. Neste trabalho, entende-se como práticas educacionais, de acordo com De Carvalho, o conjunto das ações socialmente planejadas, organizadas e operacionalizadas em espaços intersubjetivos destinados a criar oportunidades de ensino e aprendizagem. Trata-se de um estudo de natureza descritiva e transversal, de cunho quali-quantitativo, que usou como princípio metodológico o mapeamento cartográfico, que consiste, segundo Biembegut, em compreender um fenômeno para, posteriormente, criar propor sobre ele melhorias, pesquisas, soluções, entre outros. A pesquisa incluiu estudantes surdos com faixa etária acima de 12 anos, sem restrição de sexo, etnia ou condição social; assim como gestores das superintendências de educação, professores de AEE, intérpretes e instrutores de Libras que estão efetivamente interligados no desenvolvimento da prática pedagógica para inclusão de pessoas surdas na educação pública de ambos os municípios. Participaram da pesquisa apenas aqueles que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O pesquisador utilizou como técnica de pesquisa para coleta de dados o uso da revisão bibliográfica, a análise documental, entrevistas e questionários semiestruturados. Os dados obtidos foram quantificados e qualificados na intenção de construir significado e representatividade no contexto social do público-alvo (surdos), podendo ser comparados com outros das bases de dados nacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de constituir parâmetros para avaliação da qualidade da inclusão educacional de pessoas surdas nesta região.

Palavras-chave: Inclusão de surdos, Educação, Libras, Políticas públicas, mapeamento cartográfico. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

The municipalities of Juazeiro - Bahia and Petrolina - Pernambuco form an Integrated Network for Economic Development (RIDE). Together, these municipalities serve a considerable audience of deaf people, who need the effectiveness of public education policies aimed at the educational training of the deaf. However, it is observed that practice differs from theory, since although education for the deaf has a wide range of studies and documents capable of guiding the agents involved in this scenario, it is still possible to note the difficulty in meeting the adjustments ideals. The present study aims to map and analyze the pedagogical practices in educational institutions for deaf students of basic education in Juazeiro-BA and Petrolina-PE. In this work, educational practices are understood, according to De Carvalho, as the set of socially planned, organized and operationalized actions in intersubjective spaces destined to create teaching and learning opportunities. This is a descriptive and cross-sectional study of a qualitative-quantitative nature and used cartographic mapping as a methodological principle, which, according to Biembegut, consists of understanding the phenomenon in order to subsequently create something in relation to it, such as improvements, research, solutions, among others. The research included deaf students aged over 12 years, without restriction of sex, ethnicity and social status, as well as managers, AEE teachers, interpreters and Libras instructors who are all effectively interconnected in the development of pedagogical practice in the inclusion of deaf people in public education in both municipalities. To participate in the research, only those who have signed the Free and Informed Consent Term were accepted. The researcher used as a research technique for data collection the use of literature review, document analysis, interviews and semi-structured questionnaires. The data obtained were quantified and qualified, in order to construct the meaning and representativeness of these data in the social context of the target audience (the deaf), where they could be compared with national databases, such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) , in order to establish parameters to assess the quality of educational inclusion of deaf people in this region.

Keywords: Inclusion of the deaf, Education, Libras, Public policies, cartographic mapping. Pedagogical practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.1 POR QUE ESSE LÓCUS E ESSA PROBLEMÁTICA?	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 A CONTRIBUIÇÃO DO OLHAR CARTOGRÁFICO	20
2.2 O CONTEXTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	22
2.3. AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM JUAZEIRO E PETROLINA	27
2.4 A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE PRÁTICAS EFETIVAS	31
3 METODOLOGIA	38
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	62
4.1 GESTORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	63
4.2 GESTORES DA GERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	71
4.3 PROFESSORES AEE	76
4.4 INTÉRPRETES DE LIBRAS	84
4.5 INSTRUTORES DE LIBRAS	97
4.6 ALUNOS SURDOS	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES	126

INTRODUÇÃO

A inclusão no Brasil é uma pauta que, embora primordial para diversos âmbitos, sejam sociais, políticos ou educacionais, ainda não obteve a valorização e efetivação necessária. Desde grandes centros metropolitanos até os territórios mais afastados, a problemática que envolve os aspectos inclusivos atinge uma parcela significativa da população que, independentemente de qualquer particularidade, deve gozar de direitos assim como qualquer cidadão.

Para o êxito de qualquer processo inclusivo, a sociedade conta com uma cadeia de fatores, que envolve desde os mais altos setores governamentais, no que diz respeito a decisões e elaboração de leis, até as pautas que saem da teoria e são postas em prática na sociedade. Um dos setores responsáveis pelas atividades que favorecem o desempenho das práticas, é o educacional.

Direito básico de qualquer indivíduo, a educação inclusiva surge com a finalidade de vencer preconceitos e garantir as chances de desenvolvimento intelectual, social e afetivo para todos, levando em conta cada uma das suas características e particularidades. As práticas pedagógicas assumem um papel fundamental para a evolução do educando, uma vez que suas metodologias ditam os caminhos traçados dentro de qualquer realidade. Para esta pesquisa, a concepção de prática é mais abrangente. Referente a isso, De Carvalho *et al* (2016) destaca que a prática educativa é o conjunto de ações socialmente planejadas, organizadas e operacionalizadas em espaços intersubjetivos destinados a criar oportunidades de ensino e aprendizagem. É sustentada nesta definição mais ampla de práticas educacionais que esta pesquisa se constitui.

A comunidade estudada no presente trabalho é a dos surdos. São alunos que atualmente sofrem com o contexto pouco inclusivo de fato e com a falta de ferramentas pedagógicas que proporcionem na prática, um ambiente educacional inclusivo, o que além de gerar desigualdade social, traz à tona questões pessoais que implicam na impossibilidade de uma perspectiva futura, já que situações de descaso começam no berço e perduram até a fase adulta.

A educação dos surdos no Brasil vem sendo amplamente discutida ao longo das últimas décadas. No que diz respeito a medidas que promovam a acessibilidade desta parcela da população, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconheceu a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação e expressão da comunidade surda (BRASIL,

2002) e o Decreto 5.626/2005 assegurou o direito dos estudantes surdos à educação (BRASIL, 2005). No entanto, a inclusão de surdos na escola regular ainda figura como um assunto polêmico perante a sociedade, seja entre muitos estudiosos, profissionais ou até mesmo entre os próprios familiares que buscam uma melhor qualidade de ensino na inclusão desses alunos.

Dentro dessa perspectiva, são discutidos: o respeito aos direitos da pessoa com deficiência e o exercício da cidadania definidos em lei; a língua com a qual o aluno surdo¹ deverá ser alfabetizado, isto é, língua de sinais e/ou português; e a modalidade de ensino, seja de modo regular ou diferenciado (RIBEIRO, 2013). Apoiada no ideal de escola para todos, a educação inclusiva vem contrapor o modelo de educação especial que, na concepção de algumas autoras, como Rosseto (2005) e Lacerda (2007), favorecia a segregação e a discriminação.

Para Skliar (1998), o fracasso da inclusão de surdos em escolas regulares se dá, muitas vezes, pelo fato de se tentar uma espécie de disciplinamento desse aluno, levando-o para o mais próximo possível da realidade dos ouvintes, tanto em nível de aproximação espacial quanto referente à expectativa pelo desempenho. Dessa forma, o modelo de escola inclusiva que existe hoje, a qual deveria resguardar o respeito pela diferença, acaba obrigando o surdo a moldar-se à imagem do aluno ouvinte, negligenciando sua identidade, sua língua materna (Libras) e sua cultura (RIBEIRO, 2017).

Em um país subdesenvolvido como o Brasil, são nítidos os passos lentos rumo a uma educação comum para todos. O presente texto aborda questões que envolvem os não ouvintes, explicitando que há um déficit no que se refere às práticas pedagógicas e suas dinâmicas para envolver todo e qualquer indivíduo. Com o avanço tecnológico, tanto as pessoas quanto as instituições têm se desenvolvido a fim de acompanhar o ritmo estabelecido e muitas ferramentas pedagógicas que poderiam fomentar e agregar melhorias no processo de aprendizagem de ambos os lados não são devidamente exploradas. O semiárido nordestino – especificamente de Juazeiro-BA e Petrolina-PE que, embora sejam municípios muito valorizados devido ao contexto propiciado pelo Rio São Francisco –, ainda sofre com o estigma regional. Assim, um processo que já é de natureza lenta, fica ainda mais evidente no interior dos estados por conta das prioridades educacionais impostas pelos setores responsáveis.

¹ De acordo com o Art. 2º do Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, “Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”.

Nas escolas brasileiras é comum haver muitos surdos em idade avançada e que estão há muitos anos nas séries iniciais sem um desempenho satisfatório, principalmente em relação aos conteúdos curriculares (QUADROS, 2009). Para modificar esse cenário deve-se ter em mente que a inclusão escolar é um processo dinâmico e gradual que pode tomar formas diversas, a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita (LACERDA, 2007). Com relação a isso, Pietzak (2017) destaca que o cenário atual do sistema educacional vem sendo colocado sob prova, já que, visivelmente, percebe-se um fracasso dos processos de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o currículo escolar, enquanto referencial das práticas pedagógicas, precisa ser dinâmico, alterável, passível de ampliação, vivo e não acabado. É o processo que vai definir o que, como, por que ensinar e quando avaliar. Sendo assim, faz-se necessário não um currículo novo, mas um currículo que receba as adequações necessárias, que repense as práticas pedagógicas, considerando que o aluno surdo enfrenta dificuldades em seu desenvolvimento escolar, não em função da sua limitação auditiva, mas sim em virtude das metodologias adotadas para ensiná-los (DAMAZIO, 2007).

Parte disso é reflexo do modelo atual da cultura escolar, que é composta de programas, currículos oficiais, normas, legislações que são praticadas pelos agentes envolvidos: gestores, professores e alunos. Todavia, a configuração do nosso sistema educacional, favorece uma cultura homogênea (HALL, 2006), que considera padrões educacionais universais e, em se tratando de alunos surdos, suas práticas predominantemente são ouvintistas². Surdos são indivíduos que têm outra forma de conceber o mundo, seu acesso ao conhecimento não se dá por via oral e sim visual. Possuem uma língua própria e especificidades pedagógicas (STROBEL, 2018).

Quando consideradas as condições de qualificação dos profissionais da educação no contexto atual, é nítida a defasagem no número dos que receberam algum tipo de instrução que tenha, de fato, contribuído em sua formação para educarem alunos surdos. O ciclo vicioso tem origem na escola, onde o futuro professor, em grande parte das vezes, não tem exemplos

² De acordo com Ribeiro (2021): “O ouvintismo pode ser compreendido como uma corrente de pensamento de acordo com a qual se estrutura socioculturalmente o mundo a partir da matriz ouvinte, gerando, portanto, exclusão, negação e invisibilidade das pessoas surdas. Site externo e suas produções” (RIBEIRO, 2021). Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/ouvintismo-estrutural-e-exclusao-social-da-pessoa-surda/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

de educação efetiva entre seus colegas, e mais tarde, sem reconhecer a valorização da educação inclusiva, mesmo que inconscientemente, aprende de maneira superficial questões relacionadas à surdez. Esse conhecimento vago que as universidades proporcionam não é suficiente, de modo que a aprendizagem depende quase que exclusivamente do interesse prévio do aluno, que para se aprofundar, precisa incluir disciplinas não obrigatórias em sua grade curricular. De acordo com Silva et. al., os professores não são capacitados em sua trajetória de formação para lidar com o processo de ensino e aprendizagem para alunos surdos (SILVA et. al., 2020). A disciplina Libras, constante como componente curricular obrigatório nas licenciaturas, dispõe de carga horária reduzida, não abarcando os aspectos linguísticos, culturais e especificidades da pessoa surda de forma completa.

O processo de inclusão depende de uma estrutura bem formulada, onde embora o protagonista do seu próprio conhecimento seja o aluno, o educador tem como função principal servir como instrumento que, mais que repassar o conhecimento, precisa causar o desenvolvimento reflexivo. Porém, o grande problema que acomete no sistema educacional os indivíduos surdos é exatamente a falta de interesse, por parte das políticas públicas educacionais, em efetivar as práticas pedagógicas corretamente, a fim de atender todos os alunos dentro de cada especificidade.

Nessa perspectiva, a comunidade surda tem reivindicado o reconhecimento das especificidades linguísticas e culturais dos surdos no seu processo educacional, que deve ser pensado e organizado segundo uma abordagem bilíngue e bicultural (SILVA *et al.*, 2014). Desse modo, entende-se que a língua de sinais, primeira língua do surdo, deve assumir lugar de língua de instrução e de interação no processo educacional e a língua utilizada pelo grupo majoritário do país deve ser ensinada como segunda língua. Além disso, o aluno surdo deve estar com seus pares surdos, bem como com os surdos adultos, o que contribui para o desenvolvimento da linguagem, para a construção de uma teoria de mundo e para a construção de uma identidade surda (RAMOS, 2019).

Apesar de não haver um levantamento exaustivo sobre o desempenho escolar desses alunos na região nordeste, os profissionais e os próprios surdos reconhecem as defasagens escolares que impedem o adulto com surdez de competir e de ampliar possibilidades no mundo acadêmico e no mercado de trabalho, por exemplo. Diante do exposto, a presente pesquisa levantou as seguintes questões: como se dão as práticas pedagógicas para alunos surdos nas cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE com essas características e que usam o mesmo espaço social, político e educacional dos ouvintes? E ainda, sobre a cultura e o

currículo escolar, como se concebe o fazer pedagógico considerando as especificidades desse grupo específico?

É importante salientar que diante da escassez de pesquisas sobre as práticas pedagógicas para alunos surdos nas localidades escolhidas, a presente pesquisa se justificou mesmo diante da sua amplitude. A intenção é demonstrar uma perspectiva ampla em relação à temática, levando em consideração que não foram encontrados estudos anteriores que explorassem as práticas pedagógicas para alunos surdos, seja de maneira ampla ou de maneira delimitada.

Embora este seja um assunto de extrema importância para as políticas públicas educacionais, ele é pouco discutido, o que acaba gerando um déficit educacional considerável para essa parcela social que independentemente das suas características ou particularidades, tem o direito da inclusão e da convivência. O espaço educativo, na teoria, tem como objetivo claro garantir o processo de aprendizagem através das ferramentas disponíveis, utilizando como principal instrumento o educador, que é capacitado a aplicar as metodologias eficazes para o desenvolvimento intelectual de cada aluno. Mas na prática, a teoria se perde em meio à falta de recursos e incentivos por parte do governo, o que origina uma problemática que afeta diretamente os estudantes surdos.

O objetivo central desta pesquisa foi de relatar a maneira como se dá o desenvolvimento de uma prática docente capaz de envolver e instruir os alunos surdos, uma vez que a homogeneidade dentro da sala de aula e negligência por parte dos poderes que envolvem a circunstância atual, não permite que cada aluno progrida levando em consideração cada uma das suas especificidades. Ainda, ressalta-se que a amplitude do tema se deu a partir da escassez de pesquisas voltadas para as práticas pedagógicas em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, o que por sua vez também justifica a não delimitação a uma única série ou ano.

Descrever as práticas inclusivas voltadas a estudantes surdos nas cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE e propor quais fatores educacionais são determinantes para a tomada de decisão de matrícula pelos estudantes surdos das duas cidades foram objetivos secundários da pesquisa, assim como, discutir sobre as políticas locais e regionais do sistema educacional municipal referentes à educação das pessoas surdas e quantificar a inclusão de surdos nos polos de ensino básico das duas cidades, comparando-os com bases nacionais são ações importantes. Destaca-se que este não se tratou de um estudo comparativo entre as escolas, e

sim de uma pesquisa prática que buscou explicitar as práticas pedagógicas de maneira ampla, isto é, a partir das perspectivas e vivências de cada participante da pesquisa.

Os municípios aqui abordados estão entre os destaques do semiárido brasileiro, devido a sua riqueza propiciada pela localização privilegiada, às margens do Rio São Francisco, que contribuem para o desenvolvimento industrial, da agricultura, agropecuária e do turismo. Uma localidade tão valorizada no território brasileiro, na teoria, deveria contar, também, com uma valorização interna. Uma vez que os setores que movimentam a economia, cumprem a sua função com êxito, dever-se-ia abrir espaço para que a área educacional funcione de maneira coerente com a sua demanda profissional, por exemplo.

A partir de um caminho traçado desde as origens etimológicas até as atuais circunstâncias no território de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, provenientes da problemática geopolítica e educacional, o presente trabalho procurou explorar todo o contexto das práticas pedagógicas para alunos surdos, a partir de uma pesquisa quati-qualitativa.

1.1 POR QUE ESSE LÓCUS E ESSA PROBLEMÁTICA?

Os municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE formam uma rede integrada de desenvolvimento econômico (RIDE), que desempenham as políticas públicas de educação voltadas para a formação educacional dos surdos. No entanto, observa-se que a prática não tem sido satisfatória, uma vez que, embora a educação para surdos tenha uma ampla gama de estudos e documentos capazes de orientar os agentes envolvidos nesse cenário, ainda assim é possível notar a dificuldade em atender às adequações ideais. A realização de levantamentos do panorama da educação inclusiva dos surdos indica uma necessidade de estudos que contemplem as discussões da comunidade surda relativas à educação desses alunos, por meio de reflexões e proposições concebidas junto a eles, no sentido de suprir lacunas encontradas na referida produção (RAMOS, 2013).

Sendo assim, a realização de pesquisas investigativas que busquem quantificar e qualificar a estrutura da educação que a comunidade surda vem recebendo é de extrema importância, visto que, o processo de ampliação do conhecimento sobre essa temática traz uma relevância social, bem como, aborda os princípios da educação, que visam à disseminação do conhecimento para todos os indivíduos de forma indiscriminatória (RAMOS; ZANIOLO, 2014). Dessa forma, conhecer o panorama da inserção de indivíduos surdos na educação básica numa região de elevado desenvolvimento econômico, como a região do Vale do São Francisco, semiárido nordestino, corrobora para conhecer as

problemáticas e avanços nas duas cidades deste estudo, assim como, na validação de políticas educacionais para esse público-alvo, visando assim preencher algumas lacunas nesse processo gradual da inclusão da educação para os surdos nas esferas municipal e estadual nessa região (BISOL, 2008).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem como objetivo traçar um caminho livre de um único direcionamento, abrindo espaço para uma reflexão ampla acerca do processo histórico-cultural evolutivo que pressupõe a temática, através da apresentação de todo o contexto das práticas pedagógicas na educação de surdos no seminário, a fim de proporcionar além de uma metodologia eficaz, uma pesquisa enriquecedora.

Para melhor compreensão, este capítulo será dividido em quatro relevantes subcapítulos e contará com diversas referências teóricas do campo educacional, em especial, na educação de surdos.

O primeiro subcapítulo tratará sobre a relevante contribuição do olhar cartográfico perante a pesquisa. Devido à escassez de projetos cartográficos no Brasil, a metodologia se torna pouco explorada, fazendo-se necessária uma prévia apresentação, para deixar o leitor mais familiarizado com o olhar amplo diante das diversas possibilidades. A intenção é despertar um desfoque de um objetivo final, propiciando a visualização de todo o cenário que envolve as *práxis* educacionais.

Logo em seguida será apresentado um breve resumo em relação à trajetória dos alunos surdos no Brasil, uma vez que o contexto histórico é primordial para a compreensão da sua evolução, seja ela da temática ou da problemática que impacta a localidade aqui trabalhada. Os antecedentes serão fundamentais para ampliar a visão de quem se interessar, uma vez que os detalhes constituem o objeto final.

Após contextualizar a história e cultura formada pela e para a comunidade surda, será possível aprofundar as especificidades sobre as práticas pedagógicas para alunos surdos em Juazeiro - BA e Petrolina - PE. Neste momento serão apresentados dados relevantes sobre a localidade e as questões educacionais, levando em consideração todo o cenário da problemática e sujeitos envolvidos, como políticas públicas, corpo docente e os alunos surdos da região.

Para finalizar o capítulo, serão apresentadas referências teóricas que serão essenciais para posteriormente avaliar os resultados acerca das práticas pedagógicas para alunos surdos na região do semiárido brasileiro. A importância da inserção das práticas para esta parcela populacional é o assunto do subcapítulo final, proporcionando desta forma uma visão abrangente para a metodologia que será apresentada posteriormente.

Os surdos, diferentemente do que se entende atualmente devido aos estudos das últimas décadas e corroborado pelas legislações vigentes e conforme será discutido

posteriormenteneste trabalho, até meados do século XVI eram vistos como ineducáveis. Em consequência disso, eram considerados como inúteis à coletividade social. Devido a este fato enfrentavam o preconceito, a piedade, o descrédito e até mesmo a denominação de loucos. De modo geral, quando analisamos as formas de tratamento oferecidas às pessoas surdas percebemos que estas se desenvolvem em função da concepção de humano difundida nos diferentes períodos do percurso da humanidade (MERSELIAN, 2009).

No Brasil, o retrato da educação inclusiva para surdos é recente, visto que as discussões referentes a educação especial para surdos tiveram suas origens na década de 80/90, pautando a diferença sociocultural e linguística entre surdos e ouvintes (SKLIAR, 1999).

Com o avanço das discussões surge uma das primeiras ações propostas, a criação da Lei No 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o Decreto No 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a referida Lei, legitimando as reivindicações da comunidade surda a partir do reconhecimento legal da Libras e da organização de escolas ou classes específicas para surdos em uma perspectiva bilíngue (BRASIL, 2002; 2005).

De acordo com Lodi (2013),

Os movimentos sociais em nosso país que impulsionaram a redação e a aprovação da Política de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva e do Decreto nº 5.626/05 datam da década de 1990. A Política - tendo como base os princípios da democratização da educação, que a garantem como um direito de todos e um dever do Estado - teve influência de diversos documentos internacionais e nacionais. O Decreto, motivado pelos movimentos das comunidades surdas e por pesquisadores da área da educação de surdos, foi promulgado após o reconhecimento legal da língua brasileira de sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras, nove anos após o início da tramitação da matéria no Senado Federal. Para a redação dos documentos, buscou-se o diálogo com diferentes segmentos sociais, sendo a academia quem mais participou desse processo; as comunidades surdas puderam dar sua voz apenas nas discussões que antecederam a redação final do Decreto, fato que merece ser destacado (LODI, 2013, p. 51).

Antes de adentrar na discussão acerca da educação especial, é necessário compreender alguns conceitos básicos, isto é, inclusão, educação bilíngue e escola especial. A inclusão, de acordo com Camargo é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isso, participam efetivamente (CAMARGO, 2017, p. 1). A partir do momento que a noção de inclusão é definida, é possível explicitar o significado de educação bilíngue para a educação de surdos, que por sua vez assume um papel de grande relevância no âmbito educacional. A educação bilíngue ocorre quando a língua falada de seu país de origem é apresentada como segunda língua para o estudante surdo

(FREIRE et. al., 2017). Essa concepção não apenas propicia a inclusão como também abre espaço para que novos ambientes sejam pensados e formulados para a comunidade surda.

A educação especial brasileira passou por profundas transformações. De um sistema rústico e sem desconstruções do ensino comum, para constituir uma modalidade transversal em todos os níveis e etapas de ensino, de modo a ofertar atendimento educacional especializado (AEE) – complementar ou suplementar – e dispor de serviços e de recursos para apoiar e assegurar o processo educacional e o desenvolvimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/super dotação nos sistemas regulares de ensino (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI) (PNEEPEI, 2008).

Especificamente sobre a educação de alunos surdos, que fazem parte do público-alvo da Educação Especial, podemos dizer que a atual proposta de inclusão escolar tem sido fortemente contestada pela comunidade surda. Nas últimas décadas, os discursos sobre a surdez têm se ampliado para além de interpretações clínicas. Inspirados em bases antropológicas e culturais, eles narram a surdez como uma diferença cultural (LOPES, 2011).

As influências linguísticas de uma região para outra são observadas desde o início das primeiras atividades sinalizadas. A título de exemplo, afirma-se que a história da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) tem suas raízes linguísticas derivadas da Língua de Sinais Francesa (LSF), comprovadas pelo contato de um surdo francês Ernerst Huet, que veio ao Brasil em 1855 para fundar a primeira escola para surdos brasileiros, atualmente chamada de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (LACERDA, 1998).

Um século e meio depois, no ano de 2005, o caminho inverso foi feito pela até então diretora das políticas internacionais da FENEIS Marianne Rossi Stumpf que, observando as implantações das escolas bilíngues, comparando o modelo francês com o Brasileiro, Stumpf comentou: “Minha contribuição é no sentido de detalhar o modelo francês de ensino bilíngue, que pude observar, e também a de tecer algumas considerações sobre o que temos visto aqui no Brasil” (STUMPF, 2008).

Adentrando em pesquisas polarizadas em níveis regionais, observamos estudos que atualmente estão sendo desenvolvidos e percebemos a produção de material em amplitudes menores, que tentam entender como a educação inclusiva voltada para o aluno surdo está organizada nos agrupamentos regionais, estaduais, interestaduais e municipais.

2.1 A CONTRIBUIÇÃO DO OLHAR CARTOGRÁFICO

Quando adentramos na questão da cartografia, que posteriormente será mais detalhada nas questões metodológicas, é possível observar que na teoria ainda há uma contribuição extremamente escassa para o problema educacional de surdos. Em relação ao ambiente educacional, sobretudo comparado com as metodologias mais tradicionais, são poucos os estudiosos que sugerem um estudo cartográfico afim de traçar uma resolução mais eficaz.

É possível dizer que um trabalho com um olhar cartográfico tem o poder não apenas de apresentar as teorias que cercam o assunto, mas através de recortes, informar toda uma trajetória e contexto em que uma problemática foi desenvolvida. Embora muitas pessoas, devido à falta da utilização desta metodologia, associem os estudos cartográficos a mapas, por exemplo, é possível afirmar que até mesmo os conceitos que envolvem o termo “mapa” são subjetivos e dependentes das diferentes perspectivas.

Segundo o livro *Princípios de Cartografia Básica* (1982), o questionamento

“O que é um mapa?” Não é uma pergunta trivial. As características que distinguem mapas de outras representações como gráficos de desenhos, aquarelas, e fotografias não são evidentes nos sinônimos comuns: planta, gráfico e diagrama. As plantas de construções não necessitam mostrar localidade relativa a outras construções e não tomam conta da curvatura do planeta. Os gráficos têm dois eixos não geográficos, como os desenhos para ilustrar tendências Econômicas. E os diagramas que não precisam de uma base geográfica, podem incluir os desenhos feitos para assessorar pais atordoados na montagem de brinquedos (ANDERSON, 1982, p. 11).

A exploração das perspectivas que são relevantes para a pesquisa, mostram um cenário de modo amplo, sem contar com uma visão engessada e intencionada de forma rígida, que muitas das vezes está apenas direcionando o pensamento do leitor a uma determinada opinião. Os mapas têm o objetivo de traçar todo um processo e mostrar ao leitor toda a dinâmica da questão.

De acordo com BREGONCI (2017),

A cartografia busca compreender os fenômenos que se dão em diferentes âmbitos, desde o local ao global, procurando conhecer as dinâmicas de seus processos. Ao pensarmos um trabalho que busca percorrer esse caminho, entendemos que os mapas que serão construídos a partir desses movimentos nos darão pistas para nos aproximar das múltiplas realidades (BREGONCI, 2017, p. 39).

A autora ainda cita que a cartografia utilizada se trata visão simbólica, ou seja, tem como papel trazer a reflexão através das representações sociais e das metáforas cartográficas, que por sua vez aprofunda o conhecimento dos fenômenos que se dão em diversos ambientes, como, por exemplo, o institucional e educacional.

O texto *Cartografando currículos na educação de surdos, saberes e práticas docentes entre-diferenças* (GIORDANI; MARINS, 2015), descreve o cartógrafo como um pesquisador que utiliza apenas o que tem em mãos, sem se preparar previamente de modo intencional, afim de abrir espaço para que a subjetividade e o inesperado agreguem valor ao seu projeto. A cartografia neste sentido, permite enxergar com clareza cada detalhe que condicionou o objeto de estudo, entre experiências, expectativas, situações externas, internas e todas as influências que direcionaram o resultado final.

Na pesquisa cartográfica se cartografa o atual ou se atualiza radicalmente o vivido. A cartografia dá a ver o vivido, o vivo, a vida. Saber sobre cartografia, de modo a vivê-la na pesquisa, no estilo do texto, na forma de catar os dados, no jeito de apresentar o trabalho de pesquisa, nos modos de perceber as subjetividades coletivas, sabe-se, ainda são métodos nada tradicionais. Para quem se utiliza da cartografia, qualquer informação é relevante, é singular, é digna de análise, é autêntica, é apropriada (GIORDANI; MARINS, 2015, p. 83).

Toda e qualquer informação se torna relevante ao olhar do cartógrafo (ou pesquisador utilizador), gerando uma infinidade de possibilidades que contribuem para um porquê. As indagações iniciais que dão origem a qualquer pesquisa se tornam mais que meros questionamentos a serem respondidos ao longo dela. Cada pergunta é um portal para diversas realidades e cada ramificação gerada com uma única questão pode levar o pesquisador a apreender os detalhes da conclusão. Conclusão que só é final perante aquela pesquisa, naquele momento, já que, posteriormente, novas ramificações podem surgir e modificar o ponto que foi determinado final anteriormente.

A beleza da cartografia está na sua contribuição nada engessada, e acima de tudo na sua compreensão perante os fatos. Selecionar um histórico problemático em uma determinada área, para o pesquisador cartógrafo, significa também entrar em conflito com as próprias opiniões acerca do campo de estudo. Permanecer aberto para possíveis transformações, é um desafio que precisa ser enfrentado para obter a plena compreensão de causa e, talvez, este seja o motivo pelo qual o método cartográfico seja tão pouco utilizado. Trabalhar em um projeto onde o maior obstáculo pode ser o condicionamento rígido (consciente ou não) da própria mentalidade, com toda certeza é uma provocação ao próprio ego.

A cartografia das práticas pedagógicas na educação dos surdos de Petrolina - PE e Juazeiro - BA, teve como finalidade não apenas me desafiar como pesquisador, mas contribuir de forma direta num campo que tem se mostrado problemático. Enquanto pesquisador, sinto que estou rompendo barreiras que estiveram presentes ao longo da minha trajetória de vida, tanto pessoal quanto profissional. É importante ressaltar que o meu primeiro contato e desafio se deu através da minha irmã mais velha Giselle que, enquanto pessoa surda, precisou se

adequar a sistemas educacionais e enfrentar diversas complexidades e problemáticas ao longo da sua vida para efetivar a sua construção de conhecimento. Por vivenciar essa luta junto com ela, identifiquei-me com essa causa e, desde então, busco me inserir no ramo educacional de maneira significativa, contribuindo de maneira positiva para o desenvolvimento da educação para surdos.

Em minha trajetória profissional, tive o prazer de iniciar a minha história com a Libras no ano de 2002, em Salvador, na Associação Educacional Sons no Silêncio (AESOS), interpretando cursos de capacitação profissional para pessoas surdas. Posteriormente, num trabalho de caráter voluntário religioso e ao mesmo tempo social das Testemunhas de Jeová, atuei com ensino de Libras e tradução junto a famílias de surdos e organizações não governamentais, em vários lugares do Brasil. Nesse meio tempo, a AESOS passou a manter uma escola de proposta bilíngue que já chegou a ter mais de 200 alunos surdos matriculados, desde a educação infantil até o ensino médio. Voltei a trabalhar lá e, nesta escola, atuei como tradutor/ intérprete na sala de aula, além de ministrar capacitações em Libras para professores e para alunos surdos. Em 2014 me mudei para Juazeiro e passei a atuar como contratado, no ensino médio da rede estadual de Pernambuco em Petrolina, cidade vizinha, como professor itinerante atendendo alunos surdos no contraturno. Em paralelo, fui aprovado no concurso para tradutor/intérprete da Universidade Federal do Vale do São Francisco e comecei a atuar no meio acadêmico, além de eventualmente trabalhar como docente em faculdades privadas da região. Diante das lacunas e dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos que tive a satisfação de conhecer, surgiu a motivação para a presente pesquisa que trago desde a especialização.

A finalidade aqui é traçar uma linha de raciocínio junto ao leitor, deixando desde já, o convite às ramificações de cada indagação. Todos os contextos serão expostos, desde o histórico brasileiro, até a questão central, que são as práticas pedagógicas para alunos surdos em um dos territórios do seminário brasileiro mais valorizados devido a sua localidade privilegiada.

2.2 O CONTEXTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A evolução da temática, devido a todo o contexto, ideais e experiências, vem sendo explorada de diversas maneiras, abandonando os modelos tradicionais, que estigmatizam o processo cultural e educacional do semiárido e abrindo espaço para novas reflexões. Segundo Souza e Francisco, em seu artigo *O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa:*

Estabelecendo Princípios... Desenhando Caminhos..., o maior desafio da metodologia aqui explorada é manter a mente aberta, deixando de lado qualquer pensamento enrijecido, que possa ignorar fatores cruciais.

Para uma melhor abordagem, é válido ressaltar o enredo da região, que na maioria das vezes é estereotipada por questões estéticas e morais. Quando o assunto é o semiárido é importante contextualizar que o destaque do litoral brasileiro no século XVI fez com que o interior do país fosse posto em segundo plano em relação ao processo de colonização, dando início a um paradigma que reflete nos dias atuais em diversos âmbitos (ANDRADE, 1980; PRADO JR., 1993).

Quando analisado o cenário etimológico da palavra sertão, em primeira instância, é comum se deparar com significados mais generalizados, como cita o Dicionário Aurélio, por exemplo:

1.Região agreste, distante das povoações ou terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral. 3. Interior pouco povoado. 4. Bras. Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior semi-árido da parte norte-ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos. (...) (FERREIRA: 1975, p.1293).

Porém quando a pesquisa tem um teor histórico maior, é possível reparar a evolução do termo dentro de uma perspectiva imanente, ou seja, uma ideia que inicialmente foi imposta pelos colonizadores no período exploratório das regiões semiáridas, permanece até os dias atuais, refletindo um paradigma extremamente difícil de ser quebrado em diversos âmbitos, como social, político e educacional, por exemplo (FILHO, 2011).

O território foi contextualizado em um período histórico onde o litoral começou a ser supervalorizado pelos portugueses devido a fatores óbvios como a exploração dos meios marítimos, comércio e colonização e o sertão, paralelamente, foi estigmatizado como um grande deserto, sofrendo uma evolutiva problemática, resultando nos piores índices de desenvolvimento educacional, econômico e social.

Em contrapartida, a região conta com uma vasta e rica cultura, repleta de elementos, simbologias e singularidades capazes de gerar uma identidade única e de fácil reconhecimento por onde se faz conhecida. Inicialmente relacionado quase que exclusivamente com as referências naturais, o semiárido foi originando os seus próprios discursos regionalistas com o passar do tempo, rompendo o padrão naturalista e trazendo à tona uma personalidade marcante, mesclando as questões orgânicas como o clima e a vegetação, juntamente com as

distinções culturais, fortalecendo o território de maneira singular e indo contra a ideia estereotipada proveniente da colonização (ARAÚJO, 2011).

Levando em consideração os dois lados de uma mesma moeda, uma ressignificação da região se faz necessária, para que desta forma o espaço para uma nova perspectiva se abra, afim de valorizar a diversidade cultural e abranger a visão geopolítica, construindo um novo paradigma que livra

(...) as “culpas” atribuídas às condições naturais, e enxerga o espaço Semi-Árido com suas características próprias, seus limites e potencialidades, é o resgate de um pensamento que afirmava, a exemplo do que foi formulado por Guimarães Duque, que o desenvolvimento no Semi-Árido depende fundamentalmente de uma mudança de mentalidade em relação às suas características ambientais, e de mudança nas práticas e uso indiscriminado dos recursos naturais. [grifos nossos] (SILVA; 2006; p. 225).

Após essa breve contextualização explicitando de maneira compacta algumas questões precedentes da região, é possível relacionar os fatores que aqui interessam. A problemática educacional que envolve o ensino, a aprendizagem e a inclusão de estudantes surdos de Juazeiro e Petrolina é apenas a consequência de uma cadeia de negligência por diversas partes. A intencionalidade aqui presente é gerar uma discussão mais aprofundada, estabelecendo o cenário geral das práticas pedagógicas juntamente com o panorama de inclusão educacional para alunos surdos no semiárido, mais especificamente, em Juazeiro e Petrolina. A partir da perspectiva e vivência de cada participante, será possível adentrar na temática sob um olhar cartográfico, ampliando os horizontes e mergulhando na realidade.

Independentemente de qualquer particularidade, é de suma importância compreender o contexto educacional brasileiro como meio de inclusão. A universalização é um processo obrigatório presente nas instituições educacionais e tem como principal característica a heterogeneidade, ou seja, a valorização de cada indivíduo.

"a filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). Trata-se de estabelecer os alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu alunado e colaborar com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social" (SANCHEZ, 2005).

Sobre o início da educação para surdos no Brasil, há deduções que esta começou a partir do genro de Dom Pedro II. O interesse foi despertado no Imperador devido a convivência com o marido da sua filha Princesa Isabel, que era parcialmente surdo. O educador francês Ernest Huet, que compartilhava da mesma característica que seu genro, teria sido convidado em 1855 pela realeza juntamente com sua esposa, com a intenção de fundar

uma escola para surdos. Em 1857 foi criado o INES, situado no Rio de Janeiro, que tinha como principal função ofertar educação de qualidade, e também atuava como uma espécie de asilo para jovens surdos de todo o território brasileiro (STROBEL, 2008).

Sobre as questões que envolvem as leis da Fundação, a nomenclatura inicial era Imperial Instituto de Surdos-Mudos. Posteriormente o Regimento de 1949, imposto pelo Decreto nº 26.974, de 28 de julho de 1949, aprovado pelo Decreto nº 38.738, publicado no dia 31 de janeiro de 1956, expressou a intitulação de “Instituto Nacional de Surdos-Mudos”. Em 8 de julho de 1957 foi publicada uma nova modificação na nomenclatura de acordo com a Lei nº 3.198 para “Instituto Nacional de Educação de Surdos” (DORIA, 1958).

Devido à surdez parcial, o educador Ernest Huet enfrentou grandes dificuldades aqui no Brasil no que diz respeito a sua profissão. Em um período pouco desenvolvido em relação ao âmbito social, como um todo, a surdez do educador causava dúvidas sobre a sua capacidade intelectual quanto à licenciatura. Com toda a desconfiança da população relativamente às suas práticas e metodologias pedagógicas, o início das suas atividades profissionais foi pífio e poucas eram as pessoas que arriscaram testar seu conhecimento na prática. Com o passar dos anos, uma reviravolta foi efetivada e, passando de apenas dois alunos, Huet conseguiu ocupar todo um prédio para disseminar suas práticas, práticas essas que deram uma contribuição significativa para o processo de inclusão, refletindo até os dias atuais (ROCHA, 2007).

Por ser um ponto de referência tanto para educadores quanto para alunos, o INES concentrava boa parte da parcela surda da época, o que naturalmente gerou a necessidade de uma comunicação mais eficiente. Como Huet era proveniente da França, ele utilizava a língua de sinais do seu país de origem. Mas assim como qualquer processo de constituição de uma língua, os hábitos comunicativos mesclaram o conhecimento trazido do exterior, juntamente com costumes brasileiros, o que mais tarde originou a Língua Brasileira de Sinais, que é utilizada na atualidade (MORI; SANDER, 2015).

Em meados dos anos 60, por conta da ineficiência da oralismo nos Estados Unidos, surge de maneira gradativa o conceito de Comunicação Total, a fim de reunir fatores como a fala, sinais, ritmo, leitura labial, entre outros, para potencializar as relações sociais. Em 1980, essa ideia chega ao Brasil, trazendo à tona novamente a importância da educação para surdos, reforçando a comunicação eficaz e utilizando como referência todos os recursos comunicativos disponibilizados pela sociedade e, assim, oferecendo o direito de escolha sobre qual método o indivíduo prefere aprender e utilizar (CICCONE, 1996).

Segundo o trabalho *Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS*, escrito por Streiechen (2012), o pensamento geral da população ainda era regresso e estereótipos nada agradáveis eram atribuídos aos surdos. O pensamento dominante via o indivíduo surdo como um ser incapaz de ser desenvolvido, uma vez que o conceito genérico e generalizado da época era que, sem linguagem, não havia evolução do pensamento e sem fala era impossível progredir em relação a audição. A partir dessa lógica, quem não ouvia não falava e, muito menos, pensava (STREIECHEN, 2012).

Fatos como a oralidade, fortemente presente como único meio comunicativo, fizeram com que o processo da introdução de Libras fosse muito lento; onde o dia a dia era responsável pelo aprendizado dos educadores perante os meios comunicativos dos alunos surdos, ou seja, o aluno surdo ainda era sujeitado a métodos comunicativos que não condiziam com a sua realidade, dificultando todo e qualquer processo de aprendizagem ou interação. Em contrapartida a todos os desafios, o povo surdo criou e utilizou de táticas que propiciaram a sobrevivência da língua em uma sociedade onde o poder era centralizado em quem possuía características que eram consideradas “normais” para a época. O vingar da Libras foi um processo exclusivamente sustentado pelos surdos (MORI; SANDER, 2015).

Mesmo com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua pela Lei nº10.436/2002, a sua inserção na grade curricular educacional ainda não é vista como deveria. Aprender Libras é como aprender inglês, levando em consideração que o mundo moderno está imerso na língua de uma grande potência mundial. Indivíduos surdos estão por toda parte e formam atualmente 5% da população brasileira, segundo o IBGE. A comunicação é tida como fundamental para o ser humano, e não seria diferente para o caso dos surdos, que dependem da Língua Brasileira de Sinais para garantir a interação social. Assim como a função principal de qualquer língua é transmitir ou/e expressar diferentes tipos de complexidades, os surdos também dependem do uso da Libras para se comunicarem (SCHLUNZEN; BENEDETTO; SANTOS, 2017).

Na atualidade, é possível observar que as discussões mais profundas acerca do universo não oral são restritas ao campo científico, não atingindo a sociedade como um todo. A escassez de conhecimentos básicos sobre Libras tem como consequência complicações na aprendizagem, tanto do aluno (oral ou não), quanto da sociedade como um todo. A partir da junção dos fatos, é possível visualizar um caminho no qual se dá todo o processo evolutivo dos surdos e após isso especificar algumas questões pouco expostas pelo poder público (VALADÃO,2016).

Quando se analisa a retrospectiva das metodologias educacionais voltadas para a população surda, apenas três ganham um destaque considerável na história: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Dentro de cada uma das vertentes, é possível afirmar que há subdivisões e até mesmo divergências (DORZIAT, 1999).

Na época em que a metodologia oralista foi imposta, os surdos sofreram uma grande repressão, já que a língua de sinais foi totalmente proibida, fazendo com que os alunos fossem obrigados a enfrentar um meio de aprendizagem desconfortável e nada eficaz.

Os surdos que foram submetidos a esse tipo de ensino oral, foram vítimas de grandes consequências. A maioria apenas repetia de forma mecânica tudo o que era imposto, sem ao menos atribuir um significado ou sentido para as palavras. Uma das sequelas mais evidentes foi o analfabetismo, que impediu essa parcela populacional de desenvolver seu intelecto da maneira correta (STREIECHEN, 2012).

Após muitas reivindicações e pesquisas por parte dos educadores e alunos surdos, um cenário muito mais propício surge para o processo de ensino e aprendizagem. O bilinguismo surgiu com o conceito de transformar o ambiente escolar em um local totalmente inclusivo, onde as práticas pedagógicas são criadas a partir do ensino das duas línguas brasileiras, isto é, tanto a língua para ouvintes, na modalidade escrita, quanto a Libras.

O bilinguismo inaugura um novo debate na área da surdez, ele defende a primazia da língua de sinais sobre a língua portuguesa, antes aprendida simultaneamente na comunicação total, ou isoladamente no oralismo. Essa primazia, defendida por muitos autores tem por base dois argumentos. Primeiro, a presença de um período crucial para a aquisição da linguagem. Segundo, a existência de uma competência inata, na qual para aprender uma língua, bastaria estar imerso em comunidade linguística e receber dela inputs linguísticos cruciais (SANTANA, 2007).

O conceito de bilinguismo pode ser caracterizado como um processo cultural que perpassa a questão linguística e social, levando em consideração aspectos como acolhimento e respeito cultural (BENTO et. al., 2021). A principal intencionalidade que cerca esse conceito é o estabelecimento do surdo na sociedade assim como qualquer outro cidadão ouvinte, tendo seu direito e considerando as suas principais formas de comunicação de maneira respeitosa.

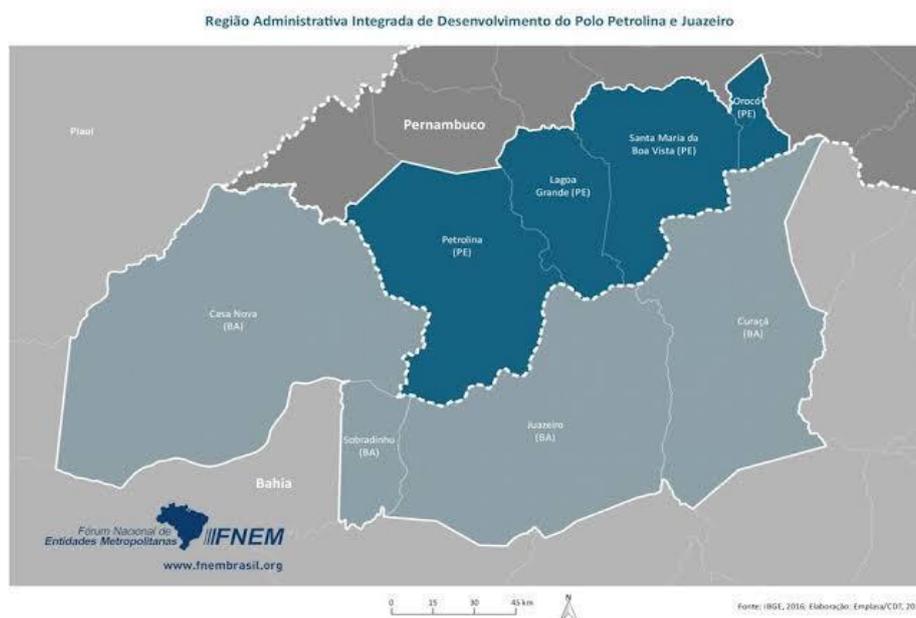
2.3. AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM JUAZEIRO E PETROLINA

Junto com a evolução da perspectiva social em relação aos alunos, novas práticas e metodologias surgiram, dando início a uma discussão ainda muito atual no meio educacional. Discussão essa que envolve uma problemática que acomete não apenas o Brasil como um todo, mas que se acentua em regiões menos favorecidas, ou/e em territórios que estereotipados pelo naturalismo ou por outras características locais, como é o caso de

Juazeiro-BA e Petrolina-PE, que embora sirvam de vitrine para alguns setores, não são destaque quando o assunto é a educação para alunos surdos.

Juazeiro- BA e Petrolina-PE, formam atualmente a maior centralidade urbana do seminário brasileiro, e por conta da sua localidade ser na mesorregião do Rio São Francisco, quando comparadas a outros municípios do interior do Nordeste, elas se destacam devido à industrialização, à agricultura, à agropecuária e ao turismo. Há estudos que apontam que a região é uma das que oferecem uma das melhores qualidades de vida de todo o nordeste brasileiro. Os municípios contam com uma média populacional significativa em confrontação com o que conhecemos como sertão. Segundo o IBGE, a estimativa habitacional de Petrolina-PE é de 354.317 habitantes, enquanto a de Juazeiro-BA é de 218.162.

Figura 1 – Mapa da Região de Juazeiro – BA e Petrolina – PE



Fonte: FNEMBRASIL, 2020.

Para melhor compreensão em relação aos fatores que envolvem a região, em um primeiro momento, serão apresentados os territórios aqui trabalhados a fim de gerar uma intimidade prévia com a localidade. E embora ambos os municípios formem apenas um grande polo quando analisados a partir de uma macro visão, cada uma das localidades conta com as suas características e particularidades.

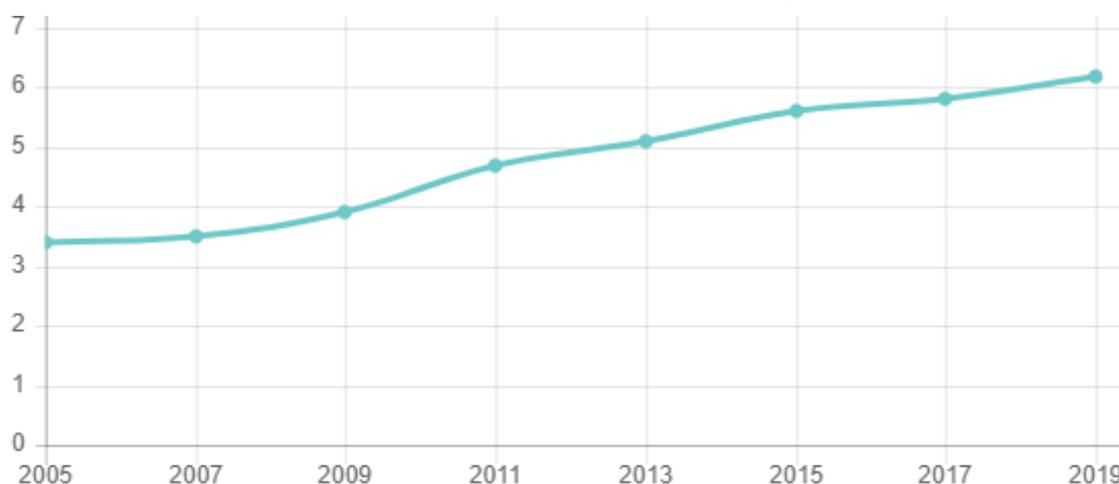
Começando pela região de Petrolina – PE, quando se retoma o contexto histórico em que a cidade surgiu, é comum se associar a região apenas a uma passagem para Juazeiro – BA, já que o desenvolvimento da cidade vizinha se deu primeiro. Naquela época a passagem

pela localidade contribuía de maneira direta para a evolução da zona sertaneja ali instalada. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Petrolina “é cognominada Encruzilhada do Progresso, por ser passagem obrigatória para o norte e via de escoamento para o Centro Sul do País” (IBGE, 2014).

Há versões em que o nome da cidade foi em homenagem ao então Imperador Dom Pedro II e sua esposa Dona Leopoldina. Outra história menciona a existência de uma pedra linda que havia na margem do rio, pedreira da qual foi retirada matéria-prima para a construção de um dos maiores monumentos históricos da cidade, a Igreja Catedral. O escritor Santana Padilha deixou escrito em seu livro Pedro e Lina que o nome da cidade se daria pelo fato de os dois primeiros moradores se chamarem Pedro e Lina e na ocasião do seu casamento o Frei Henrique, de sotaque italiano, ao pronunciar seus nomes fez-se ouvir Petrolina (IBGE, 2014).

Atualmente o município de Petrolina - PE conta com um vasto desenvolvimento local, incluindo a acompanhamento da região vizinha, que devido à localização se dar às margens do Rio São Francisco, foi privilegiada por conta do grande crescimento industrial, forçando uma evolução nos demais setores, como a educação, por exemplo. Em um breve comparativo dos últimos anos é nítido que o crescimento educacional tem se dado na cidade, como é possível observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em Petrolina - PE



Fonte: IBGE, 2020.

Porém, embora a tendência de crescimento nas taxas de desenvolvimento educacional, no que diz respeito ao número de matrículas na rede pública de ensino no município de Petrolina - PE, a educação ofertada para a parcela educacional aqui explorada não se mostra no mesmo ritmo, uma vez que mesmo que haja a tendência de crescimento para novas

abordagens em relação as práticas pedagógicas para alunos surdos, devido à alta nas pesquisas acadêmicas, a efetivação se torna devassada.

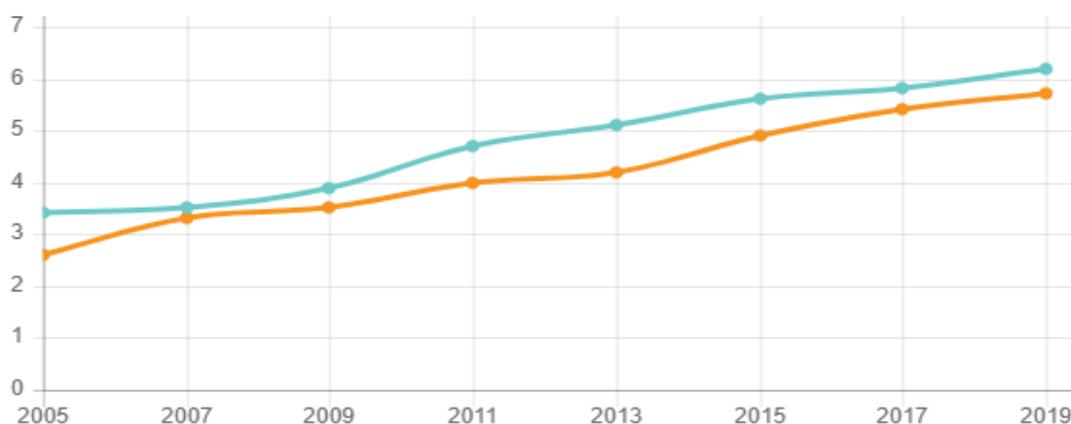
Segundo uma matéria do GRTV 1ª (jornal televisivo local), a problemática que envolve a população surda de uma das cidades mais valorizadas, quando o assunto é o semiárido brasileiro, é muito grande. Após a apresentação da demanda da população surda na Câmara de Vereadores em 2015, que vai desde o âmbito escolar, até cultural, o quadro perdurou sem muitas efetividades.

A presidente da ASP (Associação de Surdos de Petrolina), Maria Helena Soares representou os membros da associação, com apoio da intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Maria da Conceição Soares. “Nós estamos preocupados e muito tristes, porque nós enfrentamos muitos problemas em Petrolina no geral. Nas escolas, no passado já tivemos aqui uma proposta aprovada no PNE de escolas bilíngues e já faz três anos dessa aprovação”, destacou a presidente (PASSOS, 2018).

Relatos como esses estão se tornando cada vez mais frequentes, uma vez que há iniciativas por parte das autoridades competentes, mas não há efetividade na prática, o que acaba gerando uma revolta por parte dos envolvidos com a causa. A reflexão principal está justamente no desenvolvimento escolar, que apesar de apresentar uma tendência ao avanço, não inclui todos os cidadãos de Petrolina, como é o caso dos alunos surdos.

Em seguida, é possível adentrar nas especificidades de Juazeiro – BA, que também se trata de um município rico pelos mesmos motivos que Petrolina, isto é, localização privilegiada, quando comparado a outros municípios do Semiárido Brasileiro. O setor educacional não seria uma exceção diante de seu desenvolvimento e destaque. No gráfico abaixo é possível notar o crescimento no desenvolvimento educacional, em comparação ao município vizinho:

Gráfico 2 – Comparativo do Desenvolvimento Educacional de Petrolina - PE e Juazeiro – BA



Fonte: IBGE, 2021.

Em um breve comparativo, é nítido o crescimento acerca do desenvolvimento educacional na região. E pesquisas no âmbito acadêmico têm ganhado cada vez mais força, gerando um destaque maior para a demanda da comunidade surda no sistema educacional regular. O primeiro Congresso Brasileiro de Saúde em Libras, organizado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, em Juazeiro – BA, por exemplo, abriu espaço para que diversas questões fossem abordadas e exploradas por profissionais de várias áreas, no ano de 2018.

Porém, como já citado, existe uma grande lacuna no que diz respeito a efetivar as políticas na prática. O descaso perante as políticas educacionais acaba por sua vez gerando um ciclo vicioso, onde o educando surdo não tem voz e nem acesso a um direito básico como a educação no sistema regular de ensino. A população desinformada não tem ciência da causa, encontrando dificuldade na hora da interação, o corpo docente não é preparado de fato e o incentivo pelas autoridades não acontecem como deveria.

2.4 A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE PRÁTICAS EFETIVAS

Antes de qualquer análise teórica, é necessário levar em consideração os sujeitos do trabalho, ou seja, os alunos surdos. Compreender como se dão as questões comunicativas desse grupo é fundamental, já que a comunicação é a premissa de todo o conhecimento adquirido, seja ele coletivo ou individual, uma vez que sem o diálogo é impossível estabelecer qualquer construção minimamente significativa em relação ao valor.

Os Surdos são pessoas que se identificam enquanto surdas. Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos

sociais e culturais. A identificação dos Surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais (QUADROS, 2004, p. 10).

Vale ressaltar que os casos aqui citados, são em sua grande maioria, os de pessoas com surdez severa e pessoas com surdez profunda, já que os níveis anteriores nem sempre são abordados e tratados pela comunidade educacional como casos efetivos de surdez. De acordo com o Ministério da Educação “a surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição” (MEC, 2006).

Quando o tema é abordado na teoria é possível notar, embora haja um aumento no número de pesquisas, que se trata de um assunto totalmente à parte dos considerados comuns e/ou urgentes pelas políticas públicas educacionais. Porém, quando abordado na prática, a defasagem se torna ainda mais evidente e um direito básico como a educação acaba sendo posto em um grau de acessibilidade muitas vezes inalcançável para esses alunos.

A escassez de informação sobre a comunidade surda potencializa a perspectiva negativa vinculada às diferenças, afetando não apenas o indivíduo surdo, como também o meio em que ele vive. Não é necessária uma pesquisa de campo, por exemplo, para se chegar à conclusão de que a negligência por parte das autoridades competentes gera um ciclo vicioso, onde educadores não são preparados minimamente para identificar cada característica, os alunos ouvintes não têm ciência de como se comunicar ou lidar com qualquer situação e os alunos surdos se tornam alvos fáceis de desigualdades no âmbito educacional e social.

De acordo com Rodrigues (2017), nos dias atuais, após o início de um grande campo de estudo que ainda precisa ser explorado de fato, muitos surdos e pesquisadores entendem que o vocábulo “surdo” deve ser utilizado para se fazer referência aos indivíduos que percebem o mundo através das experiências visuais, escolhem a língua de sinais para se comunicar, valorizando o contexto cultural e a comunidade surda como um todo. É importante ressaltar que a fala de Rodrigues se fundamenta no Decreto 5626/2005, que em seu artigo 20 diz: “Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005).

Mas mesmo após 20 anos da oficialização da lei que garante a inclusão de surdos através da língua brasileira de sinais, observamos que o ciclo vicioso perdurou de maneira latente. Em um país extremamente vasto em relação ao povo surdo, uma vez que a

diversidade, como mencionado anteriormente, é realçada perante ao contexto cultural, ou seja, surdos oralizados, pré-linguais, usuários de Libras, a expectativa era de que os estudos referentes a esta área abrisse espaço para a prática, mas infelizmente não foi essa a evolução esperada.

Apesar do acesso à escola os surdos não tinham – e podemos dizer que ainda hoje não tem – assegurada a aprendizagem da leitura e da escrita. As dificuldades encontradas por eles são produtos de vários fatores, entre eles a formação docente baseada na tradição oralista, na qual os surdos são considerados portadores de uma patologia. Atualmente, ainda são poucos os cursos de formação de professores que não trabalham uma abordagem clínica da surdez. Muitos professores surdos são frutos dessa visão clínica, que privilegia o treino sistemático de terapia da fala nas escolas, contribuindo assim, para o fortalecimento da cultura ouvinte em detrimento da cultura surda, e isso, através do enraizamento de uma prática pedagógica reabilitadora, que vem fortalecendo a segregação, em prejuízo de práticas pedagógicas interativas, que venham fortalecer a inclusão social dos Surdos (FONTE, 2005, p. 15).

A escola deve ser, antes de mais nada, um ambiente acolhedor, com profissionais capacitados a oferecer educação de qualidade para todos. Porém embora a temática esteja crescente perante as pesquisas acadêmicas, é nítido o descaso em relação à capacitação de profissionais e à inserção de práticas pedagógicas realmente inclusivas para a população surda.

Quando analisamos os moldes atuais nos quais os alunos surdos estão inseridos, é clara a lógica do ambiente, onde estes são condicionados a se encaixarem dentro de um grupo oralista pré-existente. Logo de início, já é possível observar as questões de encaixe que são extremamente desvantajosas para os alunos com surdez.

As questões que envolvem inicialmente o ambiente educacional, contribuem de forma direta para o fracasso escolar dos alunos surdos. De acordo com a tese de SILVA (2000), a maioria das crianças e adolescentes que se encontram nas condições supracitadas tende a não conseguir ultrapassar o 5º ano do ensino fundamental, já que devido à dificuldade encontrada em relação ao próprio conteúdo escolar, a desistência acaba se tornando comum. Os que decidem persistir na dificuldade acabam se tornando copistas e nos casos mais promissores, conseguem encerrar o ciclo por volta dos 15 ou 16 anos de idade, já que cada ano letivo se torna 2 anos ou mais para este grupo.

Não se pode negar que o trabalho com a leitura e a escrita ainda é uma das grandes preocupações dos profissionais (professores, fonoaudiólogos, psicólogos, etc.) envolvidos no trabalho com crianças e adolescentes surdos. Há uma grande expectativa, por parte da família e dos profissionais envolvidos na área, em relação à alfabetização da criança surda, criando por um lado uma maior procura de informações por parte da família ou da escola, mas por outro, gerando muitos problemas para essa criança surda que se vê em meio à pressão dos pais e daqueles que trabalham diretamente com ela, nas escolas e nas clínicas, para que desenvolva

um ‘modelo aceitável’ de escrita, num período relativamente curto, sem que ela tenha, na maioria dos casos, meios para entender o funcionamento da escrita como produto cultural e sem ter desenvolvido, na maioria das vezes, qualquer domínio sobre a língua de instrução, o português, na sua forma oral ou escrita. (SILVA, 2000, p.18).

Os profissionais da educação que, por sua vez, são mediadores no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, devem ser a principal fonte de metodologias pedagógicas, a fim de estimular o pensamento, a reflexão e cognição desses e de qualquer indivíduo, incentivando a produção de conhecimento e de novas vivências perante a sociedade.

Quando se explora o conceito de ensino regular³, a definição mais comum é que se trata da padronização e organização da educação básica brasileira, que vai desde a educação infantil até o ensino médio, respeitando as idades estabelecidas para cada tipo de série, a fim de gerar um bom desenvolvimento. Porém, quando se procura a definição de escola regular, a explicação embora parecida, se difere em seus significados. Em um ambiente que se denomina regular, o mínimo esperado é que seja oferecida uma educação padronizada dentro dos conceitos inclusivos. Mas na prática, a regularidade só funciona para os oralistas.

Segundo o Ministério da Educação (MEC),

Todas as crianças, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ter assegurado o seu direito de aprender no ensino regular, na série correspondente à sua faixa etária. Os professores da educação comum, em articulação com a educação especial, devem estabelecer estratégias pedagógicas e formativas, metodologias que favoreçam a aprendizagem e a participação desses alunos no contexto escolar. Deve-se ressaltar a necessidade da efetivação do acesso à educação infantil, de assegurar que todas as crianças possam participar de ambientes comuns, beneficiando-se deste processo (BRASIL, 2020).

A grande questão se encontra no ciclo vicioso iniciado primeiramente na dificuldade apresentada pelo aluno surdo devido às práticas pedagógicas inadequadas, seguidas pela falta de preparação da docência e pela desinformação social que, por sua vez, não é incentivada na prática pelas políticas públicas. Diante desse ciclo, além do paradigma já estabilizado, são nítidas as consequências negativas, como desigualdade, preconceito e falta de conhecimento sobre uma temática que deveria fazer parte da rotina de todos os brasileiros.

Para melhor compreensão do cenário atual que reforça a importância das práticas pedagógicas, é necessário se aprofundar nas questões que permeiam a educação para surdos no Brasil, tornando-se plausível dividir o ciclo vicioso supracitado em quatro níveis, ou seja, o

³ É importante mencionar que o ensino regular não é o foco desta pesquisa, e sim as práticas pedagógicas para alunos surdos nas localidades selecionadas.

descaso das políticas públicas, a falta de preparo dos profissionais da educação, a dificuldade enfrentada pelos alunos surdos e a desinformação populacional.

Levando em consideração o vasto poder transformador deste pilar social e a hierarquia nele existente, é lógico começar pela autoridade máxima dentro do contexto que envolve a educação de surdos como um todo, não apenas nos municípios supracitados, mas também em todo o Brasil: o poder público.

No que diz respeito aos direitos brasileiros, é papel do estado garantir a educação básica para todo e qualquer cidadão. E o mesmo direito também agrega o valor da inclusão que, por sua vez, é um dos parâmetros fundamentais para um sistema educacional sem qualquer tipo de desigualdade ou preconceito.

O termo “inclusão” tem suas origens no latim, isto é, vem do verbo *includere* que significa colocar algo ou alguém dentro de um determinado ambiente. É formado pelo prefixo *in*, que significa dentro, e pelo verbo *cludo*, que significa fechar ou enclausurar. O termo tem por objetivos agregar no ensino regular o reconhecimento de que todo indivíduo conta com particularidades e trabalhar a aceitação de todas as características individuais. Sob o prisma de pesquisadores da área, é possível dizer que a inclusão dos alunos surdos precisa contemplar modificações diretas no sistema educacional juntamente com uma adaptação curricular, a partir de adaptações nas maneiras de ensino, adequando as metodologias e avaliando as necessidades do estudante surdo. Ainda, demanda a elaboração e planejamento de um trabalho capaz de promover a interação coletiva em sala de aula e espaços físicos, de maneira que propicie a circulação e participação de todos (FRIAS, 2010).

Introduzindo o conceito de inclusão nas políticas públicas, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, decretada pelo Congresso Nacional evidencia os direitos do indivíduo enquanto sujeito surdo. As políticas públicas necessitam se evidenciar mais de maneira participativa à causa, na esperança de inicialmente amenizar o problema, e a longo prazo evoluir em relação às práticas pedagógicas.

Com base nas informações anteriores, é possível tratar o segundo ponto que compõe o ciclo vicioso: a falta de preparação dos profissionais que formam o corpo docente do ensino regular atual.

[...] a falta de preparação é um dos fatores que dificultam o trabalho do professor com a educação inclusiva no ensino regular, uma vez que a maioria das instituições de ensino não oferece aos futuros educadores [...], por exemplo, um ensino diferenciado para atender a um público tão carente de profissionais habilitados para o exercício do magistério, principalmente no que diz respeito à prática pedagógica dentro da sala de aula numa escola que trabalhe com a educação inclusiva,

possibilitando ao futuro educador um contato mais direto com educandos de aprendizagens diferenciadas (MENEZES; KLIMSA, 2014, p. 11).

A grande indagação se dá a respeito de como o profissional da educação pode desenvolver e aplicar práticas pedagógicas para alunos surdos, se além da falta de estímulo por parte das autoridades responsáveis, a sua formação não lhe oferece o conhecimento teórico e prático necessário para este tipo de situação. Além de a escola ter que, por sua natureza, ser um ambiente inclusivo, o docente tem por função mediar o conhecimento, servindo como ferramenta fundamental para o desenvolvimento das habilidades de cada aluno, respeitando todas as suas limitações e particularidades.

No caso do estudante surdo, é válido enfatizar a necessidade de um pensamento pedagógico que atenda às suas demandas, que em grande parte das vezes está imersa em um mundo visual, depreendendo aquele contexto e possibilitando, através dos recursos adequados, práticas capazes de estimular o conhecimento.

Seguindo nossa linha de raciocínio, notamos que o governo não dispõe o incentivo necessário e nem o corpo docente consegue, em sua maioria, promover práticas contínuas e inclusivas. Assim, o terceiro ponto, embora sempre pouco abordado, surge. A desinformação da sociedade desencadeia diversos fatores que contribuem de forma direta para questões muito mais sérias, como a desigualdade e o preconceito.

Membros de uma sociedade necessitam da comunicação para vivenciar quase todas as situações do cotidiano. E em um país onde a oficialização de Libras como língua brasileira já ocorreu, novas reflexões devem surgir acerca do sujeito do estudo. A luta pela oficialização da Libras enquanto língua tem suas origens na comunidade surda e seu projeto de Lei para legalização e regulamentação se concretiza em 2002 por meio da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

O texto de dissertação escrito por Maria Nacelha Oliveira *O uso do sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais (ELiS) no processo de letramento de crianças surdas em uma escola pública municipal de Juazeiro – BA e outra de Curaçá – BA*, cita que

[...] a educação colonizadora que as crianças surdas recebem no ensino da escrita da LP como Segunda Língua (L2), acontece em ambientes escolares centrados na condição dos ouvintes, excluindo os estudantes surdos, no momento em que a escola exerce o seu principal papel, que consiste em ensinar a ler e escrever. Nesse contexto escolar, pincelamos ainda sobre os processos de letramento pelo qual as pessoas surdas passam, pois o letramento diferentemente da alfabetização extrapola os muros da escola (OLIVEIRA, 2019, P. 148).

A partir das informações já abordadas, é correto afirmar que a educação para surdos vem se tornando cada vez mais visível, mas apenas na teoria. E no semiárido brasileiro, mais especificamente em Juazeiro – BA e Petrolina – PE, não seria diferente, uma vez que os reflexos dos estigmas brasileiros em relação às práticas pedagógicas para alunos surdos, perduram.

3 METODOLOGIA

É comum no meio acadêmico que as pesquisas do campo educacional sejam produzidas com o intuito de apresentar novos métodos validados através da prática e da teoria, a fim de responderem uma indagação inicial pré-estabelecida, que muitas das vezes vem acompanhada de um problema vivenciado por uma parcela populacional. Porém, o questionamento inicial que rege a escolha metodológica deste trabalho é o mesmo do texto *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (PASSOS, Eduardo *et al*, 2010), que reflete sobre o porquê do pesquisador, muitas vezes, ter a função de reduzir realidades que se expressam de forma totalmente complexas, a meras pesquisas de natureza quantitativa e/ou qualitativa que mesclam dados (práticos e/ou teóricos) que, embora pertinentes, não acompanham a evolução das infinitas temáticas educacionais.

A cientificidade da cartografia não se centra nos mesmos parâmetros da ciência moderna, do modelo positivista. A avaliação de uma pesquisa cartográfica não pode ser realizada seguindo os parâmetros usuais, o que não significa falta de rigor. Sua cientificidade está atrelada a uma qualificada fundamentação teórica, além de exigir atenção às pistas apresentadas, que podem garantir confiabilidade e credibilidade ao estudo, indicadores de sua qualidade (WEBER; GRISCI; PAULON, 2012).

Trazer dados relevantes é plausível e necessário para apresentar um contexto, mas negligenciar a vivência e os ciclos em constante movimento e transformação, pode resultar em ótimas metodologias teóricas, que não se efetivam não prática ao longo do tempo, já que a modulação sempre será necessária por parte de diversos sujeitos para acompanhar o cenário evolutivo.

Quando se discute o termo cartografia, em grande parte das vezes, a associação é feita diretamente a mapas ou cartas cartográficas, remetendo a épocas remotas, como as das grandes navegações que tinham em sua rotina a presença de elementos orientadores de espaço, como bússolas, por exemplo. Seguindo por essa linha de raciocínio, de fato há uma associação do termo a navegação, uma vez que o ato de navegar com realidades diferentes tem sido uma grande motivação ao longo do tempo para depreender, de forma mais profunda, cada história. Até mesmo os mínimos detalhes carregam narrativas capazes de serem exploradas e estudadas, o que acaba exigindo do explorador um olhar diferenciado e direcionado a compreensão, principalmente.

Neste capítulo da pesquisa é abordado todo o processo metodológico que envolve tanto a temática de maneira geral, quanto os seus sujeitos em suas particularidades. A pesquisa tem como base a metodologia cartográfica, na intenção de desvendar os

condicionamentos do campo da problemática escolhida e induzir acima de tudo a compreensão perante a situação atual.

Esta metodologia foi iniciada pelos filósofos Félix Guattari e Gilles Deleuze, com o intuito de promover a subjetividade dentro do campo de pesquisas científicas sócio humanas. Para melhor compreender o assunto aqui explorado, é necessária a explicação do conceito de “Rizoma”. Conhecido como um modelo descritivo e epistemológico, o conceito filosófico deriva-se da estrutura biológica de algumas plantas, na qual os brotos dão origem a diversas ramificações, independentemente do ponto em que surgirem. A partir do acúmulo dessas ramificações, novos tubérculos ou bulbos surgem, podendo ter a funcionalidade de um talo, ramo ou raiz, ou seja, uma analogia a partir da botânica foi criada a fim de exemplificar que em um sistema epistemológico que não há afirmações ou proposições mais essenciais em comparação a outras, que se ramifiquem de acordo com dicotomias estritas.

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Para onde vai você? De onde você vem? Onde quer chegar? São questões inúteis. Fazer tábula rasa, partir ou repartir de zero, buscar um começo, ou um fundamento, implicam uma falsa concepção da viagem e do movimento. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 37).

Segundo o artigo *Cartografia como estratégia metodológica: inflexões para pesquisas em educação* (OLIVEIRA; MOSSI, 2014),

Em se tratando de ponderar acerca do percurso de uma investigação, como nos dobramos e desdobramos mediante os contextos em que atuamos, como pesquisadores embasados por nossas questões investigativas, a noção de Rizoma nos remete à perspectiva cartográfica como formar se sulcar caminhos em uma paisagem em constante movimento, observada e registrada por olhos e mãos que, a cada instante, não são mais os mesmos: o *eu*-pesquisador também é inseparável do que pesquisa, portanto, é uma realidade tão efêmera quanto sempre em devir. Nesse sentido, os pontos de partida e de chegada são os que menos importam em se tratando de um meio, de um entre, que é permeado por velocidades repletas de potências (OLIVEIRA; MOSSI, 2014, p. 190).

A ideia rizomática se baseia em uma racionalidade além das conexões binárias de causa e efeito, entrando em conflito devido à contrariedade do modelo racional cartesiano, positivista e calculante. O grande obstáculo do pesquisador e dos interessados é o exercício de sustentar um pensamento livre de pré-conceitos ao se deparar com todos os detalhes que forem apresentados durante o processo que cerca a pesquisa.

Vale enfatizar que, embora a metodologia aqui tratada tenha um viés mais flexível em relação aos moldes mais utilizados em pesquisas atualmente, não é correto afirmar a ausência de regras ou de um direcionamento. O que de fato caracteriza os modelos metodológicos aqui

apresentados é a perspectiva sobre os fatos e dados, já que pela lógica cartográfica, as referências bibliográficas ou determinados resultados, por exemplo, serão avaliados como pistas, ao invés de afirmativas absolutas. É a valorização do processo como um todo e suas dimensões interventivas que irão orientar e condicionar o olhar do pesquisador, e não objetivos que foram definidos previamente a fim de solucionar um problema.

Na pesquisa *Cartografar é traçar um plano comum* (KASTRUP; PASSOS, 2013), são pontuados alguns questionamentos fundamentais para a compreensão do trabalho que o pesquisador elabora. Os autores explicam que

A pesquisa de campo geralmente coloca o cartógrafo diante de um território que ele não conhece e em relação ao qual pretende fazer avançar o entendimento e as práticas de trabalho. Se realizamos a pesquisa envolvendo pessoas cegas, usuários da rede de saúde mental, trabalhadores do SUS, jovens em conflito com a lei, comunidades de favelas cariocas, jovens internautas ou mulheres negras HIV soropositivas surgem algumas questões. Como produzir conhecimento com eles, tendo em vista que não consideramos o conhecimento como representação da realidade, mas um processo de construção coletiva? Como traçar um plano comum envolvendo pesquisadores e pesquisados, com seus territórios e suas semióticas singulares? Como trabalhar com diferentes atores possibilitando espaço para seus respectivos protagonismos? Em outras palavras, como garantir o caráter participativo da pesquisa cartográfica? No contexto do método da cartografia, dizemos que é preciso traçar um plano comum, sem o qual a pesquisa não acontece (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 264).

A partir da linha de raciocínio onde há a necessidade de um plano comum entre as partes envolvidas, a pesquisa cartográfica pode ser considerada não apenas como um modo de participação do sujeito, mas também um meio de inclusão. Ainda sobre os caminhos de pensamento sugeridos por KASTRUP e PASSOS (2013), assegurar que o sujeito da problemática explorada seja envolvido de modo a participar efetivamente do processo garante o seu protagonismo e valida a produção de conhecimento. É um dos pontos mais interessantes da pesquisa cartográfica é que, quando o sujeito é inserido de modo participativo e ativo no processo, um paradigma automaticamente é quebrado, já que a construção desse conhecimento passa a interferir de forma direta na realidade prática, anulando toda uma cadeia de edificações organizacionais, onde conceitos de superioridade, hierarquia e distanciamento entre pesquisador e pesquisado são impostos, mesmo que inconscientemente.

A cartografia rompe o molde onde o interesse é unilateral, isto é, onde o pesquisador é o único interessado em atingir um objetivo a fim de trazer novos trabalhos para o seu setor, sem necessariamente contribuir com a causa. Quando a metodologia tradicional é posta em segundo plano, é possível enxergar os benefícios que o cartógrafo insere não somente na sua área de estudo, mas na rotina do sujeito estudado. Ao mesmo tempo que o pesquisador reconhece os avanços que o seu trabalho pode trazer para sua vida profissional e acadêmica,

ele também visualiza de forma satisfatória a sua contribuição como veículo condicionador da construção do conhecimento por parte do objeto de estudo.

Em um primeiro momento, a “virada de chave” para dar início à pesquisa cartográfica é reconhecer que nunca se está perante uma realidade invariável e sem heterogeneidade. Segundo Souza e Francisco (2016), a chamada realidade-contexto, na qual se vai apresentar a investigação, é apenas a consequência processual permanente gerada por diversos fatores como, por exemplo, a força individual e coletiva, instituídas e instituintes, em movimentos constantes de transversalização e transdução.

O pesquisador-cartógrafo não vai ao campo para coletar os dados de pesquisa, como algo que já está lá, pronto e à espera de alguém que os colha e os analise. A questão que importa à cartografia é saber o que se analisa e não o que são os dados. Levando-se em conta a transversalização e a implicação, não se trata de ir ao campo para coletar os dados de pesquisa, mas de imergir no campo, interagir com ele, deixando-se envolver reflexivamente, sempre atento aos movimentos e intensidades, à espreita ao que vai sendo produzido como material de pesquisa. Mais do que focalizar e selecionar informações, a atenção deve se concentrar e se voltar para os processos em curso, buscando detectar signos e forças circulantes, mesmo que, aparentemente, desconexos e fragmentados (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p. 818).

A pesquisa com viés cartográfico não se reduz a apresentação do estado de coisas, onde há dados prontos a serem colhidos e interpretados por um bem maior. Significa acompanhar todas as dinâmicas que envolvem o processo e intervir na realidade a fim de construir juntamente ao objeto de estudo um conhecimento relevante para a vivência do sujeito. É deixar a hierarquia que ronda o título de pesquisador e dar voz a quem realmente é capaz de propiciar respostas pertinentes ao caso: o protagonista.

Quando se fala em cartografia, o autor Anderson (1982) diz que

A cartografia é, ao mesmo tempo, ciência e arte. A arte é evidente nos mapas de alta qualidade, especialmente em velhos mapas históricos, nos quais o desenhista preenchia os oceanos com Figuras de dragões, velhos barcos a vela, e outros tipos de desenhos. A arte na cartografia inclui o “layout” ou esquema de desenho, que influi na aparência estética do mapa como um todo. Também inclui o desenho técnico de cada linha e cada ponto que, em conjunto formarão a mensagem para o leitor. Este aspecto da cartografia como arte é de grande interesse para nós. (ANDERSON, 1982, p. 14).

O ato de cartografar está relacionado à representação direta de um fenômeno que ocupa um determinado espaço na linha do tempo, o que acaba por ocasionar uma projeção que mescla a perspectiva do pesquisador juntamente com o fato explorado, sem deixar que a realidade se perca sob a opinião ou expressão de quem explora. É projetar em um papel tudo o que de fato se encontra e compõe a paisagem que interessa, abrindo espaço para que a paisagem se mostre e ocupe o seu próprio lugar diante do exposto. É válido salientar que esse

é um movimento antigo, uma vez que, desde os tempos mais remotos, o homem vem buscando formar orientações para se movimentar em um determinado espaço.

Ainda de acordo com Anderson (1982), é possível reparar que a cartografia provém de diversas origens. Hiparco, na Grécia Antiga, conseguiu identificar e representar para seu povo as posições geográficas na terra por meio dos astros como recurso principal. Outro exemplo a ser citado na Grécia é o de Ptolomeu, que deixou uma ampla obra com manuscritos relacionados à cartografia. Os árabes também são referência quando o assunto é cartografia, uma vez que dominavam a arte dos mapas, sendo mestres em sua produção. Um grande nome é Abdallah El-Edrisi, que é o responsável por desenvolver inúmeros conhecimentos cartográficos em sua época, servindo como base teórica até os dias atuais (ANDERSON, 1982).

O autor também afirma que foi na Idade Média que a terminologia “Mapa” teve sua origem, sendo utilizada para caracterizar as rotas terrestres, tendo como principal objetivo diferenciar as cartas, que se referem as rotas marítimas. Posteriormente, o termo carta passou a ser utilizado para ambas as rotas, o que acabou gerando uma confusão perante os termos. Entretanto, com o passar do tempo, a noção das palavras mapa e carta passaram a ser relacionadas à ideia de espaço ou rota, e uma necessidade maior de distinção passou a se fazer presente. Nesse contexto, o termo carta passou a se referir a fenômenos mais especializados, o que o intitulou como “mapa de alta precisão” (ANDERSON, 1982).

Assim o autor reflete com base em uma indagação interessante aos olhos da conceitualização:

“O que é um mapa?” não é uma pergunta trivial. As características que distinguem mapas de outras representações como gráficos de desenhos, aquarelas, e fotografias não são evidentes nos sinônimos comuns: planta, gráfico e diagrama. As plantas de construções não necessitam mostrar localidade relativa a outras construções e não tomam conta da curvatura do planeta. Os gráficos têm dois eixos não geográficos, como os desenhos para ilustrar tendências Econômicas. E os diagramas que não precisam de uma base geográfica, podem incluir os desenhos feitos para assessorar pais atordoados na montagem de brinquedos. Portanto, o que distingue um mapa de outros gráficos? Os três atributos imprescindíveis de todos os mapas são (1) escala, (2) projeção e (3) simbolização. Todas as vantagens e limitações dos mapas derivam do grau pelo qual os mapas (1) reduzem e generalizam a realidade, (2) comprimem ou expandem formas e distâncias por projeção e (3) apresentam fenômenos selecionados através de sinais que, sem necessariamente possuírem semelhanças com a realidade, comunicam as características visíveis ou invisíveis da paisagem (ANDERSON, 1982, p. 11).

Sendo assim, é possível observar a nitidez em relação ao real sentido atribuído ao cartógrafo, que é o papel de evidenciar nos mapas fenômenos de interesse para uma

determinada problemática estipulada, abrindo um paço pouco notado em outros atos de pesquisa, que é o de viabilizar ao fenômeno o seu protagonismo.

O objetivo da cartografia é compreender os fenômenos que ocorrem em diferentes regiões, do espaço local ao global e tentar compreender a dinâmica do processo. Ao pensarmos em obras que busquem seguir esse caminho, entendemos que os mapas que serão construídos a partir desses movimentos nos fornecerão pistas que nos aproximarão de múltiplas realidades.

É preciso assumir que a cartografia que aqui será tratada é totalmente simbólica. De acordo com Seemann, “a cartografia, sem dúvida, representa uma linguagem importante para a Geografia, mas não deve ser vista com o rigor da gramática da língua portuguesa” (SEEMANN, p. 51). Esse viés sugere enxergar de inúmeras formas as imagens produzidas nas diversas regiões exploradas durante a pesquisa, isto é, desde a literatura, até o acompanhamento efetivo da problemática na prática.

É importante ter em mente que o principal objetivo da cartografia é o da comunicação.

O principal tema da cartografia é o processo da comunicação cartográfica. O mapa em si é apenas uma das considerações numa corrente que começa numa imagem da realidade que alguém deseja transmitir e culmina com os efeitos intelectuais ou físicos do usuário do mapa. Os grandes fatores desta corrente são: 1) o autor do mapa 2) a intenção da mensagem do mapa 3) a técnica de mapeamento 4) o leitor do mapa 5) a mensagem recebida pelo leitor do mapa (ANDERSON, 1982, p. 29).

Nesse sentido, o mapeamento simbólico da representação social é o trabalho de buscar compreender os fenômenos que ocorrem em um determinado espaço ou sistema social por meio de metáforas cartográficas.

Levando em consideração o exposto, a concepção aqui apresentada visa explorar os elementos que envolvem a educação de surdos na região Nordeste, mais especificamente em Juazeiro – BA e Petrolina – PE. A ideia central é expor os movimentos que cercam as práticas pedagógicas na localidade. Posteriormente, é explicitado de maneira mais aprofundada o modo como as práticas pedagógicas ocorrem, perpassando pela perspectiva dos participantes da presente pesquisa.

Na tentativa de fazer uma leitura proveitosa desses fenômenos, uma das possibilidades norteadoras gira em torno da “perspectiva curiosa” de Sousa Santos (2011) e do “olhar pensante” de Buoro (2002). A perspectiva curiosa viabiliza pensar partindo de diversos pressupostos. De acordo com o autor, a exploração de ângulos alternativas e perspectivas variadas é o primeiro passo para compreender a realidade como de fato ela se apresenta.

[...] Por perspectiva curiosa entendo a busca de um ângulo diferente a partir do qual as proporções e as hierarquias estabelecidas pela perspectiva normal possam ser

desestabilizadas, e, conseqüentemente, ver subvertida a sua pretensão de uma representação da realidade natural, ordenada e fiel. [...] Em meu entender, esta perspectiva curiosa, simultaneamente lúdica e desestabilizadora, tem de ser invocada para a determinação dos graus de relevância científica. [...] (SOUSA SANTOS, 2011, p. 252).

Por outro lado, o olhar de pensamento de Buoro (2002) nos diz que é relevante ler e encontrar sentido nas imagens, mas, para isso, precisamos pensar sobre o que vemos e saber como produzir imagens com sentido.

A proposta aqui é produzir um olhar que apresente a imensidão das regiões supracitadas do Nordeste com relação à educação dos surdos, visando apresentar não apenas um olhar distraído sob a situação, mas sim um olhar crítico, pensante e despertado pela curiosidade.

Partindo do princípio de que de uma maneira heterogênea relacionada ao olhar, é possível dar início à tarefa reflexiva sobre as diversas indagações que devem ser feitas sobre o olhar, como por exemplo, como olhar, o que olhar e por que olhar para um determinado fenômeno, isto é, para as práticas pedagógicas direcionadas para surdos na região escolhida. A intenção é que os saberes pouco explorados sejam expostos.

No objetivo de incentivar um olhar curioso e reflexivo, a cartografia que consta neste trabalho buscou desenhar um mapa que ultrapassa os limites impostos por uma mera representação gráfica que envolve apenas informações regionais relativas a uma determinada população. O objetivo aqui é observar os mais variados movimentos que compõem a rotina escolar nos municípios selecionados, uma vez que, no dia a dia, não se buscam apenas representações gráficas em suas configurações normais, mas sim direcionar de acordo com os fatos rotineiros que se apresentam diante daquele público e daquela realidade (SEEMANN, 2003).

Para Seemann, Wood (1978) insere a expressão “Cartografia da realidade” com a intencionalidade de discutir sobre as experiências e vivências pessoais de cada pessoa e localidade, além de afirmar que as perspectivas em relação ao mundo estão interligadas de forma intrínseca às narrativas da vida e a todos os movimentos que ela faz. Em suas próprias palavras, “a estrutura do mundo real deve ser uma geometria natural que se baseia na experiência humana individual” (SEEMANN, 2003, p. 52).

A realidade particular de cada pessoa é o fato que sempre conduzirá e dará os mais diversos sentidos a um determinado fenômeno, já que o todo está sempre relacionado às variadas condições existentes que condizem com o tempo e com o espaço que, por sua vez, podem ser vividos de diferentes maneiras, partindo de pontos específicos e distintos.

Uma questão que necessita de destaque ao se lidar com a cartografia simbólica conforme cita Sousa Santos (2011), ou uma cartografia da realidade conforme Wood (1978), é que o objetivo não é descredibilizar a cartografia científica e sim propor novas formas de enxergar um determinado espaço diante de uma determinada questão impulsionadora (SEEMANN, 2003).

No debate realizado por Sousa Santos (2011), é elaborada uma complexa discussão, uma vez que o autor apresenta as características que compõem as ciências naturais e sociais que fazem presença na cartografia. Em seu trabalho, é pesquisada e desenvolvida uma cartografia relacionada ao direito que permeia a identificação dos movimentos constantes dentro das discussões contemporâneas que cercam as questões jurídicas.

De acordo com Bregonci (2017),

Ao fazer isso, Sousa Santos propõe o desenho de um mapa dessas relações, que objetivam desvelar as diferentes formas que as normas e as instituições jurídicas vão tomando a partir de diferentes contextos e espaços. E assim, ele consegue distinguir as diferentes distorções que a realidade vai tomando, assim como em um mapa, que apesar de tentar representar um espaço de forma exata, ele nunca conseguirá reproduzir na íntegra o território que ele busca representar. O autor assume que os mapas são distorções da realidade, justamente por conta da limitação anteriormente citada, no entanto ele afirma que essa distorção não é caótica, mas organizada. Se tomarmos como exemplo o caso do direito, apesar da existência das leis, os regimes de verdade deixam suas marcas, no entanto, eles ainda são regulados por ela. Ou seja, há uma organização, apesar da distorção (BREGONCI, 2017, p. 42-42).

Levando em consideração a visão de Bregonci, Sousa Santos, quando propõe a construção de suas análises baseadas na cartografia, diz que “a cartografia simbólica do direito pressupõe o conhecimento prévio dos princípios e procedimentos que presidem à produção e ao uso dos mapas” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 200). Nesse sentido, é possível depreender que o autor busca sinalizar a relevância de um conhecimento prévio, isto é, um determinado saber composto pelo entendimento da construção de mapas, saber este, que se faz necessário de mecanismos para total compreensão.

Dentre os mecanismos que o autor cita com grande importância, há os de distorção da realidade que se apresentam nos mapas, que são: (1) escala, (2) projeção e (3) simbolização. A primeira citada, que é a escala, vai determinar todos os elementos constantes no mapa, uma vez que ela é o que vai conferir a relevância dos fenômenos, levando em consideração o mapa como uma representação, fiel ou não, daquela realidade. Diante desse contexto, há uma indagação com forte presença: quais são os elementos que aparecem no mapa, como eles aparecem e por que aparecem?

O autor considera que “um dado fenômeno só pode ser representado numa dada escala. Mudar a escala implica mudar o fenômeno” (SOUSA SANTOS, 2011, p. 202). Com

fundamentação nessa problemática, é possível concluir que as escalas são elementos intencionais, isto é, tudo o que consta nos mapas está vinculado a um recorte criado pela perspectiva de uma determinada realidade.

Sousa Santos ainda disserta da seguinte forma em relação ao exposto:

Porque medeia entre intenção e acção, o mecanismo da escala também se aplica à acção social. Os urbanistas e os chefes militares, tal como os administradores e os legisladores, definem as estratégias em pequena escala e decidem a actuação quotidiana em grande escala. O poder tende a representar a realidade social e física numa escala escolhida pela sua virtualidade para criar os fenómenos que maximizam as condições de reprodução do poder. A representação/distorção da realidade é um pressuposto do exercício do poder (SOUSA SANTOS, 2011, p. 202).

Uma questão relevante a ser pontuada é que dentro de cada problemática analisada pelas ciências sociais, há uma relação com o parâmetro escalar. Por esse motivo, um trabalho em grande escala é necessário para se construir uma pesquisa de fato comprometida com cada saber, uma vez que esse fator proporcionará subsídios para depreender a maneira como as políticas são pensadas e analisadas em pequena escala em determinados ambientes, principalmente nos que não dispõem de uma hegemonia.

Sousa Santos disserta sobre o trabalho em pequena escala, afirmando que se trata de uma decisão epistemológica (2011, p. 232), uma vez que realizar essa escolha também significa relacionar âmbitos sociopolíticos. É de grande relevância considerar esse cenário, já que ele se objetiva de forma pré-determinada, onde o pesquisador opta por uma nova perspectiva abrangente sobre um determinado fenómeno.

Nesse sentido, é importante considerar um ponto relevante para o ato de cartografar:

A identificação consiste em duas démarches principais: detecção e reconhecimento. A detecção diz respeito à definição dos traços ou características de um dado fenómeno. O reconhecimento consiste na definição dos parâmetros segundo os quais os fenómenos detectados serão classificados como elementos distintos de um sistema de explicação ou de um sistema de interpretação. O procedimento que subjaz tanto à detecção como ao reconhecimento é a resolução. A resolução refere a qualidade e pormenores da identificação de um dado fenómeno, seja ele, um comportamento social ou uma imagem. A resolução é central, tanto à fotografia como às tecnologias de detecção remota e a arqueologia. Em fotografia, a resolução, ou poder de resolução, é a capacidade de projectar em imagem o pormenor espacial [...] (SOUSA SANTOS, 2011, p.234-235).

Vale ressaltar que trabalhar em grande escala não é sinónimo de escapatória para as possíveis distorções, entretanto, propiciar uma aproximação maior com o espaço acaba se tornando uma concepção razoável, analisando assim a estruturação do fenómeno e simultaneamente analisando e identificando outros espaços não-hegemónicos.

Diante da perspectiva de Sousa Santos e Meneses (2010), as Epistemologias do Sul podem ser definidas como:

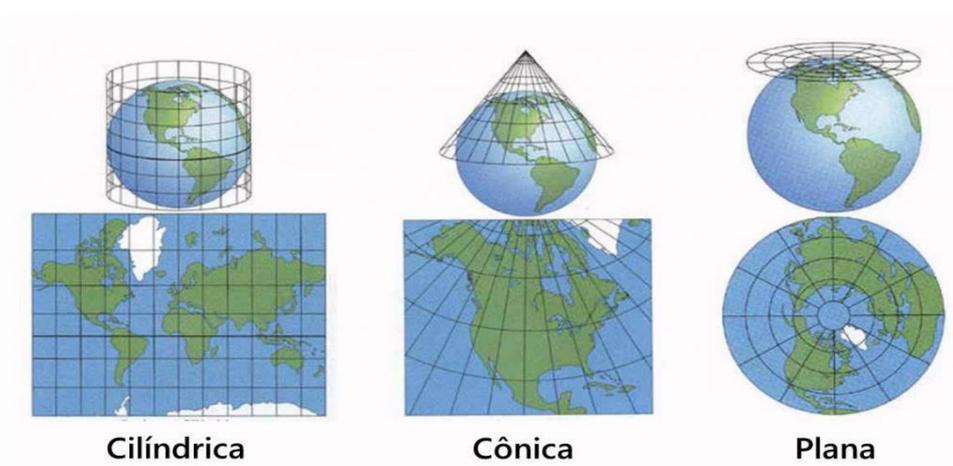
[...] intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos (SOUSA SANTOS; MENEZES, 2010, p.11).

Foi a partir desse momento que novos espaços começaram a ser explorados, aumentando a perspectiva e conseqüentemente a escala. Outro fator que contribui de maneira direta para a produção de mapas, de acordo com Sousa Santos (2011), é a projeção. É através desse recurso que os mapas são materializados, facilitando a compreensão dos territórios. Entretanto, de acordo com o autor, essas mudanças estruturais do mapa para o papel acabam distorcendo distâncias e formas

O papel da projeção é determinar o grau de distorção constante no mapa, isto é, ela é uma extensão da distorção. A reprodução idêntica ao território na esfera nunca será fidelizada através do mapa, então logo a projeção é uma forma de construir a imagem desses mesmos territórios.

Sobre as projeções, há 3 tipos: a cilíndrica, a cônica e a plana. Observe a seguir as categorias respectivamente:

FIGURA 2 – Tipos de projeção



Fonte: Infoenem, 2020.

As distintas maneiras de representação gráfica foram criadas com a finalidade de minimizar as possíveis distorções, entretanto é possível considerar que mesmo diante dessa minimização, ainda assim, os mapas não condizem com a realidade em sua totalidade, não dando conta de explicá-la.

O terceiro mecanismo se trata da simbolização, isto é, o símbolo que representa os componentes presentes em um determinado mapa. A sua função é atribuir sentido ao que está destacado ou enfatizado por meio da utilização de legenda e de formas. De acordo com Sousa Santos,

A simbolização é a face visível da representação da realidade é o procedimento técnico mais complexo, pois que a sua execução é condicionada, tanto pelo tipo de escala, como pelo tipo de projeção adotados. A semiótica, bem como a retórica e a antropologia cultural, têm dado contributos importantes para o estudo da simbolização jurídica (SOUSA SANTOS, 2011, p. 217).

É possível constatar que a simbolização pode ser considerada a representação do que é vigente, envolvendo dessa forma, aspectos culturais históricos. É necessário ter em mente que os símbolos constantes em um determinado mapa não condizem somente com o material em si, mas sim com as condições em que aquele mesmo mapa foi criado, explicitando os aspectos que giram em torno da sua criação.

Cada mapa traz consigo características de várias naturezas como, por exemplo, geográficas, regionais, culturais, expondo contextos políticos, históricos, sociais, econômicos, entre outras. Nesse sentido, os mapas não comunicam apenas uma representação de um determinado território de forma superficial, mas se aprofundam naquela localidade e no contexto em que aquele território está inserido, demonstrando toda sua diversidade, linhas e contornos.

Nesse sentido, é possível afirmar que uma cartografia simbólica ou a simbolização sempre contará com as características que foram determinadas nos mecanismos anteriores, como escala e a projeção, ou seja, sendo uma escolha intencional. É válido salientar que o discorrer sobre essas categorias se encontra em uma dimensão metafórica, uma vez que o presente trabalho buscou enfatizar a perspectiva escalar.

Com base no exposto é possível afirmar que temos ferramentas suficientes relacionadas à análise cartográfica, o que é de grande valia para constituir este trabalho. Assim, são consideradas de suma importância a escala, a projeção e a simbolização, mostrando-se essenciais para a apreensão dos movimentos cartografados nesta pesquisa.

De acordo com Biembengut (2008), o ato de utilizar a cartografia como metodologia de uma pesquisa

Não se trata apenas de registrar o que sabemos, mas, sim, de encontrar os traços significativos e as relações entre eles; de articulá-los tanto em palavras como em imagens de forma que possam nos proporcionar referência, guia para ter e obter conhecimento. Trata-se de uma tentativa sistemática de submeter nossas concepções de um fato, um tema, um mundo à concepção de outras pessoas. A possibilidade de

transcender sem transgredir depende estritamente de saber sobre o que, com quem e para quem se está tratando (BIEMBENGUT, 2008, p. 67).

Ainda, de acordo com a autora, há alguns passos importantes a serem seguidos, que são: (1) identificação da pesquisa; (2) a criação de um mapa teórico; (3) o mapa de campo; e (4) o mapa de análise. O primeiro deles consiste na identificação da pesquisa, que condiz com um mapa de identificação. Segundo a autora:

Um caminho é delinear o objeto da pesquisa. Consiste em identificar e reconhecer o campo em que o objeto está inserido: identificação de entes (pessoas, coisas, objetos), fontes, caminhos a serem percorridos, sequência de ações ou etapas no processo de pesquisa e reconhecimento da origem, da natureza e das características dos dados que serão a estrutura da descrição e da explicação do fenômeno ou da questão. Trata-se de um esforço inicial não apenas para evitarmos o levantamento de dados desnecessários, mas, principalmente, para vermos emergir um primeiro mapa, uma estrutura não linear que indique relações, hierarquias, proporções entre múltiplos elementos: teorias, pessoas direta e indiretamente envolvidas, dados empíricos, dentre outros (BIEMBENGUT, 2008, p. 79).

Identificar todos os elementos que compõem a pesquisa é o primeiro passo para iniciá-la com a metodologia cartográfica. A intenção de delimitar não apenas o problema da pesquisa, mas observar e identificar cada detalhe que compõe o cenário a ser estudado.

O segundo ponto se trata da criação de um mapa teórico, isto é, levar em consideração pesquisas e materiais pré-existentes, embasando os argumentos que formaram o corpo da pesquisa e justificaram a relevância desta. Segundo a autora,

Para enunciarmos um princípio sem incorrer no risco de formular uma falsidade ou de reproduzir resultado de uma pesquisa já realizada, não devemos nos basear somente em conhecimento de senso comum, tecendo comentários e, tampouco, nos apoiar em fragmentos de textos, frases extraídas de livros, não necessariamente de pesquisadores da área em que se está investigando, apenas por se parecerem com as nossas ideias. Afinal, “a moda avassaladora das citações frescas não pode eliminar os debates inspirados em ideias filosóficas cuja eleição não é circunstancial” (BIEMBENGUT, 2008, p. 89).

Nesse sentido, é de suma relevância mesclar ambas as partes, isto é, a teórica e a prática, uma vez que a partir delas é possível atingir a originalidade de uma pesquisa, além de justificar sua relevância para o âmbito social, seja através do levantamento de informações, oferecimento de soluções ou até mesmo de resoluções de um determinado problema que acomete um ambiente, um período ou uma parcela populacional.

O terceiro é denominado mapa de campo. A autora afirma que

O mapa de campo conjuga levantamento, organização e classificação de um conjunto de dados, muita das vezes baseado em informações gerais a de vindas das pessoas ou dados abstratos extraídos de documentos que não retratam totalmente o fenômeno ou que estão investigados. Consiste em estabelecer previamente o maior conjunto possível de meios instrumentos para levantamento, classificação e organização de dados ou informações que sejam pertinentes e suficientes, considerando pontos relevantes significativos e que nos valiam como mapa para

compreender os entes pesquisados. [...] Os dados para o mapa de campo podem ser obtidos de vários recursos e fonte passíveis de fornecer informações que nos levem a captar a complexidade da questão o fenômeno investigado podemos ter como fontes: documentos e/ou pessoas. Quando parte dos dados ou informações de que necessitamos advém diretamente de pessoas, os procedimentos éticos na pesquisa devem ser pensados cuidadosamente, uma vez que a dimensão ética começa quando entra em cena o outro. A questão que aqui se coloca é saber como e qual a quantidade de dados ou informações deve ser levantada, sem comprometer qualquer questão ética, para se poder efetuar a interpretação do fenômeno e não incorrer em resultados imprecisos ou incidir em erros conceituais. Um fator custoso é obter um máximo de informações sobre os dentes ou as pessoas que farão parte do estudo dentro de um quadro ético (BIEMBENGUT, 2008, p. 101).

Seguindo a lógica exposta pela autora, é possível afirmar que para que uma pesquisa atinja a sua completude é necessário que o pesquisador assuma uma postura organizada, para que o levantamento de dados seja realizado de forma correta e principalmente ética, expondo somente o que realmente interessa e agrega valor à sua pesquisa, sem colocar em risco o bem-estar de terceiros ou prejudicar uma determinada causa ou instituição.

E o último e mais esperado de todo o processo cartográfico é o mapa de análise, que tem como objetivo expor os resultados com um olhar mais analítico, utilizando-se do referencial teórico para assegurar a junção entre mapa teórico e mapa de campo. Acerca disso, Bienbengut diz que

O propósito de uma pesquisa centra-se na possibilidade de compreender um fenômeno, um fato, para assim buscar meios para descrever e prever. A descrição e a compreensão sobre certas perspectivas são realizadas durante quase todo o percurso da pesquisa. Nesta fase final, com vistas a melhor descrição, compreensão e predição devemos dispor de conceitos, definições e resultado de um conjunto de pesquisas publicadas recentemente sobre temas afins que bom subsidiará a pesquisa - mapa teórico e de uma minuta dos dados de campo obtidos diretamente junto a pessoas ou indiretamente por meio de documentos - mapa de campo. [...] Para fazer análise da pesquisa, precisamos de percepção acurada dos diversos entes envolvidos; e, ainda, saber: identificar a estrutura e os traços Dos entes pesquisados, julgar o que é relevante e o respectivo grau de relevância, conjugar os dados e organizar os dados de forma a delinear o mapa, satisfazendo assim as exigências da pesquisa. Isso vai requerer que se estabeleçam códigos ou signos que viabilizem a interpretação pelos leitores como se fosse uma simples prosa (BIEMBENGUT, 2008, p. 117-118).

A autora demonstra que é necessário mais do que colher e expor dados; é necessário interpretá-los e compreendê-los dentro do contexto em que estão inseridos. A intenção é que a perspectiva cartográfica traga um olhar novo para o que geralmente não é visto, ou é visto de maneiras diferentes.

As práticas pedagógicas, no que diz respeito à educação de surdos nos municípios de Juazeiro - BA e Petrolina- PE, é apenas um recorte de toda uma problemática no cenário brasileiro. A partir da análise metodológica cartográfica, é tratado o histórico que acarretou a situação atual, as consequências finais (até o presente momento) e as reflexões acerca das possíveis resoluções diante da escassez de práticas adequadas.

O principal direcionador desta pesquisa foi o pensamento livre, ou seja, aberto para todos os acontecimentos e momentos aqui citados. Porém, sem se desfocar do objetivo de análise, o trabalho apresentado será de grande valia para a prática do olhar desinteressado, que por não estar focado em apenas um ponto, consegue enxergar com amplitude.

Assim como afirmam Passos e Benevides (2012), conhecer vai além de representar ou descrever apenas uma realidade que necessita ser modificada. Aprender sobre uma determinada vivência com base no conhecimento, desafia as fronteiras das metodologias mais comuns que, por sua vez, são utilizadas com frequência por todo e qualquer pesquisador. Os autores complementam que conhecer o caminho de constituição do objeto em questão significa acompanhar esse trajeto e vivenciá-lo sob diversas perspectivas. O acompanhamento dos processos e das construções situacionais é a origem da proposta cartográfica.

As práticas pedagógicas para alunos surdos nas regiões de Juazeiro – BA e de Petrolina – PE, necessitam de um olhar profundo perante a escassez de recursos que ronda a temática. A pesquisa de campo, neste caso, visa dar voz à causa, aos alunos, aos colegas e à docência, que em muitos casos se deparam com o engessamento educacional que acomete não somente a região supracitada, mas também o território nacional como um todo.

É neste sentido que a experiência da pesquisa ou a pesquisa como experiência faz coemergir sujeito e objeto de conhecimento, pesquisador e pesquisado, como realidade que não estão totalmente determinadas previamente, mas que advêm como componentes de uma paisagem ou território existencial (ALVAREZ; PASSOS, 2012, p. 148).

O sistema educacional do semiárido que circunda as margens do Rio São Francisco é um dos melhores, quando comparado a outras áreas do nordeste brasileiro e, ainda assim, é possível depararmos com grande defasagem em relação às práticas pedagógicas.

Os alunos surdos têm ganhado cada vez mais destaque no cenário acadêmico, já que a resolução de um problema que acomete um território tão vasto pode ser o caminho do sucesso para muitos pesquisadores da área. A grande questão é justamente a intencionalidade metodológica. Há diversas pesquisas extremamente relevantes para a área, uma vez que o acúmulo de informações, como dados, opiniões e experiências em relação ao objeto de estudo contribuem para um direcionamento da questão. Mas apenas acumular informações, sem influenciar diretamente a construção de um conhecimento válido para a comunidade surda e para seus mediadores perante a oralidade, não traz uma efetividade.

Quando se fala de intencionalidade, a cartografia procura a construção conjunta de pensamentos e direcionamentos onde o aluno surdo deve expor as suas principais dificuldades em relação ao ensino, à aprendizagem e à relação com o corpo docente, que é a ferramenta

mediadora, é posta no papel inicial de construção intelectual para, após este nível, ramificar novas possibilidades para a efetividade das práticas pedagógicas para essa parcela populacional do semiárido brasileiro.

Segundo Bregonci (2017), quando o pesquisador se propõe a utilizar a metodologia cartográfica e direciona o olhar ao mapa educacional e cultural desse público a partir das epistemologias, há determinados fatores que se colocam como centrais. Ela afirma que, por uma perspectiva ampla, é possível enxergar um grande ciclo estigmatizado, porém a partir de uma visão mais pontual, não há apenas um paradigma para analisar sobre a educação de surdos, devido à forma como eles se apresentam perante a sociedade.

Nesta pesquisa, em específico, buscou-se levar em consideração toda a heterogeneidade da população educacional de Juazeiro – BA e Petrolina – PE que se envolve rotineiramente com a problemática das práticas pedagógicas defasadas para alunos surdos, a fim de ouvir e construir, lado a lado, um conhecimento capaz de gerar não somente reflexões, mas também ramificações.

O intuito foi de que esta pesquisa pudesse, assim como prega a metodologia cartográfica, dar a voz aos protagonistas, contribuindo de maneira direta na identificação da problemática, no reconhecimento perante as partes envolvidas, no desenvolvimento de novas práticas pedagógicas para enriquecer a educação de surdos nos municípios aqui explorados. E, por fim, disseminar o conhecimento aqui construído afim de gerar novas possibilidades evolutivas, para que, diante da conclusão da pesquisa, ela possa produzir reverberações positivas sobre a problemática.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa contou com uma abordagem quali-quantitativa, uma vez que buscou transitar entre ambas as abordagens. Embora em grande parte das vezes as pesquisas quantitativas e qualitativas sejam produzidas de formas distintas, ainda assim é possível notar pontos de convergência capazes de resultar em uma complementação, garantindo uma completude maior relacionada aos dados. Essa abordagem acaba por possibilitar um cruzamento de dados, aumentando a validação da pesquisa.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010) a abordagem qualitativa pode ser caracterizada como tendo o objetivo de analisar e interpretar os aspectos mais profundos de um determinado tema ou problemática, descrevendo a complexidade da interação humana e,

ainda, fornecendo análises minuciosas sobre as investigações e informações pautadas na pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Segundo Minayo,

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995, p. 21-22).

Já a pesquisa quantitativa assume um papel um tanto diferente, explicitando através de seus resultados uma concretude e precisão relacionada à amostra pesquisada. De acordo com Knechtel (2014), trata-se de uma modalidade que mergulha no universo da amostra para coletar dados mais precisos, baseando as teorias e hipóteses com números.

Sendo assim, a presente pesquisa buscou mesclar ambas as abordagens para explicitar de forma mais concreta o universo e os participantes através da coleta de dados, correlacionando as informações juntamente com a problemática que cerca o tema abordado.

No que diz respeito à sua natureza, a presente pesquisa identifica-se como de natureza aplicada, tendo seus objetivos descritivos e transversais. De acordo com Mattar (1999), a pesquisa de cunho descritivo utiliza grande quantidade de métodos de coleta de dados, podendo ter como recursos entrevistas pessoais, questionários veiculados pelo correio, entrevistas por telefone, questionários pessoais e observação presencial.

Em relação aos aspectos epidemiológicos, esta pesquisa se classifica como transversal. Segundo Rouquayrol (1994), a pesquisa com esse caráter pode ser definida como: “o estudo epidemiológico no qual fator e efeito são observados num mesmo momento histórico e, atualmente, tem sido o mais empregado” (ROUQUAUROL, 1994). A pesquisa transversal pode ser categorizada de duas formas: incidência e prevalência. A incidência é dinâmica, uma vez que oscila ao longo do tempo e em diferentes espaços. Já a de prevalência estuda casos antigos e novos de um determinado local e tempo; é estática, isto é, transversal.

Todas as características acima citadas compuseram a presente pesquisa, que teve como intuito mapear a práticas pedagógicas na educação de surdos em dois municípios do semiárido brasileiro: Juazeiro – BA e Petrolina – PE. Conforme visto anteriormente, trata-se de uma pesquisa cartográfica.

Biembengut diz que

As representações no espaço, os próprios tempos e temporalidades não apenas estão presentes em nossas mentes, como temos a capacidade de reproduzir hoje. Capacidade de reproduzir imagens, traçar caminhos, delimitar espaços e tempos, simbolizar enfim, representar os mais diversos entes ou fenômenos que nos rodeia

um por meio de mapas ou modelos. Representações que permitiram e nos permitem mudar caminhos encurtar distâncias, conquistar outros espaços, criar métodos, técnicas e tecnologias (BIEMBENGUT, 2008, p. 7).

Nesse sentido, o presente estudo buscou mais do que explicitar dados ou informações novas e pré-existentes; visou compreender como se dá a real dinâmica nos municípios citados e, principalmente, qual a visão de cada envolvido na educação para surdos, perpassando por diversas pessoas e conseqüentemente, diversas perspectivas.

Ainda, é importante enfatizar que esta pesquisa visou compreender a demanda dos envolvidos na temática, isto é, professores e alunos, uma vez que, a partir dos resultados obtidos através dos questionários semiestruturados, tornou-se possível explicitar o real objetivo desta pesquisa, que foi o de identificar os principais problemas que acontecem na educação para surdos nos municípios em questão e produzir reflexões com base nas respostas de quem vivencia essa realidade na prática.

Entender como cada dinâmica acontece e como cada um dos participantes vivencia o ambiente educacional não apenas possibilitou gerar uma reflexão crítica sobre as demandas educacionais, como também dar voz aos envolvidos, oportunizando que cada um dos alunos e dos profissionais pautem as suas próprias realidades, experiências e perspectivas sobre o assunto.

Sendo assim, é possível esperar da presente pesquisa o relato de como se dá o desenvolvimento de instrução aos alunos surdos, levando em consideração aspectos que compõem a atual realidade, como a homogeneidade dentro da sala de aula e a negligência em relação às necessidades dos alunos surdos e dos profissionais da educação que necessitam de apoio para lidar com as especificidades de cada aluno. O foco é demonstrar como se dá o processo de evolução das práticas pedagógicas atualmente para alunos surdos e demonstrar a sua relevância para o cenário nordestino. Diante das respostas obtidas, foi possível identificar o nível de complexidade que cerca a questão, gerando além de reflexões, possíveis motivações para que mudanças aconteçam em prol de uma educação de qualidade para todos.

O presente estudo foi conduzido em duas cidades vizinhas de estados diferentes, sendo: Petrolina, localizada no estado de Pernambuco e Juazeiro, no estado da Bahia. Como características, Petrolina – PE apresenta uma área territorial de 4.561,870 km² e uma população estimada em 354.317 habitantes, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal igual a 0,697. A rede de educação consta de 182 escolas de ensino fundamental e 56 de ensino médio. A taxa de escolarização atinge 97% (6-14 anos). Enquanto que Juazeiro – BA, possui uma extensão territorial com 6.721,237 km² e população estimada em 218.162

habitantes, com IDHM igual a 0,677. A rede educacional é estruturada com 145 escolas de ensino fundamental e 30 de ensino médio e totaliza 96,7% de escolarização de 6 a 14 anos de idade (IBGE, 2010, 2020).

Essas cidades estão localizadas na Mesorregião do Vale do São Francisco e formam uma rede integrada de desenvolvimento econômico (RIDE), que possui um papel importante no desempenho as políticas públicas na formação educacional dos surdos. O que as caracteriza como importante local de estudo para o desenvolvimento de pesquisa cartográfica sobre a prática pedagógica na educação de surdos.

Para que a pesquisa se estruturasse da forma correta, foi de grande relevância compreender a dinâmica local, para que assim fosse possível analisar o contexto em que a educação de surdos se insere. Foram diversos os fatores a serem analisados, porém, aqui trataremos de três, que são os mais impactantes para que o desenvolvimento local ocorra: o econômico, o cultural e o político.

No que diz respeito à economia, tanto Juazeiro quanto Petrolina trazem um elemento em comum: o Rio São Francisco. O eixo Juazeiro-Petrolina, situado na região sub-média desse rio, é formado por oito municípios dos estados de Pernambuco (Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista) e Bahia (Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho). São localidades cuja economia está consolidada em torno de atividades agrícolas, especialmente da fruticultura irrigada (TEIXEIRA, 2010).

Embora o cenário seja composto por uma única região bastante produtiva, é importante analisar os municípios levando em consideração os aspectos específicos dos estados onde estão inseridos, uma vez que as relações estabelecidas entre os estados da Bahia e Pernambuco não selecionam as suas prioridades de forma igualitária, levando em consideração a sua própria demanda.

As discussões levantadas por políticos locais geralmente impactam de maneira expressiva o processo de organização dos territórios conforme diz Caldas:

Deve-se partir do pressuposto segundo o qual as políticas territoriais ali aplicadas implementaram o mesmo modelo de gestão brasileiro, caracterizado pela exclusão social e num ambiente político dominado pelo controle do território, a cargo das grandes oligarquias, comandadas por coronéis, o qual vem sendo transformado com a introdução dos novos atores sociais ali instalados, a partir dos anos 1980 (CALDAS, 2006, p. 70).

A posição de Juazeiro e Petrolina no *ranking* dos municípios demonstra um Produto Interno Bruto (PIB) relativamente elevado, tanto com relação aos seus próprios estados quanto em nível nacional. Ainda, é possível notar uma evolução de Juazeiro quando

comparado a outros municípios brasileiros, enquanto Petrolina vem evidenciando uma tendência decrescente em comparação ao cenário brasileiro. Vale ressaltar que esses dados acabaram apontando uma tendência equilibrada entre ambos os municípios no que diz respeito às suas respectivas economias, isso, se Juazeiro persistir evoluindo nesse sentido (BRITTO, 2012).

O eixo Juazeiro - Petrolina representa, sem dúvida, um marco na economia local e regional, sendo também emergente a nível nacional e internacional, proporcionado pelo cultivo de frutas irrigadas. Muitos fatores contribuíram para o crescimento econômico dessas cidades, especialmente a localização geográfica, solo fértil, recursos hídricos e luz natural que favorece o cultivo de frutas ao longo do ano.

Fortes indicadores econômicos indicam um impulso nos mercados regionais, embora não suficientes para determinar o desenvolvimento regional como um todo no contexto da focalização humana. O processo de implementação da política de desenvolvimento regional tem promovido um aumento significativo do PIB, mas não tem promovido interligação suficiente entre as pessoas.

Considerando que há fortes evidências de que o crescimento econômico regional tem sido acelerado devido às condições ambientais e políticas favoráveis, o pensamento proposto mostra que, com o surgimento do crescimento econômico na fruticultura irrigada, houve um forte impacto social e econômico no setor agrícola e na área urbana.

Nesse sentido, os aspectos econômicos já demonstram uma codependência entre os municípios, levando em consideração que cada um se desenvolve de acordo com as suas próprias prioridades, principalmente políticas. No âmbito educacional, é possível notar que ainda há uma dinâmica muito acentuada no que diz respeito ao trajeto dos profissionais e alunos surdos.

Petrolina, devido ao seu rápido progresso quando comparada a Juazeiro, acaba por oferecer uma maior estrutura em diversas áreas, incluindo na educação e no âmbito profissional. A estrutura educacional de Petrolina-PE é muito mais desenvolvida que a de Juazeiro-BA, o que acaba suprimindo a necessidade dos alunos surdos locais, além de atrair estudantes de Juazeiro, que buscam melhores condições de ensino e aprendizagem.

Embora já seja comum para o indivíduo a dinâmica do deslocamento para trabalhar ou estudar, a localidade em questão apresenta especificidades diversas. Nesse caso, Juazeiro se mostra precária em relação à educação ofertada para alunos surdos, sendo afetada pelo déficit de intérpretes, escassez de vagas para profissionais e, conseqüentemente, falta de atenção para

uma questão de suma importância para o desenvolvimento não apenas da população surda local, mas da educação como um todo.

Diante da pesquisa de campo, foi possível constatar esse movimento e identificar a real motivação que leva à ocorrência dessa dinâmica. O intuito foi demonstrar por meio dos resultados obtidos, as necessidades dos alunos surdos e como as autoridades competentes têm atendido às demandas populacionais, proporcionando uma reflexão acerca da relevância da questão educacional para surdos tanto em Petrolina-PE quanto em Juazeiro-BA.

Quando o assunto pautado é a educação de alunos surdos e as suas demandas, em grande maioria, é possível notar escassez de recursos necessários para atender as demandas pedagógicas. No caso da presente pesquisa, onde foram exploradas as práticas pedagógicas para alunos surdos em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, foram elaborados questionários direcionados para cada grupo de participantes, nos quais cada um teve a oportunidade de expor a realidade local atual, como também as suas perspectivas e opiniões acerca da educação para surdos em seus respectivos municípios.

Nesse sentido, o universo populacional estudado em ambas as cidades, consistiu na participação de: 1) Gestores - Secretaria municipal de educação; 2) Gestores - Secretaria estadual de educação; 3) Professores – Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede pública de ensino; 4) Intérprete de Libras – Escolas públicas de ensino fundamental e médio; 5) Instrutores de Libras – Escolas públicas de ensino fundamental e médio; 6) Estudantes surdos – matriculados nos ensinos fundamental e médio, a fim de coletar informações qualitativas (depoimentos a respeito dos sistemas educacionais e, também, relatos de experiência) que auxiliaram na visão panorâmica da situação atual do ensino educacional inclusivo, no sentido do cumprimento da legislação acerca da educação de surdos do ensino fundamental e médio.

Inicialmente, a amostra da população a ser utilizada pelo pesquisador deveria constar de: 2 gestores da secretaria municipal de educação, 2 gestores da gerência estadual de educação, 10 professores de AEE, 10 intérpretes de Libras, 10 instrutores de Libras e 40 estudantes surdos. Esse número de participantes representaria as duas cidades na mesma proporção. Todavia, devido ao período da pandemia do Covid-19 e as atividades escolares estarem sendo desenvolvidas, em parte, no ensino remoto, o encontro e o contato com os diferentes agentes envolvidos na educação de surdos mencionados foi mais difícil. Além disso, as recusas de participação por parte de alguns dos contatados, acabou reduzindo esse número, conforme será descrito mais à frente.

Cada grupo de participantes, isto é, tanto professores, profissionais da educação, quanto estudantes teve a oportunidade de expressar a sua vivência, realidade e experiência por meio do questionário, possibilitando a exploração das práticas pedagógicas para alunos surdos sob a perspectiva de cada um dos grupos. O objetivo principal foi explicitar as mais variadas perspectivas que cercam a educação para surdos nos municípios selecionados.

É importante ressaltar que diante dos participantes selecionados para contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa, esperou-se que o que foi explicitado não tenha sido apenas meras opiniões ou fatos condizentes com a realidade local, mas sim o que cada uma dessas pessoas, seja como profissional ou como estudante, almeja diante do atual cenário educacional.

A intenção foi dar voz aos participantes e fazer jus à metodologia utilizada. Em relação aos resultados, a presente pesquisa visou evidenciar as vontades e necessidades que cada profissional e participante expressou, expondo seu desejo por uma valorização do mercado de trabalho em relação a profissionais capazes de suprir essa escassez, além de uma estrutura e de melhores condições de exercerem suas atividades em completude; e ainda, por parte dos estudantes foi possível a eles expor a necessidade de práticas pedagógicas adequadas para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem, levando ainda em consideração a necessidade do rompimento de barreiras relacionados à distância entre suas residências e escolas minimamente estruturadas (com salas ou escolas bilíngues), como também diversos outros fatores que impactam diretamente na vida do aluno, como valorização, autoestima, novas possibilidades e oportunidades em seu desenvolvimento.

Foram incluídos na pesquisa estudantes surdos com a faixa etária acima de 12 anos, sem restrição de sexo, etnia e condição social, assim como gestores das secretarias de educação das esferas municipal e estadual, professores de AEE, intérpretes e instrutores de Libras que estejam todos efetivamente interligados no desenvolvimento da prática pedagógica na inclusão de pessoas surdas na educação pública de ambos os municípios. Para participar da pesquisa foram aceitos apenas aqueles que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – APÊNDICE A) e/ou o Termo do assentimento do menor, os quais foram entregues, ou pessoalmente, ou por meio de formulário eletrônico. Para melhor compreensão, foi realizada a tradução do conteúdo desses documentos para a Libras, sendo enviado em formato de vídeo através do aplicativo *whatsapp*. Foram excluídos estudantes surdos que estivessem matriculados na rede privada de ensino fundamental, médio e superior, bem como aqueles que se recusaram a assinar o TCLE.

As variáveis estudadas foram de cunho quali-quantitativa do tipo descritivo. Foram avaliados qualitativamente os dados sociodemográficos de ordem nominal e ordinal, sendo: 1) tipo de gênero (masculino ou feminino), estado civil (solteiro ou casado), escolaridade (fundamental completo, médio completo ou incompleto, superior completo ou incompleto) e faixa etária. Enquanto as variáveis quantitativas: frequência de matrículas, professores de AEE, intérpretes e instrutores de Libras foram obtidos a partir das informações fornecidas através de entrevista e questionário.

O pesquisador utilizou como técnica de pesquisa para coleta de dados os seguintes instrumentos:

- a) **Revisão bibliográfica** – permitiu descrever registros das práticas inclusivas de estudantes surdos nas duas regiões, por meio de análise bibliográfica usando artigos científicos, dissertações e teses, além de consultas a manuais especializados. Utilizou as seguintes palavras-chave: Prática pedagógica, Inclusão de surdos, Educação de surdos, estudantes surdos, Semiárido, Pernambuco, Bahia. Estas foram utilizadas para a busca dessas fontes literárias nas bases de dados eletrônicas: Periódica CAPES, SciELO, Bibliotecas Virtuais e sites especializados.
- b) **Análise documental** – buscou fundamentar-se em documentos oficiais, como Leis e decretos, o que por sua vez ocasionou uma análise minuciosa de todos os documentos citados ao longo da pesquisa.
- c) **Entrevistas semiestruturadas** – tiveram como função realizar com os profissionais já mencionados que estruturam o sistema educacional de surdos nos dois locais de estudos, na intenção de identificar os aspectos atuais das políticas locais e regionais quanto ao desenvolvimento e aprimoramento do sistema educacional municipal e estadual oferecido a inclusão da educação de surdos nessas regiões.
- d) **Questionários semiestruturados** – foram aplicados aos estudantes, com intuito de confrontar sua realidade e sua visão perante o sistema de ensino nas duas cidades.

Após a obtenção da aprovação do Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o pesquisador iniciou a primeira fase do estudo, fazendo a apresentação da proposta e o convite a cada um dos grupos de participantes, organizados em: Grupo 1 – Professores especialistas de AEE; Grupo 2 - Gestores da Secretaria Estadual; Grupo 3 - Gestores da Secretaria Municipal; Grupo 4 – Tradutores Intérpretes de Libras; Grupo 5 –

Estudantes Surdos; Grupo 6 – Instrutores de Libras. Aqueles que decidiram participar, receberam e assinaram o TCLE enviado pelo pesquisador.

Na segunda fase, os participantes que, eventualmente, concordaram em participar voluntariamente, foram orientados pelo pesquisador quanto ao processo de condução da entrevista (Grupo 1 – APÊNDICE C; Grupo 2 – APÊNDICE – D; Grupo 3 – APÊNDICE- E; Grupo 4 – APÊNDICE – F, Grupo 5 – APÊNDICE – G; Grupo 6 – APÊNDICE – H) por meio de reuniões individualizadas por meio de videoconferência; o mesmo se repetiu para a aplicação dos questionários. O objetivo foi coletar informações qualitativas que auxiliaram na visão panorâmica da situação atual do ensino educacional inclusivo, no sentido do cumprimento da legislação vigente e efetivação das práticas pedagógicas acerca da educação dos surdos.

As entrevistas, os questionários, a análise documental e bibliográfica ocorreram nos meses de março e abril de 2022. As entrevistas foram agendadas virtualmente de acordo com a disponibilidade dos participantes. O tempo médio de respostas variou de 15 a 20 minutos. O questionário foi elaborado a partir do *Google Forms* (gerenciador de pesquisa do *Google*), possibilitando o envio para os estudantes e a facilidade na coleta das informações. Vale ressaltar que todo conteúdo foi traduzido para a Libras em formato de vídeo e enviado pelo aplicativo *whatsapp* para a efetiva compreensão dos respondentes surdos.

Os dados obtidos foram quantificados e qualificados, no conceito de construir seu significado e sua representatividade no contexto social do público-alvo (surdos), onde podem ser comparados com bases de dados nacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de estabelecer parâmetros para avaliar o nível de inclusão educacional de pessoas surdas na região estudada.

Foram utilizados elementos da pesquisa cartográfica como escala, projeção e simbolização (SOUSA SANTOS, 2011). A escala consiste em representar algo existente na realidade numa escala maior e projetá-la numa escala menor. Determina o que vai aparecer no mapa e o motivo de aparecer. Neste caso, foi a educação básica de surdos nos municípios de Juazeiro - BA e Petrolina - PE. Já a projeção tem como função indicar inicialmente o que é relevante e o que não é; e qual o grau de distorção que será aplicado no mapa. A simbolização representa os elementos presentes no mapa. Dessa forma, foi possível compreender melhor os movimentos (a prática da educação dos surdos nos municípios mencionados), aproveitando os conceitos cartográficos e a partir desse movimento, produzir o mapa que será elencado como objetivo desta pesquisa (BREGONCI, 2017).

É importante ressaltar que este estudo não conferiu riscos de ordem física aos participantes e não infringiu qualquer norma legal e éticas. Assegurou-se total sigilo dos dados referentes aos envolvidos, assim evitando qualquer dano psicológico, moral ou material.

A pesquisa possibilitou vivenciar os aspectos positivos que são cruciais para o avanço da inclusão da educação de surdos nas duas cidades. Isso engloba as estruturas de ensino como: nível de formação e qualificação dos profissionais de ensino e gerência, aprimoramento e cumprimento das leis, políticas públicas municipais e estaduais. Assim, possibilitou-se detectar e propor novas mudanças para melhorar a qualidade de ensino para esse grupo de estudantes.

Este estudo foi executado após submissão da proposta à Plataforma Brasil e aprovação do comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Para a participação dos estudantes e profissionais, estes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após terem sido submetidos às devidas orientações para que não houvesse qualquer tipo de dúvida sobre participar da pesquisa por livre e espontânea vontade.

O presente estudo teve como hipótese que as práticas pedagógicas para alunos surdos em Juazeiro-BA e Petrolina-PE fazem uso de padrões educacionais universais, utilizando o mesmo espaço social, político e pedagógico dos ouvintes. Partindo do conhecimento sobre a situação geral do país, em que o processo de inclusão dessa categoria não atingiu a eficiência necessária para uma educação de qualidade, pois, embora as medidas de inclusão escolar existam, compreende-se que é um processo gradual que pode adquirir muitos formatos a depender dos alunos e suas particularidades (LACERDA, 2007).

Segundo Ribeiro (2017), a escola inclusiva atual ainda tem atribuído ao surdo a necessidade de se adaptar à realidade do aluno ouvinte. Esse fator acaba deixando de lado aspectos importantes para essa população como sua identidade e língua materna. Diante disso, o respeito às diferenças e especificidades dos surdos em seu processo educacional não ocorre, isto é, a abordagem bilíngue e bicultural não é aplicada como se deve e a língua de sinais em muitos casos não é tratada como segunda língua (RAMOS, 2019; SILVA *et al.*, 2014).

Procurou-se até o presente momento explicitar todos os pontos relevantes condizentes com a metodologia e os procedimentos metodológicos. Assim, o próximo capítulo apresentará os resultados obtidos, a partir de uma breve discussão acerca da temática, explicitando todos os pontos cruciais que motivaram e justificam a presente pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este tópico tem como finalidade perpassar pelos resultados obtidos no decorrer desta pesquisa, explicitando além de dados e informações pertinentes, uma discussão acerca das práticas pedagógicas no município de Juazeiro - BA e Petrolina - PE, demonstrando a relevância da temática e até mesmo servindo como motivação e alicerce para pesquisas posteriores, focalizadas na região.

Para que a pesquisa fosse concretizada, foi utilizado um formulário a partir da plataforma *Google Forms* para entrevistar, por meio de perguntas semiestruturadas, os envolvidos nos processos de práticas pedagógicas nos municípios selecionados. As entrevistas e aplicação de questionários tiveram uma duração média de 2 meses e a divulgação do formulário se deu de forma direta, onde o pesquisador buscou através de *e-mails*, videoconferências e visitas às instituições dos participantes selecionados.

Inicialmente o formulário contou com alguns itens que foram retirados posteriormente, como, por exemplo, os dados de identificação, onde constavam algumas informações como: nome do participante, documento de identidade, sexo, data de nascimento, endereço, complemento, bairro, cidade, código de endereçamento postal (CEP) e telefone. No início da divulgação, a intenção da obtenção desses dados era meramente de identificar cada participante. Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa, essas informações se tornaram desnecessárias e ainda poderiam causar posteriormente complicações burocráticas sobre o andamento do estudo prático. Para evitar possíveis situações adversas, a primeira parte do questionário denominada “dados de identificação” foi retirada. É importante salientar que essa justificativa é relevante para explicitar o passo a passo realizado durante todo o trajeto da pesquisa, principalmente por constar no questionário original, que pode ser encontrado nos apêndices desta mesma pesquisa.

Além disso, outra informação que deve ser destacada é que a quantidade de participantes almejada não foi concretizada, uma vez que o pesquisador encontrou dificuldades significativas no processo de contato com os participantes e no momento de obtenção das respostas. Porém, os resultados a seguir demonstram a realidade das práticas pedagógicas para alunos surdos em Juazeiro - BA e Petrolina - PE, levando em consideração cada agente que compõe esse cenário.

Nesse caso foi possível contar com os seguintes participantes: 3 gestores da secretaria municipal da educação; 2 gestores da gerência estadual de educação; 6 professores de AEE; 8 intérpretes de Libras; 14 instrutores de Libras; e 9 alunos surdos. O objetivo principal era

dispor de um número igual de participantes para representar as duas cidades de maneira igualitária, porém, conforme será explicitado posteriormente, devido à ausência de respostas, a quantidade de participantes se modificou, alterando a distribuição entre as cidades.

Sendo assim, é possível iniciar as respostas e discussões obtidas em cada um dos formulários. É importante destacar que para melhor visualização e explicitação de dados, cada formulário contará com um subtópico distinto, facilitando a compreensão da interpretação das informações.

4.1 GESTORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

O primeiro dos formulários aplicados a ser explicitado neste tópico é o de gestores da Superintendência da Secretaria Municipal de Educação. Levando em consideração a sessão posterior à da identificação, isto é, a entrevista semiestruturada de gestores municipais, foi possível obter respostas significativas para a compreensão de alguns pontos relevantes que compõem o cenário da educação para surdos com enfoque nas práticas pedagógicas. O formulário foi preenchido por 3 gestores que, após terem acesso ao TCLE e informações pertinentes à sua participação, consentiram em participar da pesquisa, conforme explicitado pelo gráfico a seguir:

GRÁFICO 3 – Aceite para participação da pesquisa



Fonte: Autoria própria, 2022.

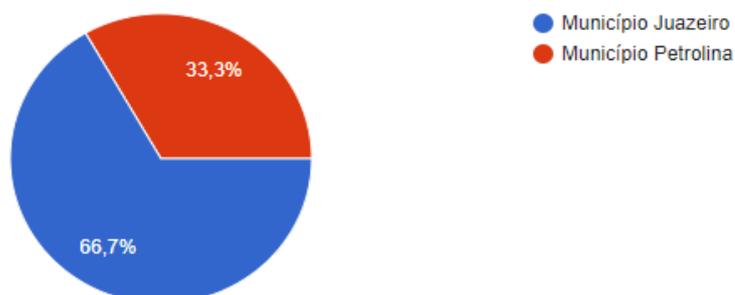
A parte azul do gráfico corresponde a parte à opção “Aceito participar” e a parte vermelha corresponde à opção “Não aceito participar”. Conforme é possível observar, todos os participantes aceitaram participar da pesquisa e fornecer resposta acerca da sua experiência profissional.

Ao adentrar no apêndice A da entrevista, a primeira questão é: “Sou gestor(a) da rede:”, e teve como objetivo identificar de qual rede o profissional gestor fazia parte. As opções dispostas eram duas: azul para município de Juazeiro - BA; e vermelho para município de Petrolina - PE.

GRÁFICO 4 – “Sou gestor da rede:”

Sou gestor(a) da rede

3 respostas



Fonte: Autoria própria, 2022.

É possível notar a participação de 3 gestores, sendo 2 do Município de Juazeiro - BA e 1 do Município de Petrolina - PE. A intenção inicial era obter dados igualitários entre ambas as localidades, porém, devido à dificuldade encontrada para adquirir as respostas, a distribuição se deu dessa forma. Um fato relevante a ser mencionado é que a dificuldade encontrada não está relacionada com a escassez de profissionais, visto que o município de Petrolina, embora no presente questionário se mostre em menor quantidade, ainda assim conta com uma melhor estrutura em relação ao município de Juazeiro, levando em consideração os padrões de contratação de profissionais.

A segunda pergunta é: “Como está organizada a educação especial na rede municipal?” O objetivo desta pergunta foi mapear a estruturação e organização a partir da perspectiva do gestor. As respostas obtidas foram:

TABELA 1 – Respostas da pergunta “Como está organizada a educação especial na rede municipal?”

GESTOR	RESPOSTA
Petrolina 1	Em Salas De Ensino Regular Com Profissional De Apoio Escolar Para Aluno Com Deficiência e Atendimento Educacional Especializado.
Juazeiro 1	O AEE é gerido pelo NAPSI (Núcleo de apoio psicossocial e inclusão), esse núcleo é formado por uma equipe multiprofissional que conta com pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, intérprete de libras, especialista em braille, o Núcleo fica submetido a superintendência de ensino que por sua vez está submetido a secretária de Educação e juventude.
Juazeiro 2	Rede Estadual: ações pontuais desenvolvidas pelas escolas e pelos professores.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Nas respostas fornecidas anteriormente, é possível notar uma grande diferença em relação a estruturação e organização das escolas sob a perspectiva de cada gestor. Conforme é possível observar, para o gestor de Petrolina-PE existe uma estrutura de ensino regular que leva em consideração o aluno com deficiência, suprindo as suas demandas por meio de um atendimento especializado de apoio escolar. Já em Juazeiro – BA, é possível notar uma organização distinta descrita por cada um dos gestores, visto que o primeiro gestor diz que a organização é realizada de maneira pontual e que é desenvolvida pelas escolas e pelos docentes, diferentemente do segundo gestor, que cita o Núcleo de Apoio formado pela equipe multiprofissional que fica submetido à Secretaria de Educação e Juventude. Com base nas informações obtidas, é possível notar que as escolas de Juazeiro não seguem um padrão, se distinguindo em uma mesma localidade.

A terceira pergunta que compõe o formulário é: “Quantas salas de recurso o município possui? (Caso não tenha o número exato, pode ser aproximado)”. A intencionalidade por trás dessa pergunta é compreender a estruturação física, que é de grande importância para o desenvolvimento das práticas pedagógicas para os alunos surdos.

O gestor de Petrolina-PE respondeu que há 50 salas. O gestor 1 de Juazeiro-BA respondeu há 115 salas e o gestor 2 respondeu: “Uma Sala de Recursos em toda a regional”. Analisando as respostas e levando em consideração que a estruturação de Juazeiro-BA se mostra diferenciada para cada instituição, fica nítido que as informações são repassadas de maneiras distintas, gerando assim respostas diferentes, sem exatidão.

A próxima pergunta foi: “Com relação aos alunos surdos, qual tipo de atendimento eles recebem?”. As respostas foram as seguintes:

TABELA 2 – Respostas à pergunta “Com relação aos alunos surdos, qual tipo de atendimento eles recebem?”

GESTOR	RESPOSTAS
Petrolina 1	Profissionais Instrutores E Intérpretes De Libras.
Juazeiro 1	Os alunos surdos possuem atendimento de instrutores e intérpretes de libras e professor do AEE, lógico que alguns dos nossos alunos surdos não possuem atendimento de todos os profissionais, mas de pelo menos um destes todos eles têm o acompanhamento.
Juazeiro 2	Profissionais são contatados através do REDA.

Fonte: Autoria Própria, 2022.

Considerando as respostas obtidas, é possível notar que o gestor de Petrolina-PE dispõe de uma resposta clara e objetiva, explicitando os profissionais que compõem o atendimento para alunos surdos. Já em relação às respostas obtidas através dos gestores de Juazeiro, é notória a consonância, visto que o município de fato conta com profissionais especializados que dispõem do atendimento para sanar as demandas desses alunos. Um ponto relevante a ser mencionado é que o estado da Bahia utiliza como seleção o regime especial de direito administrativo, o REDA, porém apenas quando for constatado que alunos surdos são matriculados. Nesse sentido, os alunos não recebem atendimento de maneira imediata após serem matriculados, havendo um período de escassez de profissionais no início da sua trajetória escolar levando em conta o tempo que o estado leva para contratar novos profissionais para dar conta da demanda nova.

Seguindo, a próxima pergunta é: “O município dispõe de professores especialistas na área de educação de surdos? Se sim, qual a formação deles? E quantos professores são? São efetivos ou temporários?” A intencionalidade dessa pergunta foi atestar a distribuição dos profissionais. Como respostas é possível observar:

TABELA 3 – Respostas da pergunta “O município dispõe de professores especialistas na área de educação de surdos? Se sim, qual a formação deles? E quantos professores são? São efetivos ou temporários?”

GESTOR	RESPOSTA
Petrolina 1	Formação Em Letras Libras e Especialização Em Libras. Temos 13, sendo 8 Professores De Libras E 5 Intérpretes. 11 Efetivos e 2 Temporários.
Juazeiro 1	Sim. Os professores do AEE, possuem formações diversas, a principal formação é pedagogia, não temos um levantamento concreto da formação específica de cada um, sabendo também que muitos professores do AEE que atendem a alunos surdos contam com a ajuda de um instrutor e/ou um intérprete de libras, muitos desenvolvem atividades pedagógicas com adaptações para o público surdo, enquanto o profissional específico trabalha o desenvolvimento da Língua de sinais
Juazeiro 2	Não dispõe de professores especialista

Fonte: Autoria própria, 2022.

Mais uma vez, é possível observar um padrão em relação ao tipo de resposta, pois enquanto o gestor de Petrolina-PE dispõe de uma resposta assertiva em relação à participação de professores especialistas, é possível notar que há uma distinção em relação as respostas fornecidas pelos gestores de Juazeiro-BA. Enquanto o gestor de Juazeiro 1 dispõe de uma resposta composta de detalhes em relação aos professores que compõem o quadro do município, o gestor de Juazeiro 2 dispõe de uma resposta curta e objetiva negando a presença de professores especialistas.

Essa contradição que permeia as respostas vindas de Juazeiro-BA também está relacionada com a disseminação de informação da estruturação e organização de pontos relevantes que compõem as práticas pedagógicas na educação para alunos surdos no município.

A próxima pergunta soa como continuação da anterior, sendo ela: “O município dispõe de instrutor de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?”. Sendo assim é possível observar a seguinte distribuição:

TABELA 4– “O município dispõe de instrutor de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?”

GESTOR	RESPOSTAS
Petrolina 1	Sim, 5, sendo 3 efetivos e 2 temporários.
Juazeiro 1	O município possui hoje um total de 5 instrutores surdos, todos são contratados.
Juazeiro 2	Sim. Dois instrutores contratados. Não são efetivos.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Através dessas respostas, é possível notar que o gestor de Petrolina permanece com o mesmo padrão de resposta, fornecendo informações de maneira objetiva. Já em relação aos dois gestores de Juazeiro, é possível notar respostas distintas, porém que se encontram em determinado momento visto que todos os instrutores são contratados e não efetivos, segundo ambos os gestores.

A secretaria de Educação do Estado da Bahia tem realizado menos concursos públicos que a do Estado de Pernambuco e, este, quando contrata temporariamente, oferece melhores condições do que aquele. Isso contribui para que os agentes da educação de surdos que moram em Juazeiro-BA prefiram atravessar a ponte, indo trabalhar em Petrolina-PE em busca de melhor remuneração e benefícios como férias e décimo terceiro salário. Por consequência,

muitos alunos surdos vão estudar em Petrolina-PE, objetivando receberem melhor atendimento educacional.

O poder municipal de Juazeiro-BA, há muitos anos realizou concurso público para tradutor e para instrutor de Libras (oferecendo uma vaga, apenas) e, há anos que não faz seleções específicas para a educação especial de surdos. Neste ano (2022) a Secretaria de Educação do município resolveu selecionar, dentre os profissionais aprovados para regência de outras disciplinas (como Inglês, História, Geografia) os que possuíam cursos e formação em Libras e alocá-los para trabalhar com surdos.

Nesse contexto, a próxima pergunta que compôs o formulário foi: “O município dispõe de intérprete de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?”. E a distribuição das respostas ficou da seguinte maneira:

TABELA 5 – “O município dispõe de intérprete de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?”

GESTOR	RESPOSTAS
Petrolina 1	Sim, 5, todos efetivos.
Juazeiro 1	Sim. 8 intérpretes de Libras, 6 efetivos e os demais são do processo seletivo.
Juazeiro 2	Dois instrutores contratados.

Fonte: Autoria própria, 2022.

As respostas fornecidas demonstram informações diferentes, que se destoam entre si. Para a resposta do gestor de Petrolina-PE não disponho de nenhum outro parâmetro por não ter a participação de outro gestor do município, mas entre os gestores de Juazeiro-BA, único ponto em comum, mais uma vez, está relacionado à existência de contratação de profissionais que, para o município, tem sido uma solução viável para sanar as necessidades dos alunos surdos após a sua matrícula.

No que diz respeito à próxima pergunta, isto é, “Quantos alunos surdos existem na rede?” obteve-se as seguintes respostas: 37 alunos matriculados (resposta do gestor de Petrolina-PE); 35 alunos matriculados (resposta do gestor 1 de Juazeiro-BA); Não temos dados exatos. Pela sinalização das escolas, cerca de seis surdos (resposta do gestor 2 de Juazeiro-BA). Embora haja uma distância significativa entre as respostas dos gestores de Juazeiro-BA, é possível notar uma aproximação na quantidade de alunos relatados entre o gestor de Petrolina-PE e o gestor 1 de Juazeiro-BA.

A tabela 6, a seguir, mostra as respostas a respeito da existência de normas municipais para a educação de surdos:

TABELA 6 – “Há algum documento municipal norteador do AEE e das práticas inclusivas para alunos surdos?”

GESTOR	RESPOSTAS
Petrolina 1	Temos a Normativa e está no Diário Oficial de 2018. Foram feitas algumas alterações nessa normativa que será publicada em 2022.
Juazeiro 1	Específica para alunos surdo não, temos um documento de orientações gerais para atuação no AEE.
Juazeiro 2	Sim. Documento oficial do Estado da Bahia.

Fonte: Autoria própria, 2022.

A próxima pergunta foi: “Se a resposta anterior for sim, acredita que o documento norteador está sendo cumprido? Caso não esteja, em sua opinião, o que falta para ser cumprido?”. O gestor de Petrolina-PE manteve o campo em branco, sem resposta; da mesma forma o gestor 1 de Juazeiro-BA; e o gestor 2 de Juazeiro-BA respondeu: “Não está sendo cumprido. Faltam pessoas comprometidas com a causa da Educação Especial e inclusiva, de forma geral, no órgão superior (Secretaria de Educação)”.

A resposta do gestor 2 de Juazeiro-BA demonstra uma perspectiva interessante, visto que há documentos norteadores que, em grande parte das vezes, não são seguidos de maneira adequada, impactando de maneira negativa na educação para surdos e, conseqüentemente, no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Por fim, a última pergunta que compôs o formulário foi: “Há formações para ajudar os professores a incluir os alunos surdos?”, e tem como objetivo explorar a formação docente no que diz respeito a inclusão de alunos surdos. Como mostra a tabela a seguir:

TABELA 7 - Há formações para ajudar os professores a incluir os alunos surdos?

GESTOR	RESPOSTAS
Petrolina 1	Sim
Juazeiro 1	Não
Juazeiro 2	Não

Fonte: Autoria própria, 2022.

Enquanto o gestor de Petrolina-PE respondeu que sim, que o município conta com uma formação para professores em relação à inclusão de alunos surdos, ambos os gestores de Juazeiro-BA responderam que o município não conta com uma formação direcionada para a inclusão.

De modo geral, Petrolina-PE se mostra, sob a perspectiva dos gestores, mais clara e objetiva no que diz respeito ao desenvolvimento das práticas pedagógicas para alunos surdos na região, levando em consideração todo o contexto dos envolvidos que compõem esse cenário. Por outro lado, Juazeiro demonstra uma pequena falha no que diz respeito à disseminação de informações pertinentes ao assunto, o que por sua vez pode acabar impactando de maneira negativa no desenvolvimento das práticas pedagógicas e, por consequência, no processo de ensino e aprendizagem para alunos surdos da região.

Um fato relevante que deve ser destacado, é que existe um plano municipal de Educação em Petrolina-PE, que foi sancionado e encaminhado para o Ministério da Educação. Esse plano determina 20 metas e 301 estratégias para a educação do município, tanto nas redes públicas quanto privadas e com duração de sinal, isto é, entre 2015 e 2025. O principal objetivo é gerar uma articulação em relação ao sistema nacional, estadual e municipal em regime de colaboração, definindo assim, ações de maneira integrada para garantir o desenvolvimento do ensino nos seus mais variados níveis e modalidades.

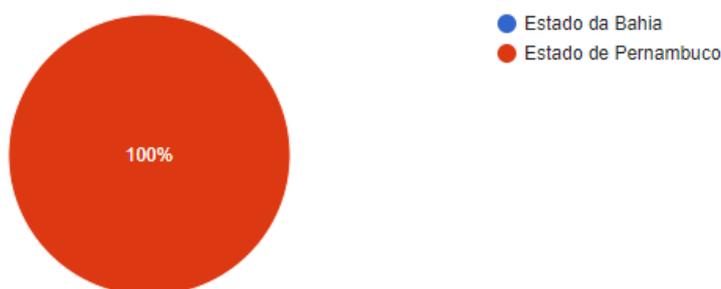
Entre as principais estratégias aprovadas, que contribuem para o avanço do Sistema de Ensino de Petrolina estão: a parceria entre Educação Básica e Ensino Superior para a formação continuada dos professores da Rede Municipal, em nível *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado); ampliação e diversificação do Núcleo Multidisciplinar para atuar na Educação Inclusiva; na Educação Infantil, o atendimento obrigatório para crianças, a partir de 04 anos; garantia da oferta de educação bilíngue aos alunos surdos ou com deficiência auditiva; alfabetização de todas as crianças até o final do 3º do Ensino Fundamental e o aumento da gratificação para Mestres e Doutores (BRASIL, 2015).

Embora as respostas do gestor de Petrolina-PE sejam bastante objetivas, ainda assim não são amplas, o que limita as margens para novas explorações e deduções. Nesse sentido, é importante mencionar que, por meio de pesquisa de campo, foi possível obter algumas respostas não vinculadas ao formulário, isto é, por meio de uma conversa informal com uma professora que atende o município de Pernambucano. A partir dos dados obtidos nessa conversa, foi possível constatar que Petrolina-PE dispõe de uma sala bilíngue onde Libras é ensinada como primeira língua e a classe conta com quatro alunos surdos, estando aberta para ouvintes. A faixa etária dos alunos é de 11 a 12 anos e as aulas são ministradas por duas professoras, uma ouvinte e uma surda. Essas informações demonstram que o município dispõe de profissionais qualificados e que está implantando o Plano Municipal de Educação de maneira gradativa, assegurando o desenvolvimento do ensino e, conseqüentemente, das práticas pedagógicas para alunos surdos.

4.2 GESTORES DA GERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O segundo formulário aplicado pelo pesquisador foi direcionado para os gestores da superintendência Estadual de Educação, tendo como principal objetivo obter respostas referentes ao estado, enquanto responsável pelo desenvolvimento educacional e inclusivo. Nesse sentido, na intenção de obter respostas completas para comparação entre os municípios, o formulário foi divulgado para 4 gestores, sendo dois do estado da Bahia e dois do estado de Pernambuco. Entretanto, não foi possível obter respostas por parte do Estado da Bahia, uma vez que o pesquisador encontrou dificuldade em contatar os profissionais. Sendo assim, o pesquisador optou por explicitar os dados obtidos dos gestores do estado de Pernambuco e correlacionar com informações anteriormente dadas, conforme mostra o seguinte gráfico:

GRÁFICO 4 – Aceite dos participantes para participar da pesquisa



Fonte: Autoria própria, 2022

Nesse gráfico é possível observar os resultados previamente explicitados. A partir dessa informação, é possível adentrar nas próximas questões. A segunda pergunta: “Como está organizada a educação especial na rede estadual?” A intenção desta pesquisa foi compreender a estruturação e organização da educação especial na rede do estado. As respostas obtidas foram como mostra a tabela 8:

TABELA 8 – Respostas da pergunta “Como está organizada a educação especial na rede estadual?”

GESTOR	RESPOSTA
Petrolina 1	Toda escola é orientada a realizar a matrícula de todos os alunos, informando a GRE quais alunos têm deficiência e que profissionais eles necessitam.
Petrolina 2	Os alunos com deficiência recebem o apoio especializado necessário para atender às suas especificidades nas escolas dos 7 municípios jurisdicionados a essa regional. Não tem SRM em todas as escolas, mas tem AEE na maioria das escolas que têm alunos com deficiência, quando há necessidade desse atendimento.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Diante das respostas, é possível notar que existe uma base de organização em relação ao atendimento dos alunos com deficiência, principalmente no que diz respeito aos surdos. Os alunos que necessitam de atendimento e apoio especializado devem informar no ato da matrícula, para que o estado possa fornecer materiais e profissionais capacitados a promover uma educação inclusiva, além do desenvolvimento das práticas pedagógicas necessárias de modo efetivo.

É importante ressaltar que, embora nenhum gestor estadual do estado da Bahia tenha respondido o formulário, o estado também conta com uma base vinculada às políticas públicas de inclusão nas escolas, conforme foi possível notar no tópico anterior. Uma prova disso são as diretrizes para educação inclusiva no estado da Bahia, que vem sendo construídas desde 2014 na intenção de acolher todas as demandas e necessidades dos estudantes da educação especial e também dos profissionais que compõem esse cenário (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2017).

A próxima pergunta foi: “Quantas salas de recurso o estado possui na cidade pesquisada (Juazeiro ou Petrolina)? (Caso não tenha o número exato, pode ser aproximado)”. As respostas foram “Em torno de 30 salas”, do gestor 1; e “Apenas no município de Petrolina, são 13 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), mas temos o AEE em outras escolas funcionando em outros espaços”, do gestor 2.

Os números demonstram que Petrolina-PE dispõe de salas de recursos. Quando comparadas as informações externas do estado da Bahia, é possível notar uma equidade em relação às práticas explicitadas pelos gestores do estado de Pernambuco e as Diretrizes do estado da Bahia.

A rede estadual conta com Atendimento Educacional Especializado (AEE), que hoje está disponível para mais de oito mil estudantes com necessidades educacionais especiais. São 65 Salas de Recursos Multifuncionais (SEM), 12 Centros de Atendimento Educacional Especializado e seis instituições conveniadas. Os alunos são atendidos nas escolas da rede e nos Centros de Educação Especial, dentro de suas especificidades, para que possam participar ativamente do ensino regular. No

ato da matrícula, a família pode escolher a escola da sua conveniência e a Secretaria providencia os meios para que o estudante acesse e permaneça na referida unidade escolar (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2017).

A indagação seguinte que compôs o questionário foi: “Com relação aos alunos surdos, qual tipo de atendimento eles recebem?” Tendo como base o trajeto sugerido pelas perguntas, as respostas obtidas foram as seguintes:

TABELA 9 – Resposta da pergunta “Com relação aos alunos surdos, qual tipo de atendimento eles recebem?”

GESTOR	RESPOSTA
Petrolina 1	Eles têm o professor intérprete em sala e o AEE (ensino em Libras, de Libras e português como L2).
Petrolina 2	São acompanhados por Intérprete de Libras em sala de aula, por Instrutores de Libras e Professor de AEE em Libras no AEE e alguns tem Professor de Português como 2ª Língua, também no AEE.

Fonte: Autoria Própria, 2022.

Como é possível observar nas respostas, os gestores descrevem o atendimento dos alunos surdos conforme o esperado, isto é, a partir da perspectiva da educação bilíngue, uma vez que o estado dispõe de professores especialistas, e profissionais qualificados para ensinar Libras como primeira língua (L1) e Português como segunda (L2). Embora as respostas estejam de acordo com o esperado, é importante enfatizar que o pesquisador só encontrou evidências de uma escola que dispõe de uma sala bilíngue, a nível municipal em Petrolina, conforme mencionado no tópico anterior, sendo composta por quatro alunos surdos, dois profissionais qualificados, ou seja, um surdo e outro ouvinte e, ainda, em relação aos alunos, dentre os quatro, um tem uma frequência irregular às aulas. Sem as respostas dos gestores de Juazeiro-BA, é possível observar apenas a existência das diretrizes mencionadas anteriormente, sem a comprovação de aplicabilidade ou concretização na prática.

As respostas a seguir foram dadas a partir da seguinte indagação: “A rede estadual na cidade de sua atuação (Juazeiro ou Petrolina) dispõe de professores especialistas na área de educação de surdos? Se sim, qual a formação deles? E quantos professores são? São efetivos ou temporários?”, conforme é possível observar a seguir.

TABELA 10 - A rede estadual na cidade de sua atuação (Juazeiro ou Petrolina) dispõe de professores especialistas na área de educação de surdos? Se sim, qual a formação deles? E quantos professores são? São efetivos ou temporários?

GESTOR	RESPOSTA
Petrolina 1	Licenciatura em Letras-Libras, Especialização em Libras ou em Educação de Surdos. Efetivos: 15. Contratados: 8
Petrolina 2	Na sala comum não temos, mas temos 27 Intérpretes de Libras, todos com formação em nível superior, sendo 5 efetivos e 22 contratados. São 19 Instrutores de Libras, todos com formação em nível superior e especialização na área, sendo 11 efetivos e 8 contratados.

Fonte: Autoria Própria, 2022.

Com base nas respostas, os gestores do estado de Pernambuco demonstram existir um quantitativo médio em relação aos profissionais efetivos e contratados, levando em consideração a especialização na área de cada um desses profissionais. Um ponto a ser destacado é que as respostas coletadas perpassam pela prática, enquanto todas as respostas fornecidas neste tópico referentes à Bahia mostram que o estado promete concretizar as políticas na prática, sem mais evidências. Nesse sentido, levando em consideração as Diretrizes para a Educação Inclusiva na Bahia, é possível notar que, formalmente, há a presença de professores especializados para alunos surdos. Ainda, é importante mencionar que as diretrizes estão direcionadas para uma educação inclusiva, e não apenas para a educação de alunos surdos, abrangendo outros tipos de deficiências.

A pergunta seguinte foi: “A rede estadual na cidade de sua atuação (Juazeiro ou Petrolina) dispõe de instrutor de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?” e as respostas coletadas foram:

TABELA 11 - A rede estadual na cidade de sua atuação (Juazeiro ou Petrolina) dispõe de instrutor de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?

GESTOR	RESPOSTA
Petrolina 1	Efetivos: 6. Contratados: 5
Petrolina 2	Sim. São 19 Instrutores de Libras, todos com formação em nível superior e especialização na área, sendo 11 efetivos e 8 contratados.

Fonte: Autoria própria, 2022.

A contratação realizada pelo estado de Pernambuco se dá a partir de concursos e de contrato temporário. Este oferece melhores condições de trabalho quando comparado ao estado da Bahia, o que faz com que alguns dos profissionais instrutores que moram na Bahia atravessem a ponte para trabalhar no estado de Pernambuco. Outro fato já mencionado

anteriormente, é que o mesmo movimento ocorre com alunos surdos que também saem da Bahia para estudar em Pernambuco devido às melhores condições.

No que diz respeito aos intérpretes, a pergunta que direcionou as respostas coletadas foi: “A rede estadual na cidade de sua atuação (Juazeiro ou Petrolina) dispõe de intérprete de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?”. Observe a tabela a seguir.

TABELA 12 - A rede estadual na cidade de sua atuação (Juazeiro ou Petrolina) dispõe de intérprete de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?

GESTOR	RESPOSTA
Petrolina 1	Efetivos: 6. Contratados: 30
Petrolina 2	São 27 Intérpretes de Libras, todos com formação em nível superior, sendo 5 efetivos e 22 contratados.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Com base no exposto, é possível notar a mesma dinâmica ocorrida explicitada na resposta anterior em relação à contratação tanto efetiva quanto temporária de profissionais nos estados de Pernambuco e Bahia. O mesmo movimento ocorre no que diz respeito ao intérprete de Libras, isto é, no estado de Pernambuco o profissional se encontra em melhores condições de contratação.

A respeito da quantidade de alunos surdos, as respostas demonstram apenas parâmetros para o estado de Pernambuco, ou seja, o gestor 1 respondeu 55 alunos e o gestor 2 respondeu 43.

A próxima pergunta foi: “Há algum documento Estadual norteador do AEE e das práticas inclusivas para alunos surdos? E apresenta evidências de sugestões citadas anteriormente.

TABELA 13 - Há algum documento Estadual norteador do AEE e das práticas inclusivas para alunos surdos?

GESTOR	RESPOSTA
Petrolina 1	Não. Seguimos as orientações que constam no documento do MEC: AEE pessoa com surdez.
Petrolina 2	Específico para a área de surdez, não. Temos como documentos norteadores o Currículo de Pernambuco e os documentos emitidos pelo MEC.

Fonte: Autoria própria, 2022.

As respostas demonstram que o estado de Pernambuco, assim como estado da Bahia, não possui um documento específico em relação a inclusão de alunos surdos no âmbito educacional e sim um documento emitido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) que

norteia o currículo de Pernambuco. No caso da Bahia, é possível observar a mesma dinâmica, visto que um dos poucos documentos elaborados e também apresentados pelo MEC são as diretrizes citadas anteriormente. Tais respostas demonstram que a educação para alunos surdos é tratada de maneira ampla juntamente com outras deficiências e não de maneira específica.

A próxima indagação, isto é, “Se a resposta anterior for sim, acredita que o documento norteador está sendo cumprido? Caso não esteja, em sua opinião, o que falta para ser cumprido?” não teve resposta, visto que a resposta anterior foi não em relação aos documentos.

E por fim, a pergunta “Há formações para ajudar os professores a incluir os alunos surdos?” obteve as seguintes respostas:

TABELA 14 - Há formações para ajudar os professores a incluir os alunos surdos?

GESTOR	RESPOSTA
Petrolina 1	Sim. No início do ano letivo as escolas são orientadas em relação ao atendimento aos alunos com deficiência e Surdos.
Petrolina 2	Sim. Além das formações Regulares com os profissionais da educação inclusiva, também fazemos formações nas escolas com os professores das salas comuns, apesar de não ser tão frequente quanto gostaríamos.

Fonte: Autoria própria, 2022.

No que diz respeito à formação continuada para ajudar e auxiliar atualização de professores em relação a educação para alunos surdos, principalmente no que diz respeito as práticas pedagógicas, é possível notar que o estado de Pernambuco dispõe de medidas formadoras regulares para os profissionais da educação inclusiva. Além disso o gestor 2 citou que além do estado, as próprias instituições também oferecem formação para seus professores.

Diante de todas as respostas coletadas, é possível notar que o estado de Pernambuco dispõe de parâmetros corretos e adequados para educação de surdos, porém foi levado em consideração que não foram encontradas escolas ou salas com perspectiva de educação bilíngue; apenas uma sala no município de Petrolina.

4.3 PROFESSORES AEE

O presente tópico visa explicitar os dados coletados a partir do questionário que foi direcionado para os professores especialistas AEE, levando em consideração diversos pontos

relevantes para construir uma perspectiva sobre a realidade das práticas pedagógicas para alunos surdos tanto em Petrolina-PE quanto em Juazeiro-BA.

GRÁFICO 5 – Resposta de Aceite dos participantes

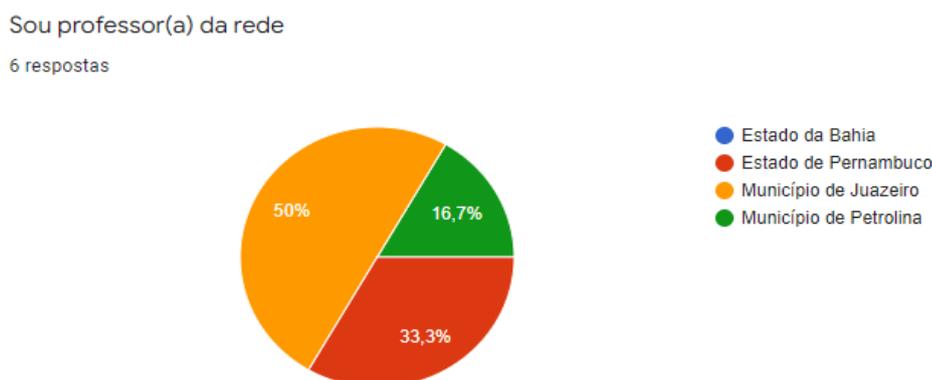


Fonte: Autoria própria, 2022.

Conforme é possível observar anteriormente, todos os convidados aceitaram participar da pesquisa, levando em consideração apresentação do TCLE e todas as informações fornecidas pelo pesquisador a respeito do estudo realizado.

No que diz respeito à rede de ensino a que pertencem os participantes, é possível notar a concretização da distribuição esperada no início da pesquisa em relação a esses profissionais, conforme nota-se no gráfico a seguir que foi direcionado por meio da seguinte afirmação “Sou professor(a) da rede”:

GRÁFICO 6 – “Sou professor(a) da rede”



Fonte: Autoria própria, 2022.

Como alternativas para a seleção de respostas, os participantes puderam optar entre: (1) Estado da Bahia; (2) Estado de Pernambuco; (3) Município de Juazeiro; (4) Município de Petrolina. Sendo assim, a distribuição se deu de maneira igualitária para ambos os estados, isto é, 3 professores do estado da Bahia, porém, mais especificamente da rede municipal de

Juazeiro; e 2 participantes do estado de Pernambuco, sendo apenas 1 da rede municipal de Petrolina, totalizando 3 professores para a rede estadual de Pernambuco.

A próxima pergunta foi “Há quanto tempo você sabe Libras? Como aprendeu?”, e as respostas coletadas foram:

TABELA 15 – Há quanto tempo você sabe Libras? Como aprendeu?

PROFESSOR	RESPOSTA
Professor Juazeiro 1	Básico. 4 anos
Professor Juazeiro 2	Meu primeiro curso de Libras básico foi em 2009.
Professor Juazeiro 3	Mais ou menos uns 15 anos.
Professor Pernambuco 1	Desde quando eu tinha 15 anos, minha vizinha Carmem Lúcia me ensinou, me visitando todos os dias. Quando já tinha meus 19 anos, me apresentaram a comunidade surda, visitando a APAE em Juazeiro, logo iniciei uma substituição a professora Ana Paula que estava gestante nessa época, e depois de 2 anos fui convidada a trabalhar no magistério substituindo uma amiga que tinha retornando a Salvador (Ane) e desde essa época não sai mais da Rede Estadual.
Professor Pernambuco 2	2 anos. No curso na escola João Barracão
Professor Petrolina 1	Desde 2013. Quando comecei a trabalhar com Educação Especial.

Fonte: Autoria própria, 2022.

As respostas demonstram uma janela bem variável de tempo em relação ao conhecimento de Libras. Tanto Juazeiro-BA quanto Petrolina-PE dispõem de profissionais com conhecimento necessário, porém, é possível notar que o professor de Juazeiro 1 dispõe de um saber básico e recente, assim como o professor de Pernambuco 2. Os demais contam com uma vasta experiência profissional, mesmo que a partir de um conhecimento básico.

A próxima pergunta a compor o questionário foi: “qual a sua formação”. Como respostas, foi possível notar uma grande variedade, conforme explicitado a seguir:

TABELA 16 – Qual é a sua formação?

PROFESSOR	RESPOSTA
Professor Juazeiro 1	Pedagogia. Psicopedagoga, Esp. Neuropsicopedagogia, educação especial, inclusiva, Esp. Interdisciplinaridade, Esp. ABA, pós Ludopedagogia.
Professor Juazeiro 2	Pedagoga, especialista em Atendimento Educacional Especializado
Professor Juazeiro 3	Pedagoga
Professor Pernambuco 1	1º graduação Gestão Ambiental 2º Formação Pedagógica em Letras/Português Inglês
Professor Pernambuco 2	Letras
Professor Petrolina 1	Pedagogia

Fonte: Autoria própria, 2022.

Fica nítido que todos os profissionais dispõem de cursos na área da educação, perpassando pela Pedagogia e Letras, além de algumas especializações. Essas respostas sugerem que não há um critério muito rígido no que diz respeito às especializações de cada professor, seja ele temporário ou efetivo, de ambos os municípios. A formação exigida é da área de educação.

A próxima pergunta que direciona o questionário é: “Há quanto tempo trabalha com educação de surdos?”. As respostas podem ser conferidas na tabela seguir.

TABELA 17 – Há quanto tempo trabalha com a educação de surdos?

PROFESSOR	RESPOSTA
Professor Juazeiro 1	1o ano de vivência, criança de 2 anos
Professor Juazeiro 2	Trabalho há 15 anos com AEE, mas nunca atendi alunos surdos.
Professor Juazeiro 3	10 anos
Professor Pernambuco 1	18 anos acho
Professor Pernambuco 2	5 anos
Professor Petrolina 1	Desde 2013

Fonte: Autoria própria, 2022.

É possível notar que a maioria dos profissionais conta com uma experiência vasta, isto é, um tempo considerável de profissão. Porém, o que chama atenção é a resposta fornecida pelo professor Juazeiro 2, que enfatiza que embora trabalhe há 15 anos com AEE, nunca atendeu alunos surdos. Diante dessa resposta, é possível notar que embora haja profissionais qualificados, como é o caso deste participante, ainda assim não há uma grande demanda no município de Juazeiro, levando em consideração o contexto já explicitado anteriormente, em que a demanda acaba sendo maior para o município de Petrolina, que dispõe de condições melhores e mais estruturadas.

A próxima pergunta disposta no questionário foi: “Como é realizado o AEE?”. E as respostas podem ser verificadas logo a seguir.

TABELA 18 – Como é realizado o AEE?

PROFESSOR	RESPOSTA
Professor Juazeiro 1	Até a presente data, online, com orientação à família para mediar com a criança.
Professor Juazeiro 2	É feita uma avaliação diagnóstica inicial para se conhecer habilidades, potencialidades e déficit. É estruturado o estudo de caso identificado o problema e feito a clarificação do problema. Em seguida é feito plano de atendimento bimestral e a depender do atendimento e da necessidade do aluno esse plano pode ser semestral. São realizados registros de atendimento que vão nortear as ações futuras.
Professor Juazeiro 3	O atendimento é realizado 2 x por semana com o ensino de Libras x português.
Professor Pernambuco 1	O atendimento é o feriado ao público com deficiência, transtornos e dificuldade de aprendizagem, como também ao Surdos em específico na modalidade em L1 e L2.
Professor Pernambuco 2	O atendimento é individualizado, no contraturno do aluno, fazemos anamnese para oferecer um atendimento mais especializado para que possamos ver um avanço de aprendizagem no aluno com alguma deficiência.
Professor Petrolina 1	Trabalho na sala bilíngue para surdos e não AEE.

Fonte: Autoria própria, 2022.

É possível notar, com base nas respostas, que o atendimento é realizado pelos profissionais. Porém, um ponto importante a ser mencionado é que cada profissional descreve o atendimento de forma distinta, o que sugere que cada instituição de ensino disponha de um padrão diferente de atendimento, mesmo que baseados na mesma premissa. Dos profissionais que trabalham com atendimento especializado em Juazeiro, é possível notar uma distinção muito grande na forma como atendem (alguns de maneira on-line, outros presenciais, e outros com um longo espaço de tempo entre os atendimentos).

Já em Petrolina-PE (rede estadual e municipal), é possível notar um atendimento mais focado e preocupado no ensino de Libras, o que sugere uma maior aproximação da filosofia da educação bilíngue e, conseqüentemente, uma estruturação mais efetiva.

A próxima pergunta teve como intenção mapear conhecimento dos alunos sobre a perspectiva dos professores a partir da seguinte indagação: “os alunos surdos sabem libras?” Conforme mostrado na tabela 19:

TABELA 19– Os alunos surdos sabem Libras?

PROFESSOR	RESPOSTA
Professor Juazeiro 1	Está em processo de contato virtude da idade.
Professor Juazeiro 2	Na escola que atuo o público é de 6° ao 9° ano alguns ainda estão aprendendo outros já sabem.
Professor Juazeiro 3	Não
Professor Pernambuco 1	Sim. Mas ainda em fase de Aquisição Linguística da Libras
Professor Pernambuco 2	Um pouco
Professor Petrolina 1	Um pouco. São alunos de ensino fundamental.

Fonte: Autoria própria, 2022.

A partir das respostas, é possível notar que um padrão se repete independentemente da localidade, isto é, todos os professores relatam que os alunos sabem Libras, porém, de maneira básica, devido à idade. Ainda assim, é possível notar que no município de Juazeiro-BA, os professores responderam de maneira mais assertiva em relação ao pouco conhecimento de Libras, enquanto os professores de Pernambuco/Petrolina demonstraram respostas variadas, sem muitas explicações.

Nesse sentido, a pergunta: “Como você classifica o conhecimento que eles têm em Libras?” – que tinha como alternativas: (1) Noções básicas; (2) Básico; (3) Intermediário; (4) Fluente –, corrobora com as questões explicitadas anteriormente sobre a estrutura educacional de Juazeiro-BA e Petrolina-PE. Como respostas foi possível observar: Juazeiro 1 - Noções básicas; Juazeiro 2 - Básico; Juazeiro 3 - Noções Básicas; Pernambuco 1 - Intermediário; Pernambuco 2 - Básico; Petrolina 1 - Noções Básicas. Ou seja, os alunos de Juazeiro- BA contam com um nível de conhecimento inferior ao de Petrolina -PE por consequência de diversos fatores, que vão desde as melhores condições estruturais em Petrolina até as dinâmicas realizadas pelos professores em relação às práticas pedagógicas.

A próxima pergunta segue a linha de raciocínio e explora o modo como o profissional realiza suas atividades direcionadas, o que por sua vez fornece respostas significativas para compreender as práticas pedagógicas das localidades.

TABELA 20 – Que materiais você dispõe para o AEE?

PROFESSOR	RESPOSTA
Professor Juazeiro 1	Material no local inexistente. Pesquisa, estudo por conta própria.
Professor Juazeiro 2	Computadores, jogos pedagógicos, acesso à Internet.
Professor Juazeiro 3	Computador com internet, jogos em libras e português, atividades impressas
Professor Pernambuco 1	Tecnologias, Dicionários e Textos, Recursos Didáticos visuais, jogos, Roda de conversa....também minha própria experiência contribui para o desenvolvimento do estudante nas duas Línguas.
Professor Pernambuco 2	Jogos educativos, computadores, impressora, quebra cabeças e atividades diferenciadas e adaptadas para o aluno com deficiência.
Professor Petrolina 1	Eles não frequentam o AEE

Fonte: Autoria própria, 2022.

É possível notar que as respostas dos professores de Juazeiro-BA se complementam a partir do momento que se observa a utilização de computadores e de *internet* como recurso principal, uma vez que não há uma gama de materiais existentes nos locais, fazendo com que o professor precise estar em constante pesquisa e atualização para abordar de maneira metodológica correta e adequada cada conhecimento que deve ser pautado para seus alunos surdos de maneira efetiva.

Embora também seja possível observar a utilização de tecnologias e computadores como recursos para os profissionais de Pernambuco/Petrolina, ainda assim é possível observar respostas mais completas no que diz respeito a variedade de materiais e atividades exploradas, com exceção da profissional que não trabalha com AEE.

Já em relação à frequência do atendimento é possível observar as seguintes respostas:

TABELA 21 – Qual a frequência do atendimento por aluno?

PROFESSOR	RESPOSTA
Professor Juazeiro 1	Uma vez por semana.
Professor Juazeiro 2	2 atendimentos semanais 50 min.
Professor Juazeiro 3	2 x por semana e cada atendimento dura 50 minutos
Professor Pernambuco 1	2 x por semana a cada 50 min
Professor Pernambuco 2	2 vezes por semana/ Aulas de 50 min cada uma.
Professor Petrolina 1	Não sou AEE

Fonte: Autoria própria, 2022.

Além de haver um padrão de respostas, é possível notar que pouco se diferem. A intenção desta pergunta foi compreender a frequência com que o atendimento é ofertado para

os alunos surdos. As respostas sugerem que em ambas as localidades tenta-se seguir as orientações do MEC, o que propicia que um bom atendimento seja concretizado na prática.

Em relação ao vínculo trabalhista, as respostas obtidas foram: Professor Juazeiro 1 - Temporário; Professor Juazeiro 2 - Efetivo; Professor Juazeiro 3 - Efetivo; Professor Pernambuco 1 - Temporário; Professor Pernambuco 2 - Temporário; Professor Petrolina 1 - Efetivo. É possível observar uma margem igualitária no que diz respeito às contratações. Porém, com base nas informações expostas até o presente momento, é importante ter em mente que o município de Petrolina-PE dispõe de melhores condições e que o estado da Bahia tende a contratar mais de maneira temporária que por meio de concurso público.

Outra indagação com intuito direcionador foi: “Qual (quais) razão (razões) escolheu para o seu vínculo empregatício atual?” e teve como principal objetivo compreender as motivações em relação a escolha do vínculo empregatício.

TABELA 22 – Qual (quais) razão (razões) escolheu para o seu vínculo empregatício atual?

PROFESSOR	RESPOSTA
Professor Juazeiro 1	Por trabalhar na área realizando rastreios e intervenções com crianças com dificuldade de aprendizagem e limitação.
Professor Juazeiro 2	Sou professora e quando comecei atuar como AEE já tinha 5 anos como professora de sala comum, e quando a professora dos alunos da sala especial faltava, eles tinham que voltar para casa principalmente o surdo porque ninguém sabia se comunicar com ele. Achava aquilo horrível e comecei acolhê-los mesmo usando mímicas, pois não tinha noção da língua. Fui aprendendo sinais básicos e me encantando. Decidi que queria ser professora de todos os alunos não só de alguns (ainda buscando).
Professor Juazeiro 3	Concurso público
Professor Pernambuco 1	Gosto da modalidade, me sinto confortável trabalhando na área.
Professor Pernambuco 2	Gosto muito dessa área de AEE me identifico.
Professor Petrolina 1	Estabilidade financeira

Fonte: Autoria própria, 2022.

Por parte dos profissionais do município de Juazeiro-BA, foi possível notar respostas mais elaboradas e focadas em questões sociais, com exceção de um dos participantes que demonstrou apenas o interesse na modalidade de concurso público. Já as respostas dos professores de Pernambuco e Petrolina demonstram respostas mais diretas e assertivas relacionadas a identificação com a prática e a estabilidade financeira. As respostas, além de reforçarem as questões já vistas anteriormente, sugerem que Petrolina dispõe de uma segurança maior para os profissionais, os colocando em uma posição confortável, socialmente e financeiramente.

A última questão se trata de um espaço livre para que os professores pudessem acrescentar as suas considerações de maneira livre. As respostas obtidas foram:

TABELA 23 – Caso queira, deixe aqui observações ou considerações adicionais

PROFESSOR	RESPOSTA
Professor Juazeiro 1	Sem resposta.
Professor Juazeiro 2	Acredito que o atendimento que se tem dado ao aluno surdo no nosso município ainda não é o ideal, e quando se trata de aprendizagem dos sujeitos difícil definir ideal. É muito importante uma pesquisa que propõe cartografar a práticas, pois um grande caminho já foi percorrido e o pouquinho que foi garantido foi com muita luta.
Professor Juazeiro 3	Sem resposta.
Professor Pernambuco 1	Parabéns pela pesquisa!
Professor Pernambuco 2	Sem resposta.
Professor Petrolina 1	Sem resposta.

Fonte: Autoria própria, 2022.

A partir das respostas expostas de maneira livre por cada profissional, é possível notar que no que diz respeito ao município de Juazeiro, o atendimento fornecido ao aluno surdo ainda não se encontra em parâmetros ideais, conforme o próprio professor corrobora, reforçando todas as informações citadas até aqui. Ainda em relação as respostas, um dos professores de Pernambuco, parabenizou pela iniciativa da pesquisa, o que sugere além do seu interesse na temática, a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas na localidade, visto que a partir de um levantamento realizado pelo próprio pesquisador, foi possível notar uma escassez no que diz respeito ao estudo das práticas pedagógicas em Petrolina-PE e Juazeiro-BA.

4.4 INTÉRPRETES DE LIBRAS

Este tópico busca explicitar o questionário que foi direcionado para os intérpretes de Libras das localidades supracitadas. A seguir, é possível notar que antes de começar o questionário todos os participantes aceitaram de livre e espontânea vontade participar da pesquisa.

GRÁFICO 7 – Aceite dos participantes em participar da pesquisa.



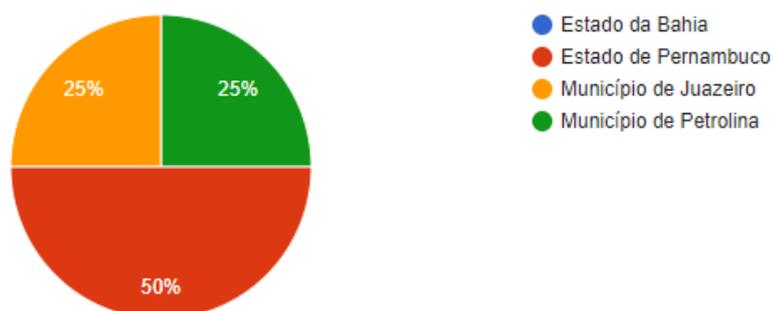
Fonte: Autoria Própria, 2022.

A seguir é possível observar a distribuição dos participantes que se deu a partir da pergunta “Sou Tradutor(a)/ Intérprete da rede”. Os profissionais tinham como opções de alternativas: (1) Estado da Bahia; (2) Estado de Pernambuco; (3) Município de Juazeiro; (4) Município de Petrolina.

GRÁFICO 8 – Sou tradutor (a)/Intérprete da rede

Sou Tradutor(a)/ Intérprete da rede

8 respostas



Fonte: Autoria própria, 2022.

Sendo assim, a distribuição ficou da seguinte maneira: 4 intérpretes da rede estadual de Pernambuco; 2 da rede municipal de Petrolina e 2 da rede municipal de Juazeiro.

Em relação às perguntas semiestruturadas, a primeira foi: “Há quanto tempo você sabe Libras? Como aprendeu?”, conforme é possível observar na tabela a seguir.

TABELA 24 - “Há quanto tempo você sabe Libras? Como aprendeu?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	5 anos. Aprendi através de curso de extensão ofertado pela universidade.
Intérprete Pernambuco 2	16 anos. Encontrei um jovem surdo em uma reunião bíblica e me senti mal em não saber conversar com ele. Fiz um curso básico e simples na minha religião e comecei a participar do grupo de voluntários que ensinavam a Bíblia a surdos. Desenvolvi a amizade com muitos surdos.
Intérprete Pernambuco 3	40 anos; Familiar surdo e amigos surdos
Intérprete Pernambuco 4	Aprendi Libras em 2013, no contexto Religioso
Intérprete Petrolina 1	Uns 10 anos
Intérprete Petrolina 2	15 anos, na religião
Intérprete Juazeiro 1	Uns 20 anos.
Intérprete Juazeiro 2	MAIS OU MENOS 4 ANOS - VOLUNTÁRIA NA MINHA RELIGIÃO/ CURSO NO LIBRAS EM CASA

Fonte: Autoria própria, 2022.

Nessas respostas é possível observar um período considerável de conhecimento em Libras por parte dos profissionais das redes respondentes, o que contribui para o desenvolvimento da intermediação de práticas pedagógicas adequadas.

Já a próxima pergunta está relacionada à formação de cada um desses profissionais e teve como intenção compreender melhor os requisitos e critérios utilizados pelas respectivas Secretarias de Educação para contratação.

TABELA 25 - “Qual é a sua formação?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	Licenciatura em Letras, Pedagogia e Especialização em Libras.
Intérprete Pernambuco 2	Normal Médio e cursos de formação em tradução e interpretação de Libras.
Intérprete Pernambuco 3	Graduando
Intérprete Pernambuco 4	Superior Incompleto (Cursando)
Intérprete Petrolina 1	Especialista
Intérprete Petrolina 2	Pós-graduação
Intérprete Juazeiro 1	Formada em Pedagogia. Letras-Inglês, Psicopedagoga, pós em Libras e pós em Atendimento Educacional Especializado.
Intérprete Juazeiro 2	LETRAS - LINGUA PORTUGUESA E LINGUA INGLESA

Fonte: Autoria própria, 2022.

Em relação aos critérios, é possível observar que o estado de Pernambuco, assim como Juazeiro-BA, dispõe de alguns critérios mínimos para contratação desse profissional. Nesse contexto os profissionais de Pernambuco/Petrolina dispõem de formação superior, com

exceção de um intérprete, que tem apenas cursos de tradução e interpretação. Já em Juazeiro-BA, é possível observar que todos os profissionais são pós-graduados em especializações, com exceção de um intérprete que tem apenas graduação.

A pergunta seguinte tem como finalidade coletar dados pertinentes ao tempo de experiência de cada profissional.

TABELA 26 - “Há quanto tempo trabalha com a educação de surdos?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	4 anos
Intérprete Pernambuco 2	Cerca de 10 anos.
Intérprete Pernambuco 3	12 anos
Intérprete Pernambuco 4	6 anos
Intérprete Petrolina 1	5 anos
Intérprete Petrolina 2	Uns 10 anos
Intérprete Juazeiro 1	15 anos
Intérprete Juazeiro 2	1 ANO

Fonte: Autoria própria, 2022.

Em relação ao tempo de experiência, não há muito o que apresentar, apenas que cada um dos participantes desse questionário tem experiências significativas, levando em consideração o seu tempo de trabalho com a educação de surdos. Essas respostas sugerem uma experiência vinculada à articulação e capacidade dos intérpretes em desenvolver suas atividades profissionais de maneira adequada.

A próxima pergunta buscou captar a perspectiva dos intérpretes sobre os seus alunos.

TABELA 27 - “Os alunos os quais você interpreta sabem Libras?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	Atualmente, a aluna conhece poucos sinais.
Intérprete Pernambuco 2	Sim, mas na forma mais básica, mais para comunicação comum.
Intérprete Pernambuco 3	Sim.
Intérprete Pernambuco 4	Conhece o básico
Intérprete Petrolina 1	O básico
Intérprete Petrolina 2	Sabem
Intérprete Juazeiro 1	Sim.
Intérprete Juazeiro 2	Acompanho Dois Alunos: 1 - Sabe Bem Pouco Libras, E Não Tem Identidade Surda 2- É Fluente Na Língua De Sinais, Oralizada E Tem Identidade Surda

Fonte: Autoria própria, 2022.

Dadas as respostas expostas acima, é possível notar que o estado de Pernambuco e o município de Petrolina dispõem de um desenvolvimento e estrutura educacional mais avançados em relação ao atendimento aos alunos surdos e à interpretação de Libras. Já o município de Juazeiro-BA, demonstra um desenvolvimento menos avançado de acordo com as respostas.

A pergunta seguinte teve como objetivo compreender como cada profissional classifica o conhecimento dos seus alunos surdos em Libras, realizando uma avaliação rápida.

TABELA 28 - “Como você classifica o conhecimento que eles têm em Libras?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	Insuficiente.
Intérprete Pernambuco 2	Conhecimento intermediário dos assuntos do dia a dia.
Intérprete Pernambuco 3	Considero um nível médio de aquisição.
Intérprete Pernambuco 4	Conhece sinais isoladamente, mas não consegue formular frases.
Intérprete Petrolina 1	Básico
Intérprete Petrolina 2	Intermediário
Intérprete Juazeiro 1	Bom. Sempre tem algo a aprender.
Intérprete Juazeiro 2	DOIS ALUNOS: 1- BASICO; 2- FLUENTE

Fonte: Autoria própria, 2022.

As respostas fornecidas demonstram que ambas as cidades dispõem de alunos com baixo nível de conhecimento em Libras. Embora o estado de Pernambuco, mais especificamente o município de Petrolina, conte com uma estruturação melhor do que a de Juazeiro-BA, ambos os estados ainda demonstram necessidade relacionada ao desenvolvimento de práticas pedagógicas efetivas para alunos surdos, levando em consideração o seu processo de ensino e aprendizagem.

A próxima indagação visou ao entendimento de como é realizado o trabalho em sala de aula e, se há uma troca colaborativa entre o intérprete e o docente. Confira as respostas a seguir:

TABELA 29 - “Como é realizado o seu trabalho em sala de aula? Há colaboração entre você e o (a) docente?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	Aconteceu de duas maneiras, este ano, no início com aulas remotas e com a colaboração da maioria dos professores. Atualmente, as aulas acontecem presencialmente, porém a aluna ainda não está indo, assim alguns professores enviam atividades adaptadas e eu tento as traduzir de maneira que a aluna compreenda e dê algum retorno. Como ela conhece poucos sinais, tento utilizar o que ela já conhece para irmos interagindo, vou mostrando imagens e vídeos. Quando a temática é do convívio dela, ela interage mais.
Intérprete Pernambuco 2	Faço a interpretação das falas dos professores adaptando à realidade linguística do aluno e facilitando o conhecimento utilizando meios como imagens e ensinando os sinais dos termos específicos de cada matéria. Faço a interpretação das falas do aluno na participação das aulas ou ao tirar dúvidas. Interpreto a comunicação entre o aluno e os outros alunos na sala de aula. Quanto a colaboração é relativa. Alguns professores compreendem, aceitam e colaboram. Outros são resistentes, esquecem ou não fazem esforço em pensar no aprimoramento da acessibilidade ao aluno surdo.
Intérprete Pernambuco 3	As vezes um trabalho solitário e relativa colaboração entre mim e o docente.
Intérprete Pernambuco 4	Não conseguiu executar meu trabalho de forma exitosa, pois a muita barreira na comunicação com o aluno, pois ele não tem o domínio da Libras e nem do português escrito. A maioria dos professores não são preparados para atender e adaptar as atividades para o aluno. Eu tenho uma boa comunicação com toda equipe.
Intérprete Petrolina 1	Fico sentada em frente ao surdo, os professores entregam as aulas com antecedência
Intérprete Petrolina 2	Sim, tento receber os materiais antes para estudar o vocabulário
Intérprete Juazeiro 1	Quando interpreto, não é sempre agora, fico sentada na frente do aluno. E os docentes são muito receptivos e colaboram bastante.
Intérprete Juazeiro 2	Sim, Os Docentes Tem Colaborado Bastante

Fonte: Autoria própria, 2022.

Com base nas respostas, é possível observar que a colaboração é relativa e que varia de profissional para profissional. É possível notar que boa parte das respostas revela a colaboração entre ambos os profissionais, porém em algumas é possível observar comentários pontuais sobre a colaboração variar. Essa questão acaba sugerindo a necessidade da implementação de uma formação continuada para que o desenvolvimento das práticas pedagógicas para alunos surdos evolua conforme esperado a partir do auxílio de todos os agentes envolvidos no processo.

A próxima questão teve como objetivo direcionar as perguntas de maneira mais livre, para que cada profissional opinasse de maneira particular, levando em consideração as suas próprias experiências.

TABELA 30 - “Os alunos surdos interagem com os colegas ouvintes? Em caso positivo, de que forma?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	Ainda não.
Intérprete Pernambuco 2	Sim. Alguns alunos perguntam como falar sobre alguns assuntos com o aluno surdo e interagem diretamente com ele. Outras vezes, quando se requer uma comunicação mais abrangente, garanto a comunicação entre ele e os outros alunos por meio da interpretação. O aluno também se comunica por meio de redes sociais e solicita a ajuda para compreender os textos ou pergunta qual palavra representa o sinal de que ele quer dizer...
Intérprete Pernambuco 3	Sim. Embora exista a barreira comunicacional, está não é determinante para o aluno surdo quando este se sente mais acolhido. Alguns alunos ouvintes mantém conversas usando termos simples que curiosamente aprendem a medida que passam a ter interesse na Libras. Os alunos surdos passam a ensinar também. Outros já usam ferramentas tecnológicas para auxiliar nesses momentos de interação.
Intérprete Pernambuco 4	Sim, Ele tenta se comunicar com mímica e utiliza o pouco de libras que ele aprendeu.
Intérprete Petrolina 1	Sim, há comunicação e brincam juntos
Intérprete Petrolina 2	Sim, uns colegas até passaram a aprender Libras
Intérprete Juazeiro 1	Sim. Gostam muito de ficar em pequenos grupos fazem gestos, ensinam sinais para eles.
Intérprete Juazeiro 2	SIM. A TURMA DOS DOIS ALUNOS SEMPRE INCLUI ELE NAS ATIVIDADES E EM MOMENTOS DE LAZER NA ESCOLA. ME PERGUNTAM ALGUNS SINAIS PARA UMA COMUNICAÇÃO MAIS EXATA COM OS COLEGAS SURDOS.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Grande parte das respostas informações positivas indicam interação com os ouvintes mesmo diante das inúmeras barreiras comunicacionais. É possível observar que boa parte utiliza ou já usou de mímicas para efetivar a comunicação e que alguns alunos surdos compartilham o conhecimento da Libras. Essa observação por parte dos profissionais corresponde a um bom desenvolvimento da inclusão, o que por sua vez ainda não pode ser encarado como realidade, visto que há evidências tanto no formulário quanto no cenário atual de alunos surdos que apresentam grandes dificuldades de interação com alunos ouvintes.

A questão seguinte perpassa pelo desenvolvimento do aluno em sala de aula, levando em considerações as atividades da rotina escolar.

TABELA 31 - “Como é o desenvolvimento dos alunos em sala?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	Quando estávamos nas aulas remotas, a aluna participava frequentemente, porém interagiu pouco. Observa-se que ela tem expandido seu vocabulário, porém lentamente.
Intérprete Pernambuco 2	O aluno compreende e participa das aulas, porém, como já há um atraso que ele carrega desde as séries anteriores, muitas vezes sente dificuldade de compreensão, principalmente em matérias como matemática, que requerem um desenvolvimento anterior...
Intérprete Pernambuco 3	Embora com níveis de média aquisição da Libras, considero que apresentam um desenvolvimento razoável. Porém analisando os objetivos propostos dos conteúdos e das competências, há uma grande distância sempre entre o ideal e a realidade.
Intérprete Pernambuco 4	Por não saber libras e nem o português escrito, o desenvolvimento ocorre de forma lenta e atrasada.
Intérprete Petrolina 1	Positivo
Intérprete Petrolina 2	Bom, alguns tem dificuldades como os demais ouvintes
Intérprete Juazeiro 1	Bom, na medida do possível, um deles inclusive usa aparelho auditivo e fala bastante.
Intérprete Juazeiro 2	DOS DOIS ALUNOS: 1- POR SABER POUCO A LINGUA DE SINAIS, ELE É BEM LIMITADO. 2- FACIL COMPREENSÃO, PARTICIPA NA AULA E É BEM DESENROLADA.

Fonte: Autoria própria, 2022.

A dificuldade de aprendizagem e o desenvolvimento são relativos a cada aluno. Não podemos limitar esse fator apenas à questão de estruturação e organização de cada localidade. De acordo com as respostas coletadas, é possível notar que estado de Pernambuco possui um desenvolvimento mais efetivo, uma vez que até mesmo os profissionais perpassam pelas dificuldades para demonstrar os principais pontos fortes e fracos dessa parcela populacional. Já em Juazeiro-BA, é possível notar respostas médias, em que os profissionais demonstram que a dificuldade é uma realidade presente no cotidiano escolar desses alunos.

A próxima questão versa sobre a realização das atividades escolares sob a perspectiva e observação de cada intérprete. As respostas estão mostradas na tabela 32

TABELA 32 - “Como os alunos realizam as atividades?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	Após as vídeo-chamadas para tradução e discussão das atividades adaptadas, a família a ajuda a respondê-las (a escola disponibiliza atividades impressas).
Intérprete Pernambuco 2	Algumas atividades são realizadas durante a aula e auxílio com a interpretação das questões e tradução dos sinais para o português escrito. Também, quando não compreende o assunto, fazemos pesquisas e transmito as pesquisas para que ele consiga ter base para responder as perguntas. As atividades para casa ele recebe auxílio do professor de AEE.
Intérprete Pernambuco 3	Algumas realizam com segurança, já outras se frustram por a dificuldade no domínio da escrita da língua portuguesa.
Intérprete Pernambuco 4	Com muita dificuldade, pois em muitos casos as atividades não são adaptadas as suas necessidades
Intérprete Petrolina 1	Como os outros, mas as vezes demoram mais por conta da interpretação
Intérprete Petrolina 2	Alguns respondem em Libras e eu auxilio na hora de escrever a resposta em português
Intérprete Juazeiro 1	Igual qualquer aluno, as atividades interpretadas em Libras.
Intérprete Juazeiro 2	DA MESMA FORMA QUE OS DEMAIS COLEGAS, INCLUSÃO EM TUDO.

Fonte: Autoria própria, 2022.

No geral, as atividades são desenvolvidas, porém é possível notar algumas dificuldades e barreiras ao longo do trajeto para os alunos, levando em consideração a falta de fluência em Libras e de ambientes totalmente bilíngues para o desenvolvimento da sua língua enquanto L1. Mesmo diante de boa estrutura educacional, o município de Petrolina, assim como o estado de Pernambuco, se encontra em uma situação similar, de modo geral, ao do estado da Bahia, e o seu município de Juazeiro, levando em consideração que ainda muitos avanços ainda devem ser realizados no que diz respeito a ambientes adequados no âmbito educacional para o desenvolvimento completo e efetivo dos alunos surdos.

A pergunta seguinte está relacionada a avaliação da aprendizagem, levando em consideração que os sistemas atuais não são totalmente bilíngues. Como mostrará a tabela 33

TABELA 33 - “Como os alunos são avaliados?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	Pela participação e retornos das atividades.
Intérprete Pernambuco 2	Geralmente são avaliados pela participação nas aulas, as atividades e provas como qualquer outro aluno.
Intérprete Pernambuco 3	Algumas avaliações são adaptadas às vezes, mas de modo geral não existe real preocupação em respeitar as especificações da diferença linguística.
Intérprete Pernambuco 4	Por atividades escritas e provas.
Intérprete Petrolina 1	Incluimos o mais visual possível
Intérprete Petrolina 2	Como os outros, mas procuramos usar imagens
Intérprete Juazeiro 1	Fazem avaliação igual dos outros alunos em sala. Claro que o professor de Português tem um olhar mais sensível às necessidades linguísticas.
Intérprete Juazeiro 2	POR MEIO DE ATIVIDADES E SIMULADOS

Fonte: Autoria própria, 2022.

Com base nas respostas fornecidas pelos intérpretes, é possível notar uma defasagem na avaliação dos alunos surdos, visto que, por não frequentarem uma escola ou sala bilingue, necessitam se adaptar a avaliações geralmente adequadas para alunos ouvintes, demandando do professor adaptações drásticas que nem sempre fornecem uma avaliação minuciosa do conhecimento construído pelo aluno surdo. Essa questão é visível em ambas as localidades.

A próxima pergunta tem como função complementar a anterior, na verificação das adaptações realizadas nas atividades e recursos pedagógicos.

TABELA 34 - “Há algum tipo de adaptação ou uso de algum recurso?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	Alguns professores adaptam as atividades impressas. Além disso, busco imagens e vídeos complementares.
Intérprete Pernambuco 2	Além da interpretação para Libras, geralmente não há nenhum outro recurso.
Intérprete Pernambuco 3	Não.
Intérprete Pernambuco 4	Alguns professores realizam as adaptações, inserindo imagens.
Intérprete Petrolina 1	Sim, fotos e imagens além de vídeos
Intérprete Petrolina 2	Sim, sempre apelando para o visual
Intérprete Juazeiro 1	Usamos, mapas. Desenhos, fotos, as vezes quando necessário.
Intérprete Juazeiro 2	PARA O 1º ALUNO SIM, TEM UMA APOSTILA DE ATIVIDADES ADPTADAS PARA ELE.

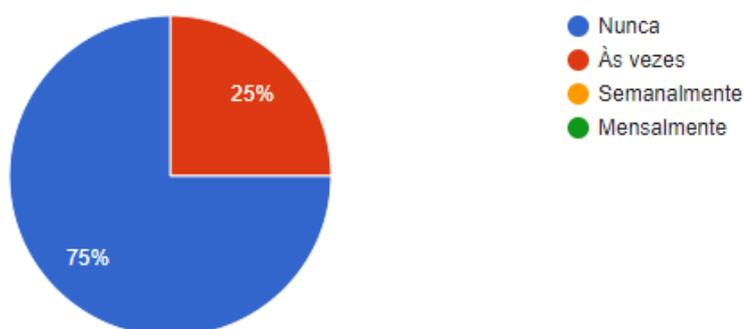
Fonte: Autoria própria, 2022.

Diante das respostas fornecidas, é possível notar uma defasagem nas adaptações, partindo do princípio de que as respostas se encontram superficiais, não por falta de

conhecimento dos intérpretes em fornecer hoje, mas sim na sua aplicabilidade cotidiana por parte dos profissionais, uma vez que adaptações são necessárias devido ausência de escolas ou salas bilingues.

A próxima pergunta é: “Com que frequência sua escola realiza formação continuada para a sua área?” A resposta pode ser observada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 9 - Com que frequência sua escola realiza formação continuada para a sua área?

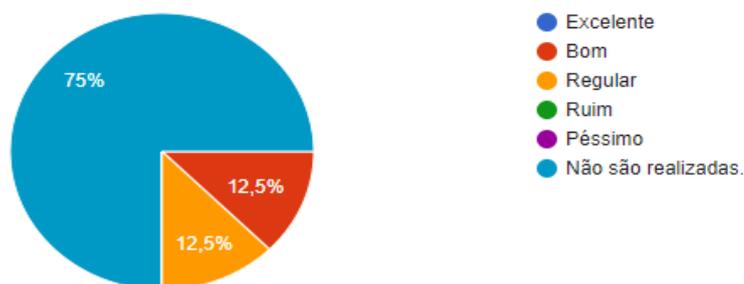


Fonte: Autoria Própria, 2022.

O gráfico anterior demonstra grandes lacunas no que diz respeito à formação continuada para docentes e profissionais que atuam na educação de alunos surdos no estado de Pernambuco e no estado da Bahia, e nas redes municipais de Juazeiro e Petrolina. A desatualização do profissional acaba impactando de maneira negativa nas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, no desenvolvimento desses alunos.

A próxima pergunta busca investigar a opinião de cada profissional a respeito das formações oferecidas pelas instituições onde esses profissionais atuam.

GRÁFICO 10 - Como você avalia as formações que são realizadas pela sua escola?

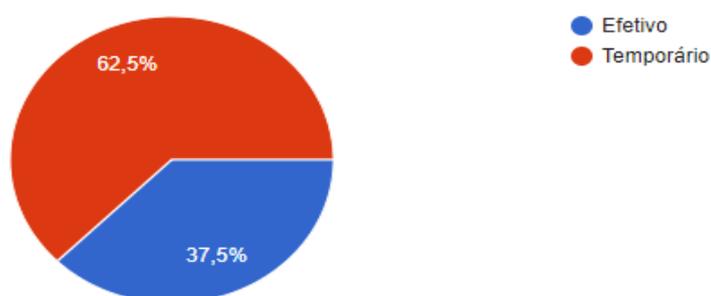


Fonte: Autoria Própria, 2022.

É possível notar uma contradição com a resposta anterior, visto que boa parte das respostas demonstra uma avaliação positiva em relação as formações que são realizadas na escola trabalhada. Apenas 12,5% responderam que acham regular, o que por sua vez corresponde melhor com o histórico de respostas que vem sendo avaliadas até o presente momento.

É possível notar que, para a grande maioria, o vínculo trabalhista é temporário, confirmando as informações explicitadas até aqui; ou seja, essa tem sido uma alternativa mais viável para os estados.

GRÁFICO 11 – “O seu vínculo trabalhista é:”



Fonte: Autoria própria, 2022.

Já a próxima pergunta está vinculada à motivação que levou cada profissional a se dedicar a educação para surdos.

TABELA 35 - “Qual (quais) razão (razões) escolheu para o seu vínculo empregatício atual?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	Fui aprovado em concurso público com atuação em outra cidade e transferida para Petrolina este ano.
Intérprete Pernambuco 2	Gosto muito do meu trabalho e do que faço. Gosto de auxiliar os surdos e me sinto bem em poder fazer a diferença na vida deles.
Intérprete Pernambuco 3	A oferta de oportunidade.
Intérprete Pernambuco 4	Pelo fato de optar em trabalhar meio período.
Intérprete Petrolina 1	Estabilidade mesmo não sendo efetiva
Intérprete Petrolina 2	Amor pela educação de surdos
Intérprete Juazeiro 1	Amo ser professora
Intérprete Juazeiro 2	Sou Professora De Língua Inglesa E Língua Portuguesa De Sala Regular Já há 10 Anos. Mas Sempre Fui Apaixonada Pela Língua De Sinais E A Cultura Surda, Pois Já Fui Voluntaria Por Alguns Anos. Decidir Abandonar A Sala De Aula Regular E Me Empenhar Como Intérprete De Libras. Também Pensando Na Importância Que É Transmitir Conhecimentos Para Esses Alunos Especiais.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Em relação às motivações, fica nítido que os intérpretes de Juazeiro-BA discorrem, mais uma vez, sobre causas de cunho mais sociais, perpassando pela afinidade e paixão pela profissão. Diferentemente, os profissionais do estado de Pernambuco e do município de Petrolina expressam a afinidade com a temática, porém enfatizam as condições de trabalho, o que confirma os dados fornecidos até o presente momento, uma vez que o estado de Pernambuco oferece condições de trabalho superiores às de Juazeiro-BA, o que consequentemente propicia uma maior estabilidade para os profissionais.

Por último, porém não menos importante, foi deixado um espaço para que o profissional que se sentisse à vontade, deixasse as suas observações ou considerações adicionais.

TABELA 36 - “Caso queira, deixe aqui observações ou considerações adicionais”

PROFESSOR	RESPOSTA
Intérprete Pernambuco 1	Parabenizo o pesquisador pelo brilhante trabalho.
Intérprete Pernambuco 2	Sem resposta.
Intérprete Pernambuco 3	Sem resposta.
Intérprete Pernambuco 4	O Estado precisa realizar formação para os professores regentes, pois a demanda de alunos com necessidades especiais vem aumentando, e a grande maioria não sabe como lidar com os alunos.
Intérprete Petrolina 1	Sem resposta.
Intérprete Petrolina 2	Sem resposta.
Intérprete Juazeiro 1	As formações são realizadas pelo Núcleo NAPSÍ E não pela escola.
Intérprete Juazeiro 2	Sem resposta.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Nas respostas, foi possível notar a exposição de necessidades, como por exemplo aumento da demanda por atendimento aos alunos com necessidades e a continuidade da formação de profissionais capacitados de maneira a propiciar o desenvolvimento efetivo para esses alunos. Além disso é possível notar afinidade com a pesquisa, o que também reforça questões anteriormente já ditas, isto é, que o município de Petrolina-PE assim como o município de Juazeiro-BA, não conta com uma vasta literatura das práticas pedagógicas para alunos surdos.

4.5 INSTRUTORES DE LIBRAS

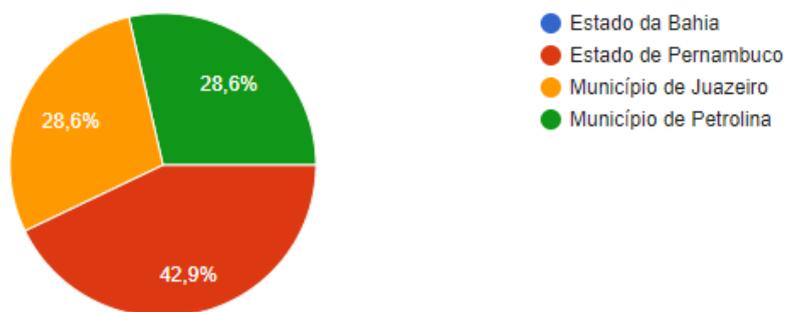
Neste tópico, perpassamos pelos instrutores de Libras para compreender de maneira mais profunda o como se dá na prática o desenvolvimento educacional para alunos surdos no município de Petrolina e Juazeiro. Conforme é possível observar no gráfico a seguir, todos os participantes aceitaram participar da pesquisa com base nas informações fornecidas pelo pesquisador.

GRÁFICO 12 – Aceite de participação



Fonte: Autoria Própria, 2022.

A distribuição dos participantes e suas localidades podem ser observadas no gráfico a seguir:

GRÁFICO 13 – “Sou instrutor da rede:”

Fonte: Autoria Própria, 2022.

Sendo assim, é possível observar que diante das opções dispostas nesta questão, isto é: (1) estado da Bahia; (2) estado de Pernambuco; (3) município de Juazeiro; e (4) município de Petrolina; as respostas se dividiram da seguinte forma: 4 instrutores do município de Juazeiro; 4 instrutores do município de Petrolina e 6 instrutores do estado de Pernambuco, totalizando 14 participantes.

A primeira pergunta semiestruturada foi: “Há quanto tempo você sabe Libras? Como aprendeu?” As respostas foram como mostra a tabela 37:

TABELA 37 - “Há quanto tempo você sabe Libras? Como aprendeu?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Instrutor de Juazeiro 1	Uns 5 anos
Instrutor de Juazeiro 2	12 anos
Instrutor de Juazeiro 3	Sei Libras a uns 20 anos, aprendi com um amigo.
Instrutor de Juazeiro 4	12 anos, na religião
Instrutor de Petrolina 1	19 anos
Instrutor de Petrolina 2	Há uns 8 anos, aprendi na igreja
Instrutor de Petrolina 3	Desde pequena
Instrutor de Petrolina 4	6 anos
Instrutor de Pernambuco 1	Escola
Instrutor de Pernambuco 2	Aprendi Libras com 6, 7 anos de idade na igreja, em contato com os surdos naturalmente.
Instrutor de Pernambuco 3	Eu aprendi a libras foi eu tinha 5 anos, minha amiga surda me viu usando aparelho de ouvido que ela me ensinou a libras.
Instrutor de Pernambuco 4	15 Anos. Aprendi Através De Mínicursos E Com A Minha Irmã Que É Surda. Fiz Uma Especialização Na Área De Libras
Instrutor de Pernambuco 5	Há 17 anos, estudei em uma escola bilíngue em MG.
Instrutor de Pernambuco 6	Desde a infância. Há uns 22 anos. Aprendi primeiramente no convívio com uma vizinha e amiga Surda.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Diante das respostas apresentadas pelos instrutores, é possível notar uma vasta experiência em relação ao período de conhecimento. Diante dessas respostas, não é possível realizar uma sugestão ou apontar uma evidência em relação aos municípios, sendo necessário que novos pontos sejam analisados posteriormente, uma vez que cada um que respondeu o questionário dispõe de uma vivência distinta.

A próxima questão refere-se à formação de cada instrutor. É possível observar as respostas na tabela seguir:

TABELA 38 - Qual é a sua formação?

PROFESSOR	RESPOSTA
Instrutor de Juazeiro 1	Pedagogo
Instrutor de Juazeiro 2	LIBRAS para instrutor e intérprete
Instrutor de Juazeiro 3	LETRAS-Inglês/ Pedagoga/ Pós-graduação em Libras /Psicopedagoga/Pós em Atendimento Especializado/
Instrutor de Juazeiro 4	Pós-graduado
Instrutor de Petrolina 1	Especialização
Instrutor de Petrolina 2	Especialização
Instrutor de Petrolina 3	Especialista em Psicopedagogia
Instrutor de Petrolina 4	Pós-graduação
Instrutor de Pernambuco 1	Libras
Instrutor de Pernambuco 2	Pós-graduado em Libras; pós-graduando em Metodologia do Ensino de Línguas; graduado em Letras Português/Espanhol; graduando em curso bilíngue de Pedagogia; proficiente em tradução e ensino de Libras.
Instrutor de Pernambuco 3	Ensino médio
Instrutor de Pernambuco 4	PEDAGOGA
Instrutor de Pernambuco 5	Pedagogia com especialização em Libras
Instrutor de Pernambuco 6	Graduada em Pedagogia, em Matemática e em Jornalismo. Especialista em Libras e mestranda em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares pela UPE.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Diante do exposto, é possível afirmar que, diferentemente do município de Juazeiro-BA, que dispõe de instrutores graduados especializados, o estado de Pernambuco, com ênfase em Petrolina, dispõe de uma quantidade superior de instrutores especializados na educação para surdos, o que por sua vez é um ponto relevante para o desenvolvimento de práticas pedagógicas para educação dessa parcela populacional de maneira efetiva. Tal constatação, sugere que o estado de Pernambuco, bem como o município de Petrolina, utiliza de critérios mais rígidos no momento da contratação de instrutores ou oferecem condições melhores para seus profissionais buscarem formações continuadas ou adicionais.

Nesse mesmo contexto, a próxima tabela explicita todas as respostas pertinentes ao tempo de trabalho com educação para surdos de cada profissional. Como mostrado através da tabela 39:

TABELA 39 - Há quanto tempo trabalha com a educação de surdos?

PROFESSOR	RESPOSTA
Instrutor de Juazeiro 1	3 anos
Instrutor de Juazeiro 2	25 anos
Instrutor de Juazeiro 3	15 anos
Instrutor de Juazeiro 4	10 anos
Instrutor de Petrolina 1	10 anos
Instrutor de Petrolina 2	6 anos
Instrutor de Petrolina 3	8 anos
Instrutor de Petrolina 4	4 anos +-
Instrutor de Pernambuco 1	Primeiro curso ouvinte libras depois crianças surdas
Instrutor de Pernambuco 2	11 anos
Instrutor de Pernambuco 3	11 anos
Instrutor de Pernambuco 4	3 anos
Instrutor de Pernambuco 5	6 anos
Instrutor de Pernambuco 6	Há 15 anos.

Fonte: Autoria própria, 2022.

O período mínimo constatado no questionário é de três anos, que por sua vez condiz com a realidade de dois instrutores, um de Juazeiro e um de Pernambuco. Nesse contexto, é possível afirmar que todos os instrutores possuem uma bagagem significativa no que diz respeito à educação para surdos.

A próxima pergunta foi: “Como é realizado o seu trabalho?” e teve como intencionalidade compreender o como se dá o trabalho dos instrutores nos seus mais variados níveis de aplicabilidade. Isso pode ser visto a seguir, na tabela 40:

TABELA 40 - Como é realizado o seu trabalho?

PROFESSOR	RESPOSTA
Instrutor de Juazeiro 1	Teoria e prática. Trabalho com objetos reais ou fictícios, imagens entre outros recursos.
Instrutor de Juazeiro 2	Com amor e carinho
Instrutor de Juazeiro 3	Em Sala de Recurso Multifuncional atendimento em Libras e português.
Instrutor de Juazeiro 4	O aluno vem no contraturno
Instrutor de Petrolina 1	Trabalho ensinando Libras aos alunos surdos na sala de recurso
Instrutor de Petrolina 2	Ensino Libras na sala dos recursos no contraturno
Instrutor de Petrolina 3	Nas salas de atendimento
Instrutor de Petrolina 4	Ensino Libras e português como L2
Instrutor de Pernambuco 1	Educação libras
Instrutor de Pernambuco 2	Hoje realizo meu trabalho com 3 públicos: o aluno surdo; alunos ouvintes da instituição; e comunidade externa. Com o aluno surdo realizo atendimento em Libras (assuntos vindos da sala regular), de Libras (ensino de Libras como L1) e LP2S (ensino de LP como L2); para os alunos ouvintes (curso de Libras como L2); e para a comunidade externa (curso de Libras vinculado ao CAS-PE de Aquisição de Libras como L2).
Instrutor de Pernambuco 3	Meu trabalho dar aula AEE crianças surdas estimular desenvolvimento e na roça
Instrutor de Pernambuco 4	Trabalho na sala de AEE, atendendo o aluno 3 vezes na semana, durante 2 horas cada atendimento. O AEE tem como objetivo o processo de ensino aprendizagem da LIBRAS
Instrutor de Pernambuco 5	Através da plataforma zoom, durante a pandemia. Minha aluna surda não está frequentando a escola presencialmente. Mas desenvolvo o PDI (plano de desenvolvimento individual) ensino Libras
Instrutor de Pernambuco 6	Atuo na sala de AEE, em curso de extensão de Libras e no ensino de Libras no Ensino Médio.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Por meio das respostas fornecidas, é possível notar que as estruturas de Juazeiro são mais objetivas, expondo de maneira mais direta como é realizado o seu trabalho em âmbito educacional. Já os instrutores do estado de Pernambuco e também do município de Petrolina explicam de maneira mais detalhada o como realizar o seu trabalho, detalhando pontos como localidade, plataformas, objetivos de aprendizagem, curso, entre outros. Tais respostas retomam as questões já mencionadas anteriormente, isto é, que o estado de Pernambuco e o município de Petrolina, quando comparados com Juazeiro-BA, dispõem de uma organização maior, o que acaba por impactar também na perspectiva e relato de cada profissional.

A próxima pergunta tem como finalidade coletar respostas sobre o aluno surdo por meio da seguinte indagação: “Os alunos surdos sabem Libras?”

TABELA 41 - Os alunos surdos sabem Libras?

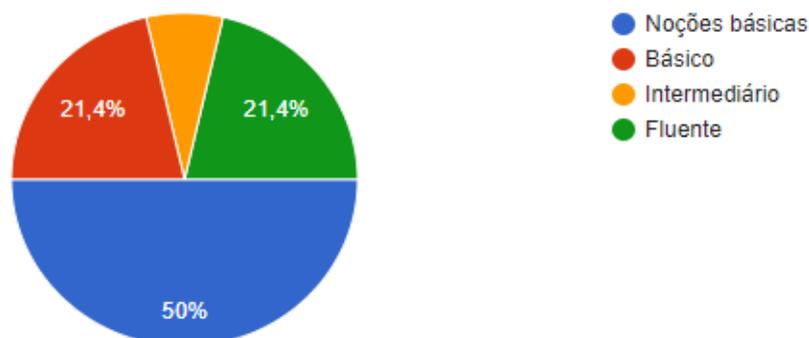
PROFESSOR	RESPOSTA
Instrutor de Juazeiro 1	Não. Sabem alguns sinais soltos sem nenhum contexto.
Instrutor de Juazeiro 2	Não
Instrutor de Juazeiro 3	Sim, na sua maioria outros estão em aprimoramento
Instrutor de Juazeiro 4	A maioria só noções
Instrutor de Petrolina 1	Não
Instrutor de Petrolina 2	Não.
Instrutor de Petrolina 3	Alguns
Instrutor de Petrolina 4	Alguns sabem o básico
Instrutor de Pernambuco 1	Dois irmãos. Irmãos oral mais menos libras.
Instrutor de Pernambuco 2	Hoje o aluno que atendo como professor de Libras ainda está em fase de aquisição da Libras. Ainda o considero em nível básico. Segundo o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, nível básico, A2.
Instrutor de Pernambuco 3	Quando eu comecei dar aula os surdos não sabem libras e mas a surda sabe pouco libras e outra surda mímica gesto e dei ensinei muito agora melhorou desenvolvimento
Instrutor de Pernambuco 4	Nesses 3 anos de atuação, todos os alunos que atendi faziam parte do ensino médio, porém, com conhecimento pouco ou nenhum na LIBRAS, ou seja, iniciei o processo de ensino do zero.
Instrutor de Pernambuco 5	Na sua grande maioria, não.
Instrutor de Pernambuco 6	A maioria dos Surdos que atendo no AEE tem fluência em Libras, exceto dois alunos que possuem microcefalia e em decorrência disso apresentam limitações cognitivas.

Fonte: Autoria própria, 2022.

É possível notar que mais uma vez, ao comparar Juazeiro-BA com o município de Petrolina e o estado de Pernambuco de modo geral, que Juazeiro-BA demonstrou lacunas no que diz respeito ao nível de conhecimento dos alunos surdos em relação à Libras. Todos os instrutores responderam que os alunos não sabem ou que estão em um nível baixo de conhecimento. Já em Petrolina e em Pernambuco, a maioria dos instrutores respondeu de maneira positiva, demonstrando que os alunos têm uma trajetória de desenvolvimento em relação a Libras.

A próxima pergunta foi de múltipla escolha, tendo como alternativas: (1) Noções Básicas; (2) Básico; (3) Intermediário; e (4) Fluente. O gráfico a seguir demonstra com clareza todas as respostas.

GRÁFICO 14 - Como você classifica o conhecimento que eles têm em sua maioria em Libras?



Fonte: Autoria própria, 2022.

As respostas obtidas foram as seguintes: Juazeiro 1 - Noções básicas; Juazeiro 2 - Noções Básicas; Juazeiro 3 - Intermediário; Juazeiro 4 - Noções Básicas; Pernambuco 1 - Básico; Pernambuco 2 - Fluente; Pernambuco 3 - Fluente; Pernambuco 4 - Noções Básicas; Pernambuco 5 - Básico; Pernambuco 6 - Fluente; Petrolina 1 - Noções Básicas; Petrolina 2 - Noções Básicas; Petrolina 3 - Noções Básicas; Petrolina 4 - Básico. Como é possível notar, embora haja um indício de desenvolvimento e evolução em relação a Libras, ainda assim, este pode ser caracterizado como um ritmo lento, uma vez que, de acordo com os instrutores, boa parte dos alunos se encontra em nível básico ou de noções básicas, independentemente da localidade.

A próxima tabela dispõe de respostas relacionadas aos materiais disponibilizados pelas escolas, que são utilizados pelos instrutores na rotina escolar.

TABELA 42 - Que tipo de material a escola dispõe para o seu trabalho?

PROFESSOR	RESPOSTA
Instrutor de Juazeiro 1	Imagens, objetos, vídeos aulas, gravações, entre outros recursos.
Instrutor de Juazeiro 2	Confeccionado por mim
Instrutor de Juazeiro 3	Alguns jogos educativos outros eu confecciono
Instrutor de Juazeiro 4	Livros, computadores, cartazes
Instrutor de Petrolina 1	Computadores e material escolar de apoio
Instrutor de Petrolina 2	Computador, impressora, internet e alguns materiais de apoio
Instrutor de Petrolina 3	Quadro negro, data show, cartaz, pen drive e notebook
Instrutor de Petrolina 4	Materiais gráficos e alguns eletrônicos
Instrutor de Pernambuco 1	Libras
Instrutor de Pernambuco 2	Dispomos de uma SRM, mas ainda não regulamentada, logo materiais vindos do MEC ainda não temos, no entanto, tudo que eu preciso como professor de Libras a escola fornece ou eu utilizo materiais que são meu. Hoje temos (sala, mobiliário, armário, quadro, pincel, recursos tecnológicos, todo material de escritório, impressão, jogos em Libras, livros paradidáticos, etc.).
Instrutor de Pernambuco 3	Livro de curso de libras, tenho material didático mão configuração
Instrutor de Pernambuco 4	As escolas por onde passei não tem nenhum material específico para surdo. Trabalho com materiais adquirido com recursos próprios.
Instrutor de Pernambuco 5	Nenhum
Instrutor de Pernambuco 6	A escola possui sala de recursos e alguns materiais e dispositivos tecnológicos que dão suporte didático pedagógico para realização do trabalho do AEE como computadores, notebooks, Datashow, acesso à internet.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Um ponto relevante a ser destacado é que os instrutores de Juazeiro-BA citam materiais mais tradicionais como por exemplo, imagens, jogos educativos, confecções próprias, cartazes, livros entre outros. Por outro lado, os instrutores de Petrolina e também do estado de Pernambuco de modo geral citam materiais como computadores, internet, impressora, materiais gráficos, eletrônicos, notebooks, entre outros materiais mais modernos tecnológicos, o que por sua vez pode sugerir e contribuir para afirmação anterior de que Petrolina-PE dispõe de uma estrutura mais organizada em relação à educação para surdos e suas práticas pedagógicas.

Levando em consideração todo o contexto já explicitado, é possível adentrar na frequência de atendimento ofertada pelos profissionais de acordo com cada localidade, conforme nota-se a seguir.

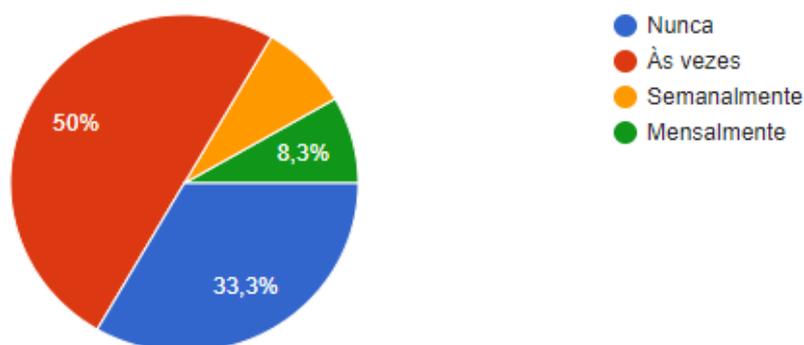
TABELA 43 - Qual a frequência do atendimento por aluno?

PROFESSOR	RESPOSTA
Instrutor de Juazeiro 1	2 vezes por semana. Alunos participativos.
Instrutor de Juazeiro 2	Semanal
Instrutor de Juazeiro 3	Assíduos
Instrutor de Juazeiro 4	Semanal
Instrutor de Petrolina 1	2 vezes na semana
Instrutor de Petrolina 2	2,3 vezes na semana
Instrutor de Petrolina 3	Todos os dias
Instrutor de Petrolina 4	4,5 vezes na semana
Instrutor de Pernambuco 1	2
Instrutor de Pernambuco 2	Com a pandemia, os horários acabam mudando bastante por conta de um rodízio que é feito na escola, mas os atendimentos acontecem de 2 a 3 vezes por semana com duração de 2h a 3h cada atendimento, de forma presencial, mais frequente, ou remotamente.
Instrutor de Pernambuco 3	Sim
Instrutor de Pernambuco 4	2 ou 3 vezes na semana, a depender da disponibilidade o aluno, pois temos vários alunos trabalhadores.
Instrutor de Pernambuco 5	5 vezes por semana. De segunda à sexta.
Instrutor de Pernambuco 6	O Atendimento no AEE ocorre entre duas à três vezes por semana.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Mais uma vez, é possível notar evidências de que o atendimento por parte do município de Petrolina-PE, de modo geral, mostra-se mais avançado em relação ao de Juazeiro-BA, levando em consideração a frequência de atendimento, enquanto este demonstra uma frequência de atendimento de duas vezes na semana e, até mesmo semanalmente, aquele demonstra uma frequência muito maior, ocorrendo três vezes na semana, ou até diariamente. O atendimento assíduo contribui de maneira significativa para o desenvolvimento dos alunos surdos e, conseqüentemente, acaba impactando de maneira positiva a evolução da construção do seu próprio conhecimento.

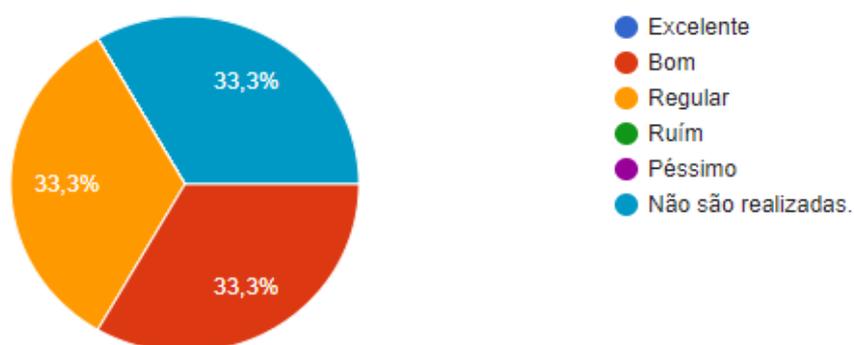
O próximo gráfico explicita uma questão de suma relevância para o bom desenvolvimento das práticas pedagógicas para alunos surdos, assim como a evolução do processo de ensino e aprendizagem para essa parcela populacional.

GRÁFICO 15 – Com que frequência sua escola realiza formação continuada?

Fonte: Autoria própria, 2022.

De modo geral, é possível observar que a formação continuada não é um ponto forte, nem do estado da Bahia e nem do estado de Pernambuco, levando em consideração que os instrutores responderam, em sua grande maioria, que a frequência é quase nula em relação a uma formação docente continuada. É muito importante enfatizar que a formação continuada é um dos pilares para o desenvolvimento das práticas pedagógicas de maneira adequada e atualizada, levando em consideração cada necessidade educacional a partir de um olhar individualizado sobre cada aluno, tanto de maneira particular quanto de maneira coletiva.

Já o próximo gráfico tem como objetivo demonstrar a avaliação de cada profissional em relação às formações que são realizadas pela instituição de ensino.

GRÁFICO 16 – Como você avalia as formações que são realizadas pela sua escola?

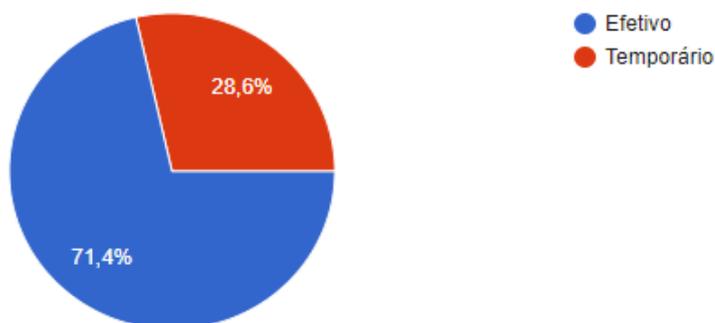
Fonte: Autoria própria, 2022.

Conforme é possível notar, a distribuição do gráfico se apresenta de maneira igualitária, onde instrutores qualificam como excelente, bom e regular, o tipo de formação que é oferecida pela sua instituição de atuação. Salienta-se ainda que, o gráfico atual tem como objetivo demonstrar a avaliação de cada profissional sobre a escola, que por sua vez, não se

configura como uma verdade e sim como uma perspectiva com base na experiência e vivência de cada um dos profissionais.

Em relação ao vínculo trabalhista, é possível deparar com as seguintes informações:

GRÁFICO 17– O seu vínculo trabalhista é:



Fonte: Autoria própria, 2022.

Boa parte dos instrutores que responderam esse questionário tem vínculo trabalhista efetivo, totalizando 71,4%; enquanto apenas 28,6% representam os instrutores contratados temporariamente. Entretanto, quando se leva em consideração o contexto já apresentado sobre ambas as localidades, é possível dizer que boa parte dos instrutores foi concursada e teve seu vínculo efetivado há muito tempo, uma vez que nos últimos anos as vagas disponibilizadas têm sido direcionadas apenas para contratações temporárias.

Na intenção de depreender de maneira mais assertiva e clara o que motivou o vínculo empregatício de cada um dos instrutores em relação a sua profissão atual, foi realizada a seguinte pergunta: “qual razão escolheu para o seu vínculo empregatício da profissão atual?” Isso será mostrado a seguir, na tabela 44:

TABELA 44 - Qual (quais) razão (razões) escolheu para o seu vínculo empregatício na profissão atual?

PROFESSOR	RESPOSTA
Instrutor de Juazeiro 1	Identificação com área da educação Especial.
Instrutor de Juazeiro 2	Amor ao magistério
Instrutor de Juazeiro 3	Amo ser professora.
Instrutor de Juazeiro 4	Necessidade de estar atuando, aplicando o que estudei, novas experiências na inclusão e amor pela educação de surdos
Instrutor de Petrolina 1	Primeiramente eu amo ser professora e como surdo tenho a missão de ajudar outros surdos aprender e se desenvolver na Libras isso contribuiu para minha formação e escolha de profissão.
Instrutor de Petrolina 2	Importância da educação e reconhecimento profissional
Instrutor de Petrolina 3	Amor a educação de surdos
Instrutor de Petrolina 4	Fazer a diferença na inclusão
Instrutor de Pernambuco 1	Libras
Instrutor de Pernambuco 2	Libras foi algo que sempre esteve presente na minha vida, são planos que Deus traça pra gente que não conseguimos explicar. Eu ainda cheguei a traçar outros caminhos, mas essa área me puxou de forma irreversível. O trabalho com Libras, surdos, na igreja em que eu fazia parte de berço era muito forte, na 5ª série tive um colega surdo e ele não tinha tils, logo, como eu sabia Libras, o ajudava muito; na 3ª Série do Ensino Médio, já concluindo, apareceu a oportunidade de auxiliar esse mesmo colega em sala, o tempo foi passando, mais surdos foram aparecendo e assim foi indo, de forma muito natural e intensa. Nunca fiz curso de Libras até os meus 15 anos, os surdos eram os meus professores no bate-papo na igreja, na pizzaria, na roda de conversa, na churrascaria, na esquina, apenas comecei a me especializar aos 17 anos. Hoje não me vejo trabalhando com outra coisa e não pretendendo sair dessa área, apenas ir mudando de rede, talvez, e ir me especializando a cada dia.
Instrutor de Pernambuco 3	Contrato
Instrutor de Pernambuco 4	Escolhi essa profissão por causa da minha irmã e pelo desejo de fortalecer a luta da comunidade surda
Instrutor de Pernambuco 5	Ter habilidade na área e gostar.
Instrutor de Pernambuco 6	A razão pela escolha de minha profissão está relacionada principalmente a minha formação inicial, à docência e também a minha ligação afetiva e a minha história de vida com a Libras.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Dentre as respostas coletadas dos instrutores de Juazeiro-BA é possível notar motivações sociais e emocionais, particulares de cada instrutor. Da mesma forma, é possível notar que as estruturas de Petrolina em Pernambuco, de modo geral, também responderam as suas reais motivações, perpassando também pelos aspectos emocionais e sociais. Entretanto, é possível observar também, respostas que remetem à questão financeiro, o que por sua vez reforça a questão de Petrolina-PE oferecer condições melhores de trabalho para os profissionais.

A próxima e última pergunta seguiu o mesmo padrão dos questionários anteriores, isto é, abriu espaço para que cada instrutor deixasse, livremente, a sua observação ou consideração adicional.

TABELA 45 - Caso queira, deixe aqui observações ou considerações adicionais

PROFESSOR	RESPOSTA
Instrutor de Juazeiro 1	Obrigado pela oportunidade de participação.
Instrutor de Juazeiro 2	Respeito
Instrutor de Juazeiro 3	As formações continuadas são ofertadas pelo Núcleo Napsi e não pela escola.
Instrutor de Juazeiro 4	Sem Resposta
Instrutor de Petrolina 1	Sem resposta
Instrutor de Petrolina 2	Sem resposta
Instrutor de Petrolina 3	Sem resposta
Instrutor de Petrolina 4	Sem resposta
Instrutor de Pernambuco 1	Sem resposta
Instrutor de Pernambuco 2	Sobre as formações, a escola em si não realiza formações específicas para nós da educação especial, quem realiza é o NID (Núcleo de Inclusão e Diversidade) da GRE (Gerência Regional de Educação do Sertão do Médio São Francisco), antes da pandemia elas aconteciam uma vez por mês, as chamadas Segundas Inclusivas, com a pandemia, a periodicidade diminuiu um pouco, mas ainda acontecem e são excelentes.
Instrutor de Pernambuco 3	Eu amo trabalho importante os surdos estimular desenvolvimento.
Instrutor de Pernambuco 4	Tenho recebido formação ministrada diretamente da gerência regional de educação - GRE. Na GRE a atenção para esse público tem mudado consideravelmente. No ano de 2020 recebemos uma coordenação especial para nós instrutores e intérpretes de libras. Profissional experiente e muito qualificada. Nossas aulas atividades e formações acontecem na GRE. As escolas ainda não fazem nada nesse sentido.
Instrutor de Pernambuco 5	Não há formações realizadas pela escola, mas a Gerência Regional de Educação (GRE) oferta pelo menos uma ao mês
Instrutor de Pernambuco 6	Sem resposta

Fonte: Autoria própria, 2022.

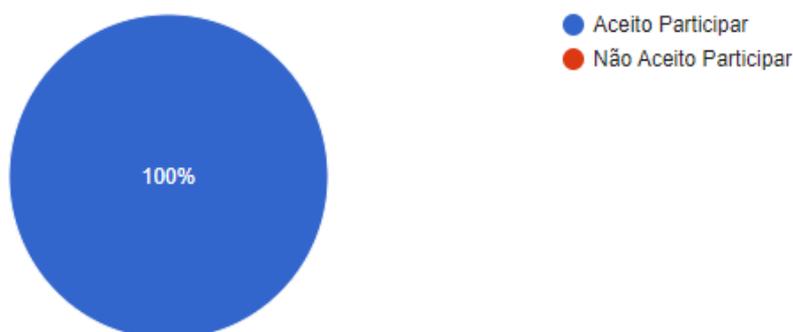
As considerações e observações se dividem em algumas questões relevantes que devem ser pontuadas, como por exemplo, a questão da formação continuada ser ofertada pelo núcleo e não pela escola; ou sobre como ocorria antes, durante e nesse momento transitório de pandemia; Ainda, é possível notar o estímulo dos instrutores em relação à presente pesquisa, o que por sua vez, novamente, reforça que corrobora com a questão da escassez de trabalhos tanto amplos quanto específicos sobre educação de surdos nos municípios selecionados.

4.6 ALUNOS SURDOS

O presente tópico tem como objetivo apresentar as respostas obtidas pelo pesquisador na aplicação do questionário aos alunos surdos das localidades que compõem a presente pesquisa. A principal intenção por trás desse questionário foi compreender o como dão as práticas pedagógicas sob a perspectiva de quem aprende.

No gráfico a seguir é possível observar o aceite de todos os alunos em participar da pesquisa após terem tido acesso a todas as informações relevantes e pertinentes da construção da pesquisa.

GRÁFICO 18 – Aceite de participação



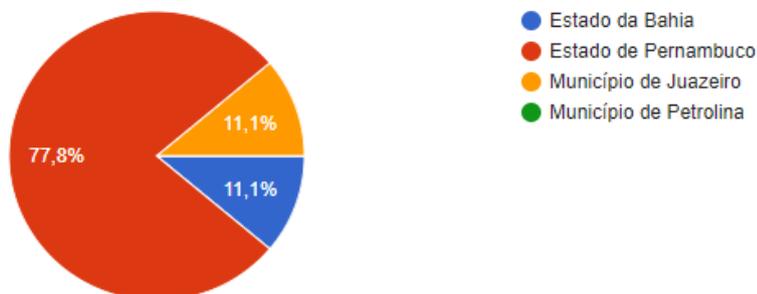
Fonte: Autoria própria, 2022.

Em relação à distribuição de participantes por localidade, é possível observar no gráfico a seguir:

GRÁFICO 19 – Distribuição de participantes

Sou aluno (a) Surdo (a) da rede:

9 respostas



Fonte: Autoria Própria, 2022.

Sendo assim, a distribuição ficou da seguinte maneira: 1 aluno do estado da Bahia; 1 aluno do município de Juazeiro; e 7 alunos do estado de Pernambuco. Ainda, é importante mencionar que os alunos que compõem os 77,8% correspondem também ao município de Petrolina-PE.

Seguindo a ordem do questionário, a próxima pergunta foi: Há quanto tempo você sabe libras? Como aprendeu? A intenção por trás dessa indagação é descobrir a quanto tempo o aluno tem contato efetivo com a Libras.

TABELA 46 - “Há quanto tempo você sabe Libras? Como aprendeu?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Aluno do Estado do Pernambuco 1	9 anos
Aluno do Estado do Pernambuco 2	18 anos
Aluno do Estado do Pernambuco 3	11 anos
Aluno do Estado do Pernambuco 4	6 anos
Aluno do Estado do Pernambuco 5	9 anos
Aluno do Estado do Pernambuco 6	15 anos
Aluno do Estado do Pernambuco 7	16 anos
Aluno do Estado da Bahia 1	11 anos
Aluno do Município de Juazeiro 1	2 anos, Instrutor Libras, sala AEE

Fonte: Autoria própria, 2022.

De acordo com as respostas coletadas, é possível notar que há um padrão no que diz respeito ao tempo de contato entre o aluno e a língua, independentemente da localidade. Embora o aluno do município de Juazeiro-BA demonstre um período curto e recente, ainda

assim, devido à escassez de respostas de alunos da mesma localidade, não é viável afirmar, apenas com base nessas respostas que se trata de uma particularidade de Juazeiro-BA.

A próxima indagação está relacionada à série de cada aluno participante. É importante mencionar que o objetivo dessa pergunta foi correlacionar os dados com a questão anterior, obtendo assim uma média em relação a idade de cada participante. Como mostrado na tabela 47:

TABELA 47 - “Qual é a sua série?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Aluno do Estado do Pernambuco 1	1 ano
Aluno do Estado do Pernambuco 2	3 ano
Aluno do Estado do Pernambuco 3	1 ano
Aluno do Estado do Pernambuco 4	1 ano
Aluno do Estado do Pernambuco 5	1 ano
Aluno do Estado do Pernambuco 6	3 ano
Aluno do Estado do Pernambuco 7	3 ano EM
Aluno do Estado da Bahia 1	1 ano
Aluno do Município de Juazeiro 1	6 ano

Fonte: Autoria própria, 2022.

Levando em consideração a intencionalidade, é possível notar que os alunos de Pernambuco dispõem de um tempo considerável de contato com a língua. Já o aluno do município de Juazeiro-BA se encontra em uma situação correspondente à da maioria dos alunos surdos da sua região, uma vez que embora esteja no sexto ano, só começou a ter contato com a Libras recentemente a partir de contato com um instrutor em uma sala de atendimento especializado. Isso significa também que esse aluno, assim como muitos outros alunos surdos, precisou se adaptar a uma metodologia ouvinte, que vai desde o aprendizado até a realização de tarefas e acaba se modulando para se encaixar em uma realidade distinta da sua.

Essa questão é muito relevante pois enfatiza a necessidade de escolas ou salas com perspectiva de educação bilíngue no município de Juazeiro, além das outras redes pesquisadas, enfatizando que o município de Petrolina-PE já possui uma sala bilíngue. Caso contrário, acaba forçando que o estudante surdo se adapte à realidade ouvinte, ignorando muitas vezes as suas próprias especificidades, sobretudo as linguísticas.

Já a próxima pergunta buscou conhecer a estruturação da escola no que diz respeito à participação de profissionais especializados para atender a demanda dessa parcela populacional no âmbito educacional. Como se pode constatar na tabela 48:

TABELA 48 - “A sua escola te disponibiliza intérprete de Libras?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Aluno do Estado do Pernambuco 1	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 2	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 3	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 4	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 5	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 6	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 7	Sim
Aluno do Estado da Bahia 1	Sim
Aluno do Município de Juazeiro 1	Não

Fonte: Autoria própria, 2022.

Através das respostas fornecidas pelos alunos, é possível evidenciar mais uma vez uma dificuldade relacionada ao aluno do município de Juazeiro-BA, isto é, a instituição escolar na qual ele estuda não disponibiliza intérprete de Libras, diferentemente dos alunos do estado de Pernambuco e do estado da Bahia que possuem como aliado este profissional. É importante analisar os dados levando em consideração todas as perguntas, uma vez que todas complementam uma única situação. Enquanto os demais alunos tiveram contato e se desenvolveram de maneira mais rápida em relação à Libras, o aluno de Juazeiro-BA conheceu a sua primeira língua apenas de dois anos para cá, o que por sua vez tende a impactar de maneira negativa em todo processo de desenvolvimento.

A pergunta seguinte foi relacionada à disponibilidade de instrutor de Libras para esses alunos. Conforme mostra a tabela 49.

TABELA 49 - “A sua escola te disponibiliza instrutor de Libras?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Aluno do Estado do Pernambuco 1	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 2	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 3	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 4	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 5	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 6	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 7	Sim
Aluno do Estado da Bahia 1	Sim
Aluno do Município de Juazeiro 1	Sim

Fonte: Autoria própria, 2022.

As respostas, de maneira geral, se apresentam de maneira positiva, isto é, todos os alunos têm acesso ao instrutor de Libras, uma vez que as suas instituições de ensino disponibilizam esse profissional para auxiliar no desenvolvimento de cada aluno e, conseqüentemente, contribuir de maneira significativa para a evolução de novas e boas práticas pedagógicas.

A próxima indagação que compôs o questionário está relacionada ao atendimento educacional especializado. A intenção foi saber se as instituições de ensino ofertam tal serviço para os seus alunos surdos.

TABELA 50 - “A sua escola te disponibiliza Atendimento Educacional Especializado?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Aluno do Estado do Pernambuco 1	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 2	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 3	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 4	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 5	Não
Aluno do Estado do Pernambuco 6	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 7	Sim
Aluno do Estado da Bahia 1	Sim
Aluno do Município de Juazeiro 1	Sim

Fonte: Autoria própria, 2022.

Mais uma vez, de maneira geral, todas as respostas se apresentam de maneira positiva, com exceção de uma, isto é, do aluno 5 do estado de Pernambuco, que relatou que a sua

instituição de ensino não disponibiliza o atendimento educacional especializado. Nesse contexto, é possível notar uma lacuna na educação para surdos do estado de Pernambuco, visto que o atendimento especializado deve ser encarado como uma necessidade fundamental.

Seguindo com o propósito da pesquisa, a próxima pergunta teve como intenção coletar evidências sobre as dinâmicas ocorridas em relação ao trajeto do aluno para receber um ensino adequado, levando em consideração as suas necessidades. Como se mostra na tabela 51, a seguir.

TABELA 51 - “Você precisa estudar em uma escola de município diferente do seu?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Aluno do Estado do Pernambuco 1	Não
Aluno do Estado do Pernambuco 2	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 3	Não
Aluno do Estado do Pernambuco 4	Não
Aluno do Estado do Pernambuco 5	Não
Aluno do Estado do Pernambuco 6	Sim
Aluno do Estado do Pernambuco 7	Não
Aluno do Estado da Bahia 1	Sim
Aluno do Município de Juazeiro 1	Não

Fonte: Autoria própria, 2022.

A partir das respostas, é possível observar que alguns alunos necessitam ir para o município vizinho para conseguirem usufruir de um direito básico, ou seja, de uma educação de qualidade que leve em consideração as suas especificidades. Embora seja possível notar duas respostas positivas vinculadas ao estado de Pernambuco, ainda assim é necessário observar que se trata de alunos do estado e não especificamente do município de Petrolina em sua totalidade. Outro ponto relevante é que as condições ofertadas pelo município de Juazeiro-BA não são as melhores quando comparadas ao de Petrolina-PE e que os alunos que têm condições de ir para outro município diariamente conseguem ter acesso a uma educação mais organizada e direcionada. Porém, nem todos os alunos têm condições de realizar o trajeto necessário. A próxima questão explicita essa necessidade de maneira mais clara e objetiva.

TABELA 52 - “Caso a resposta anterior seja sim, qual a razão para buscar sua educação em outra cidade?”

PROFESSOR	RESPOSTA
Aluno do Estado do Pernambuco 1	Não
Aluno do Estado do Pernambuco 2	Na minha cidade não há escola com intérprete de Libras
Aluno do Estado do Pernambuco 3	Sem resposta
Aluno do Estado do Pernambuco 4	Sem resposta
Aluno do Estado do Pernambuco 5	Sem resposta
Aluno do Estado do Pernambuco 6	Não tem intérprete
Aluno do Estado do Pernambuco 7	Sem resposta
Aluno do Estado da Bahia 1	Por que tenho costume de sempre ir a Petrolina
Aluno do Município de Juazeiro 1	Não

Fonte: Autoria própria, 2022.

Com base nas respostas fornecidas, é possível notar que três dos alunos responderam sobre a escassez de intérpretes de Libras em sua localidade, justificando a busca por educação em outra cidade. Essa questão se torna problemática a partir do momento que o município apresenta lacunas graves no que diz respeito à educação inclusiva que, por sua vez, é um direito básico de todo cidadão.

E por último, assim como nos questionários anteriores, foi aberto um campo onde os alunos poderiam deixar as suas observações ou considerações adicionais.

TABELA 53 - “Caso queira, deixe aqui observações ou considerações adicionais”

PROFESSOR	RESPOSTA
Aluno do Estado do Pernambuco 1	Sem Resposta.
Aluno do Estado do Pernambuco 2	Sem Resposta.
Aluno do Estado do Pernambuco 3	Sem Resposta.
Aluno do Estado do Pernambuco 4	Sem Resposta.
Aluno do Estado do Pernambuco 5	Sem Resposta.
Aluno do Estado do Pernambuco 6	Sem Resposta.
Aluno do Estado do Pernambuco 7	Sem Resposta.
Aluno do Estado da Bahia 1	Sem Resposta.
Aluno do Município de Juazeiro 1	Gostaria aprender muito, Libras.

Fonte: Autoria própria, 2022.

Todos os alunos, com exceção de um do município de Juazeiro-BA, deixaram o campo em branco. O único aluno que respondeu, declarou que gostaria muito de aprender Libras, o que reflete uma necessidade presente no município que perpassa pela

responsabilidade das autoridades competentes. É importante refletir sobre essa questão, uma vez que um direito básico está sendo afetado devido à escassez de profissionais qualificados para atender a demanda existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a explorar as práticas pedagógicas em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, levando em consideração a educação de surdos a partir de uma perspectiva cartográfica. Tendo como base o que determina a Lei no 10.436/02 (BRASIL, 2002), principalmente o seu parágrafo único, a Libras não deve ser substituída pela Língua Portuguesa, bem como não deve ser posta em segundo plano.

É necessário ter em mente que as práticas pedagógicas para os alunos surdos devem ter como base a filosofia educacional do bilinguismo, levando em consideração as necessidades e especificidades de cada aluno, tanto de modo coletivo quanto de modo individual. A educação bilíngue valoriza a Libras como primeira língua e o ensino da Língua Portuguesa escrita como segunda língua. A intenção é sempre gerar um desenvolvimento cada vez mais profundo e acentuado no que diz respeito às suas necessidades linguísticas, culturais e identitárias dos surdos no contexto da educação.

Porém, outro ponto que deve ser levado em consideração para que seja viabilizada a concretização de práticas pedagógicas inclusivas efetivas para os alunos surdos é atualização constante dos profissionais envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem. Não só é responsabilidade do profissional estar atualizado em suas práticas para proporcionar uma efetivação em relação a sua atuação face ao desenvolvimento das práticas educacionais aos alunos surdos. Também é dever do poder público, seja do estado ou município, conforme aqui pesquisados, propiciar e oportunizar estratégias formativas que contribuam de maneira significativa e positiva para sua formação contínua.

A pesquisa objetivou perpassar por pontos relevantes que compõem o atual cenário dos alunos surdos da região de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, levando em consideração aspectos variados, que vão desde um resgate histórico até a efetividade das práticas. A intenção principal foi fornecer as informações a partir de um contexto cartográfico, ultrapassando a mera apresentação de dados e compreendendo como se dão as práticas pedagógicas a partir das perspectivas de quem as vivencia.

Com base nas perspectivas dos atores envolvidos na educação para surdos dos municípios pesquisados, é possível concluir alguns pontos relevantes, que por sua vez acabam traçando possíveis caminhos para futuras contribuições acadêmicas, práticas e reflexivas. O primeiro deles é diminuir a escassez científica para abordar a temática nessa localidade em específico. Com base em boa parte das respostas, é nítida a relevância atribuída à pesquisa por

parte dos profissionais envolvidos, visto que se trata de um passo significativo no que diz respeito ao histórico de pesquisas focadas na região.

O segundo ponto a ser ressaltado é a dinâmica que ocorre nesse âmbito. A rede estadual de Pernambuco e municipal de Petrolina ofertam melhores condições de trabalho quando comparadas à da Bahia, o que por sua vez acaba induzindo que os diferentes agentes educacionais de surdos que residem em Juazeiro-BA optem por atravessar a ponte e trabalhar em Petrolina. Nesse contexto, muitos alunos surdos também acompanham o ritmo ditado e vão estudar em Petrolina, já que boa parte dos profissionais se encontram lá. Ainda, o município de Juazeiro, como solução imediata, tende a realizar manobras em relação à contratação de profissionais, já que há muitos anos não realiza concursos específicos ofertando cargos para a educação de surdos ou não vem disponibilizando contratos específicos para essa demanda. Notou-se que nessa rede, qualquer profissional independentemente da sua formação principal, pode ser direcionado para a área da educação para surdos desde que tenha algum tipo de formação em Libras: especialização em Libras ou cursos de formação da área.

Além disso, outro ponto a ser mencionado é que para olhar de maneira aprofundada para cada questão ou especificidade em relação a educação para surdos nas localidades selecionadas, é possível dizer que é preciso antes ter uma visão ampla de todo o contexto que antecede um determinado fenômeno ou situação. Neste caso, acredita-se que a presente pesquisa tem grande potencial contribuinte, visto que, a partir de uma visão ampla e cartográfica sobre as práticas pedagógicas para alunos surdos nesses municípios, será possível adentrar em delimitações vinculadas a presente temática.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. F. P; MARTINS, A. R. **O método de pesquisa cartográfica como estratégia de formação para educadores-pesquisadores**. Anais do 9º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SIEPE Universidade Federal do Pampa | Santana do Livramento, 21 a 23 de novembro de 2017. Disponível em: https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/13567/seer_13567.pdf. Acesso em: 03 ago. 2021.

ANAIS do **I Congresso Brasileiro Saúde em Libras**, Juazeiro, BA [recurso eletrônico] / Organizado por Charles Rosendo de Oliveira Muniz, Deuzilane Muniz Nunes, Karla Daniele de Sá Maciel Luz. -- Juazeiro: UNIVASF, 2018.

ANDERSON, Paul S. et al. Princípios de cartografia básica. **Rio de Janeiro: Fundação IBGE**, 1982.

ARAÚJO, SMS de. A região semiárida do nordeste do Brasil: questões ambientais e possibilidades de uso sustentável dos recursos. **Rios Eletrônica-Revista Científica da FASETE**, v. 5, n. 5, p. 89-98, 2011.

ASSOCIAÇÃO de surdos de Petrolina apresenta demandas da comunidade na Câmara de Vereadores de Petrolina. **Waldiney Passos**. 2018. Disponível em: <https://www.waldineypassos.com.br/associacao-de-surdos-de-petrolina-apresenta-demandas-da-comunidade-na-camara-de-vereadores-de-petrolina/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

BENTO, N. A.; COSTA, K. M.; BOMFIM, L. F.; TAVARES, T. N.; ANDRADE, A. C. de. **EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: TUDO CERTO COMO DOIS E DOIS SÃO CINCO**. Revista Grau Zero — Revista de Crítica Cultural, v. 9, n. 1, 2021.

BIEMBENGUT, Maria Sallet. **Mapeamento na Pesquisa Educacional**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2008.

BISOL, C. A.; SIMIONI, J.; SPERB, T. Contribuições da psicologia brasileira para o estudo da surdez. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 3, p. 392-400, 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União [Internet]; Brasília; 2002 [citado em 2019 Outubro 02]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acessado em: 02 out. 2019.

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 03 ago. 2021.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, **que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Diário Oficial da União [Internet]; Brasília; 2005 [citado em 2019 Outubro 02]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acessado em: 02 out. 2019.

BREGONCI, A. **Cartografando a educação de surdos, deficientes auditivos e surdocegos na região do Caparaó Capixaba/ES**. 2017. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

CAMARGO, Eder Pires de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases**. *Ciência & Educação* (Bauru), v. 23, n. 1, pp. 1-6, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/#>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CICCONI, M. **Comunicação total**. 2a ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

DE CARVALHO, Maria Vilani Cosme et al. O SIGNIFICADO HISTÓRICO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS: UM MOVIMENTO QUE VAI DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO. *Linguagens, Educação e Sociedade*, v. 1, n. 35, p. 122-143, 2016.

DELEUZE, Gilles (2000) [1980]. **Mil platôs : capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34. p. 14.

DORIA, Ana Rímoli de Faria. **Compêndio de Educação da Criança Surdo-Muda**. Rio de Janeiro: 1958.

DORZIAT, Ana. **Concepções de Surdez e de Escola: ponto de partida para um pensar pedagógico em uma escola pública para surdos**. São Carlos / SP: Trabalho de Tese (Doutorado), UFSCar (mimeo.), 1999.

FERNANDES, A. C. C. **Os surdos e o fracasso escolar: a compreensão do fenômeno da aprendizagem e seus processos na aquisição de uma língua materna**. Universidade do Vale do Sapucaí. 2019.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FILHO, Fadel David Antonio. **Fronteiras da Geografia: Sobre a Palavra “Sertão”**: Origens, Significados e Usos No Brasil (Do Ponto De Vista Da Ciência Geográfica). *Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro – 2011*.

FONTE, Z. M. L. F. da. **A educação de surdos e a prática pedagógica dos professores ouvintes: análise a partir do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2005.

FREIRE, E. L.; MOURA, A. A. de; FELIX, N. M. **Escolas Bilingues para surdos no Brasil: uma luta a ser conquistada**. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, p. 1283–1295, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10172. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10172>. Acesso em: 24 maio. 2022.

FRIAS, E. M. A. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf> Acesso em: 23 abr. 2022.

GIORDANI, L. F.; GAI, D. N.; MARINS, C. L. **Cartografando currículos na educação de surdos, saberes e práticas docentes entre-diferenças**. Revista Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p. 79-103, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143167/000982665.pdf?sequence=1#page=140>. Acesso em: 03 ago. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Conheça as Diretrizes para a Educação Inclusiva na Bahia**. Bahia, 2017. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/banners/conheca-diretrizes-para-educacao-inclusiva-na-bahia>. Acesso em: 03 de mar. 2022.

GRTV 1ª Edição. GloboPlay. **Câmara de Vereadores de Petrolina discute inclusão da Libras nas escolas do município**. 2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4476758/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014. **Petrolina – 2014**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/historico>. Acesso em: 08 ago. 2021.

KALATAI, P; STREIECHEN, E. M. **As Principais Metodologias Utilizadas na Educação dos Surdos no Brasil**. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus de Irati, Paraná, 2015.

KASTRUP, V; PASSOS, E. **Cartografar é traçar um plano comum**. UFF/ UFRJ. Fractal, Rev. Psicol., v. 25 - n. 2, p. 263 - 280, maio/ago. 2013.

KEZIO, G. F. L. **Oralismo, comunicação total e bilinguismo**: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos. Anais do I Colóquio Internacional de Letras - UFMA, Maranhão, 2016.

LACERDA, C. B. F. A prática fonoaudiológica frente as diferentes concepções de linguagem. **Revista Espaço, Instituto de Educação de Surdo**, v.10, p.30-40, 1998.

LACERDA, C. B. F. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 13, p. 257-280, 2007.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05**. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 1, pp. 49-63. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sr67CQpjymCWzBVhLmvVnKz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2022.

LOPES, M. C. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORI, N. N. R; SANDER, R. E. **História da Educação dos Surdos no Brasil**. Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2015.

OLIVEIRA Maria Nacelha Ferreira. **Uso do Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais** – ELiS no processo de letramento de crianças surdas em uma escola pública municipal de Juazeiro-BA e outra de Curaçá-BA. / Maria Nacelha Ferreira Oliveira. – Juazeiro, 2018.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua brasileira de sinais: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. **Estudos Surdos**. v.4, 1 ed. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

PASSOS, E., & Benevides de Barros, R. (2012). **A cartografia como método de pesquisa-intervenção**. In Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 17-31). Porto Alegre: Sulina.

PIETZAK, J. D. C.; PROBST, M. **Bilinguismo e inclusão escolar dos alunos surdos**. *Maiêutica-Pedagogia*, v. 5, n. 1, 2017.

POZZANA, L.; KASTRUP, V. **Cartografar é acompanhar processos**. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. Editora Brasiliense, 40° Ed, São Paul, 1993.

PNEEPEI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

RAMOS, D. M.; HAYASHI, M. C. **Balanco das Dissertações e Teses sobre o Tema Educação de Surdos (2010-2014)**. *Rev. Bras. Educ. Espec*, v. 25, n. 1, p. 117-132, 2019.

RAMOS, D. M.; ZANIOLO, L. O. **Tendências e perspectivas da produção acadêmica sobre a temática educação de surdos: Mapeamento da produção**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 2, p. 303-318, 2014.

RIBEIRO, C. B. **Escolarização de surdos e desenvolvimento bicultural: trajetórias escolares de surdos: entre práticas pedagógicas e processos de desenvolvimento bicultural**. In Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, v. 9, João Pessoa, PB. Anais João Pessoa: ABPD. 2013.

RIBEIRO, C.B.; SILVA, D. N. H. **Trajetoias escolares de surdos: entre práticas pedagógicas e processos de desenvolvimento bicultural**. 2017.

ROCHA, S. **O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Surdos em seu percurso de 150 anos**. Rio de Janeiro: INES, 2007.

RODRIGUES, Leandro. **O que é Deficiência auditiva e Sudez?** *Itard*, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/o-que-e-deficiencia-auditiva-e-surdez/>. Acessado em: 03 ago. 2021.

ROSSETO, M. C. **Falar de inclusão, falar de que sujeitos?** In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial –olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, p. 41-55, 2005.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Inclusão:** Revista da Educação Especial. Out/2005. p. 7- 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf> . Acesso em: 17 jul. 2021.

SANTANA. Ana Paula. **Surdez e Linguagem:** aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo, Plexus, 2007.

SASSAKI, R. K. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro, Ed. WVA. 1997.

SCHLUNZER, E.T.M.; BENEDETTO, L.S.; SANTOS, D. A. N. **O que é libras?** Acervodigital.Unesp. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47933/1/u1_d24_v21_t01.pdf Acesso em: 17 jul. 2021.

SILVA, Bruno do Nascimento; BRITO, Maria Durciane Oliveira.; FREIRE, Kátia Maria de Aguiar; SILVA, Simony dos Santos Souza; DAMASCENO, Ana Christina de Sousa; OLIVEIRA, Christiana de Sousa Damasceno. **QUAIS AS DIFICULDADES DO PROFESSOR PARA ENSINAR UM ALUNO SURDO NO SISTEMA REGULAR NA CIDADE DE PARNAÍBA?** Revista Psicologia & Saberes, v. 9 n. 15, 2020.

SILVA, C. M.; HENRIQUE, D. N.; SILVA, R. C. Inclusão e processos de escolarização: narrativas de surdos sobre estratégias pedagógicas docentes. **Psicologia em estudo**, v. 19, n. 2, p. 261-271, 2014.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável). Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2006.

SKLIAR, Carlos. **A localização política da educação bilíngue para surdos.** In: _____ (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos. Porto, Alegre: Mediação, 1999. p. 7-14.

SKLIAR, C. A. **Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, S. R. L. de; FRANCISCO, A. L. **O método da cartografia em pesquisa qualitativa.** Pernambuco, 2018. Disponível em: <https://www.webqda.net/o-metodo-da-cartografia-em-pesquisa-qualitativa/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

SOUSA SANTOS. Boaventura de. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** Cap. 1 A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011, 8ªed.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. **Língua Brasileira de Sinais: LIBRAS**; ilustrado por Sérgio Streiechen. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

STROBEL, K. L. A visão histórica da in (ex) clusão dos surdos nas escolas. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 245-254, 2006.

STROBEL, K. L. **Surdos**: Vestígios Culturais não Registrados na História. 176 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. UFSC, Florianópolis, 2008.

STUMPF, M. R. **Mudanças estruturais para uma inclusão ética**. Estudos surdos III, p. 14-29, 2008.

TIPOS e níveis de perdas auditivas. **Cochlear**. 30 de julho de 2019. Disponível em: <https://escutaragoraesempre.com/blog2/tipos-e-niveis-de-perdas-auditivas/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

VALADÃO, M. N., et. Al. **Os desafios do ensino e aprendizagem das libras para crianças ouvintes e suas relações com a educação inclusiva de alunos surdos**. Ufes, Espírito Santo, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/download/13500/10795>. Acesso em: 17 jul. 2021.

WEBER, L; GRISCI, C. L. I; PAULON, S. M. **Cartography**: methodological approach for producing knowledge on people management. Porto Alegre, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- CAMPUS III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA CARTOGRAFIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM PETROLINA- PE E JUAZEIRO-BA

2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:**

Getro Barbosa dos Reis
Cargo/Função: Mestrando

II - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: Educação de surdos: Uma cartografia da prática pedagógica em Petrolina- PE e Juazeiro-BA, de responsabilidade do pesquisador Getro Barbosa dos Reis, mestrando da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo analisar a prática pedagógica em instituições educacionais de ensino básico para estudantes surdos da educação básica em Juazeiro-BA e Petrolina-PE. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer vivenciar os aspectos evolutivos que envolve e são cruciais para o avanço da inclusão da educação de surdos nas duas regiões, isso engloba as estruturas de ensino como: nível de formação e qualificação dos profissionais de ensino e gerência, aprimoramento e cumprimento das legislações, políticas públicas municipal e estadual. Assim, poderá possibilitar detectar e propor novas mudanças para melhorar a qualidade de ensino para esse grupo de estudantes.

Caso o/a senhor/a aceite participar da pesquisa, responderá a um questionário e será entrevistado/a.

Segundo Santiago e Andrade (2013), para os surdos, a língua majoritária, de modalidade oral auditiva, não é completamente acessível pois acessar confortavelmente uma língua significa estar no mundo, linguística e culturalmente, por intermédio dela. Sendo assim, para entrevistados(as) surdos (as), respeitaremos o conforto linguístico, já que a Libras é uma língua visual, a entrevista será gravada em formato de vídeo. Para entrevistados(as) ouvintes, usaremos a língua portuguesa, assim, a entrevista será gravada em áudio, pelo mestrando Getro Barbosa dos Reis, do curso de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia. Esclarecemos que manteremos em anonimato, durante e após o término do estudo, todos os dados, seja em áudio ou em vídeo, que porventura venham a te identificar usando apenas exclusivamente para análise, os dados inerentes ao

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia , aprovado sob numero de parecer: 522837 consulta disponível
no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

desenvolvimento do estudo. Em todas as situações, garante-se que os dados, **áudio ou imagens não serão usados para fins diferentes do proposto.**

Na medida em que toda pesquisa envolvendo seres humanos implica em algum tipo de risco, alerta-se que o/a senhor (a) poderá se sentir incomodado/a, constrangido/a ou inibido durante as etapas de coleta de informações e de dados. Para que os desconfortos diminuam, a entrevista será realizada de forma individual, a fim de manter o sigilo, segurança e liberdade de expressão. Garantimos o anonimato, não revelando seu nome, mas sim, utilizando pseudônimos para identificá-lo (a) durante a análise dos dados. **É importante alertar sobre riscos inerentes ao próprio sistema virtual, que mesmo se adotando certas medidas de segurança, pode-se haver falhas ou instabilidade na transmissão de informações, situação que não pode ser controlada pelo pesquisador. No entanto, será assegurada aos participantes total confidencialidade.** Os participantes terão conhecimento a respeito dos benefícios do uso do ambiente virtual, como o não contato direto e presencial, evitando assim possíveis riscos de contaminação do corona vírus além de não haver a necessidade de deslocamento. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e o Sr caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

III. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Getro Barbosa dos Reis
Endereço: Rua Fernando farias, Cond. Grande Rio, 320, Petrolina, PE
Telefone: 74 98844-9052. E-mail: getrotj@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: cepuneh@uneh.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

IV. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia , aprovado sob numero de parecer: 5222837 consulta disponível
no link : [http](http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil)

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **Educação de surdos: Uma cartografia da práxis pedagógica em Petrolina- PE e Juazeiro-BA**, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

_____ de _____ de _____.

Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Assinatura do professor responsável
(orientador)

APÊNDICE B - PERGUNTAS PARA COLETA DE DADOS PESSOAIS

- 1- Nome do participante;
- 2- Documento de identidade;
- 3- Sexo;
- 4- Data de Nascimento;
- 5- Endereço;
- 6- Complemento;
- 7- Bairro;
- 8- Cidade;
- 9- CEP;
- 10- Telefone para contato;

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO – PROFESSOR(A) ESPECIALISTA AEE

- 1- Sou professor da rede:
 - Estado da Bahia
 - Estado de Pernambuco
 - Município de Juazeiro
 - Município de Petrolina

- 2- Há quanto tempo você sabe Libras? Como aprendeu?
- 3- Qual é a sua formação?
- 4- Há quanto tempo trabalha com educação de surdos?
- 5- Como é realizado o AEE?
- 6- Os alunos surdos sabem Libras?

- 7- Como você classifica o conhecimento que eles têm em Libras?
 - Noções Básicas
 - Básico
 - Intermediário
 - Fluente

- 8- Que materiais você dispõe para o AEE?
- 9- Qual a frequência de atendimento por aluno?

- 10- O seu vínculo trabalhista é:
 - Efetivo
 - Temporário

- 11- Qual (quais) razão (razões) escolheu para o seu vínculo empregatício atual?
- 12- Caso queira, deixe aqui observações ou considerações adicionais:

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO – GESTOR DE SUPERINTENDENCIA ESTADUAL

- 1- Sou gestor da rede
 - Estado da Bahia
 - Estado de Pernambuco

- 2- Como está organizada a educação especial na rede estadual?
- 3- Quantas salas de recurso o estado possui na cidade pesquisada (Juazeiro ou Petrolina)?
(Caso não tenha o número exato, pode ser aproximado)
- 4- Com relação aos alunos surdos, qual tipo de atendimento eles recebem?
- 5- A rede estadual na cidade de sua atuação (Juazeiro ou Petrolina) dispõe de professores especialistas na área de educação de surdos? Se sim, qual a formação deles? E quantos professores são? São efetivos ou temporários?
- 6- A rede estadual na cidade de sua atuação (Juazeiro ou Petrolina) dispõe de instrutor de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?
- 7- A rede estadual na cidade de sua atuação (Juazeiro ou Petrolina) dispõe de intérprete de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?
- 8- Quantos alunos surdos existem na rede estadual na cidade de sua atuação (Juazeiro ou Petrolina)?
- 9- Há algum documento Estadual norteador do AEE e das práticas inclusivas para alunos surdos?
- 10- Se a resposta anterior for sim, acredita que o documento norteador está sendo cumprido? Caso não esteja, em sua opinião, o que falta para ser cumprido?
- 11- Há formações para ajudar os professores a incluir os alunos surdos?

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO – GESTOR DE SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL

- 1- Sou gestor da rede
 - Município de Juazeiro
 - Município de Petrolina

- 2- Como está organizada a educação especial na rede municipal?
- 3- Quantas salas de recurso o município possui? (Caso não tenha o número exato, pode ser aproximado)
- 4- Com relação aos alunos surdos, qual tipo de atendimento eles recebem?
- 5- O município dispõe de professores especialistas na área de educação de surdos? Se sim, qual a formação deles? E quantos professores são? São efetivos ou temporários?
- 6- O município dispõe de instrutor de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?
- 7- O município dispõe de intérprete de Libras? Em caso positivo, quantos? São efetivos ou temporários?
- 8- Quantos alunos surdos existem na rede?
- 9- Há algum documento municipal norteador do AEE e das práticas inclusivas para alunos surdos?
- 10- Se a resposta anterior for sim, acredita que o documento norteador está sendo cumprido? Caso não esteja, em sua opinião, o que falta para ser cumprido?
- 11- Há formações para ajudar os professores a incluir os alunos surdos?

APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO – TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS- TILS

- 1- Sou Tradutor(a)/ Intérprete da rede
 - Estado da Bahia
 - Estado de Pernambuco
 - Município de Juazeiro
 - Município de Pernambuco
- 2- Há quanto tempo você sabe Libras? Como aprendeu?
- 3- Qual é a sua formação?
- 4- Há quanto tempo trabalha com a educação de surdos?
- 5- Os alunos os quais você interpreta sabem Libras?
- 6- Como você classifica o conhecimento que eles têm em Libras?
- 7- Como é realizado o seu trabalho em sala de aula? Há colaboração entre você e o (a) docente?
- 8- Os alunos surdos interagem com os colegas ouvintes? Em caso positivo, de que forma?
- 9- Como é o desenvolvimento dos alunos em sala?
- 10- Como os alunos realizam as atividades?
- 11- Como os alunos são avaliados?
- 12- Há algum tipo de adaptação ou uso de algum recurso?
- 13- Com que frequência sua escola realiza formação continuada para a sua área?
 - Nunca
 - Às vezes
 - Semanalmente
 - Mensalmente
- 14- Como você avalia as formações que são realizadas pela sua escola?
 - Excelente
 - Bom
 - Regular
 - Ruim
 - Péssimo
 - Não realizadas
- 15- O seu vínculo trabalhista é:

- Efetivo
- Temporário

16- Qual (quais) razão (razões) escolheu para o seu vínculo empregatício atual?

17- Caso queira, deixe aqui observações ou considerações adicionais:

APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO –ALUNO (A) SURDO (A)

- 1- Sou aluno (a) Surdo (a) da rede:
 - Estado da Bahia
 - Estado de Pernambuco
 - Município de Juazeiro
 - Município de Petrolina

- 2- Há quanto tempo você sabe Libras? Como aprendeu?
- 3- Qual é a sua série?
- 4- A sua escola te disponibiliza intérprete de Libras?
- 5- A sua escola te disponibiliza instrutor de Libras?
- 6- A sua escola te disponibiliza Atendimento Educacional Especializado?
- 7- Você precisa estudar em uma escola de município diferente do seu?
- 8- Caso a resposta anterior seja sim, qual a razão para buscar sua educação em outra cidade?
- 9- Caso queira, deixe aqui observações ou considerações adicionais

APÊNDICE H - QUESTIONÁRIO – INSTRUTOR (A) DE LIBRAS

- 1- Sou Instrutor(a) da rede
 - Estado da Bahia
 - Estado de Pernambuco
 - Município de Juazeiro
 - Município de Petrolina
- 2- Há quanto tempo você sabe Libras? Como aprendeu?
- 3- Qual é a sua formação?
- 4- Há quanto tempo trabalha com a educação de surdos?
- 5- Como é realizado o seu trabalho?
- 6- Os alunos surdos sabem Libras?
- 7- Como você classifica o conhecimento que eles têm em sua maioria em Libras?
- 8- Que tipo de material a escola dispõe para o seu trabalho?
- 9- Qual a frequência do atendimento por aluno?
- 10- Com que frequência sua escola realiza formação continuada?
 - Nunca
 - Às vezes
 - Semanalmente
 - Mensalmente
- 11- Como você avalia as formações que são realizadas pela sua escola?
 - Excelente
 - Bom
 - Regular
 - Ruim
 - Péssimo
 - Não são realizadas
- 12- O seu vínculo trabalhista é:
 - Efetivo
 - Temporário
- 13- Qual (quais) razão (razões) escolheu para o seu vínculo empregatício na profissão atual?
- 14- Caso queira, deixe aqui observações ou considerações adicionais